

A COLÔNIA ESPERANÇA
O JAPONÊS NA FRENTE PIONEIRA NORTE-PARANAENSE

João Corrêa de Andrade

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
EM
HISTÓRIA DEMOGRÁFICA

Curso de Pós-Graduação em História do Brasil
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA

1975

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Sumário	pg
Título	1
Dedicatória	2
Introdução	3 - 6
Métodos e Técnicas	7 - 10
I - A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL - 1908-1970	12 - 66
1. Primeiro Período - 1908-1925	12 - 25
2. Segundo Período - 1926-1941	25 - 29
3. Terceiro Período - 1952-1970	29 - 30
II - A COLONIZAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ	32 - 66
III - A COLÔNIA ESPERANÇA - O JAPONÊS NA FRENTE PIONEIRA	
NORTE PARANAENSE	66 - 99
Histórico	68 - 74
Estruturas Demográficas	75 - 84
Padrões de Vida	85 - 89
Estrutura Social	90
Estratificação Social	90 - 97
Padrões de Relacionamento	97 - 99
CONCLUSÃO	101 - 104
BIBLIOGRAFIA	105 - 110
ANEXOS	112 - 117
FOTOGRAFIAS	118 - 122
GRÁFICOS	123 - 143
A Imigração Japonesa no Brasil - Gráficos Demonstrativos . . .	123 - 130
A Colonização Japonesa no Paraná - Gráficos Demonstrativos . .	131 - 138
A Colônia Esperança - Gráficos Demonstrativos	139 - 143
A Colônia Esperança - Figuras	144 - 146

A COLÔNIA ESPERANÇA

O JAPONÊS NA FRENTE PIONEIRA

NORTE PARANAENSE

À HAYASHI FURUKAWA,

Imigrante do Kasato-Maru, 1908 ...

À MASAMOTO MOMOSE,

Imigrante do Buenos Aires Maru, 1930

bisavô

e

avô

de

minhas filhas

TAMI e NAMI

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta monografia pretende apresentar os resultados das pesquisas levadas a efeito durante os anos de 1973-1974, na Colônia Esperança, Município de Arapongas, núcleo colonial fundado em 1936, formado em sua maioria por japoneses católicos.

Visitada pela primeira vez a Colônia, sentiu-se a forte impressão dos valores progressistas ali desenvolvidos e notadamente a organização sócio-econômica, ao mesmo tempo que se obtinha a informação de que seu estabelecimento ocorrera paralelamente ao desbravamento das frentes pioneiras pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, no Norte do Estado, e portanto antes do desenvolvimento dos municípios que hoje a circundam.

Não havendo nenhum trabalho sobre aquele núcleo, procurou-se, então, conhecer as atitudes individuais e coletivas que levaram à formação de um grupo colonial e seu estabelecimento como uma colônia de imigrantes, em local tão distanciado das vias preferenciais de penetração dos colonos japoneses, o seu processo de crescimento, a atual estruturação interna e os relacionamentos com as áreas urbanas periféricas.

A pesquisa de todos esses aspectos evidencia fundamentalmente uma múltipla problemática.

Entretanto, a problemática exposta acima contém variáveis cuja solução transcende os limites cronológicos e territoriais da Colônia Esperança. Na realidade, a fixação dos japoneses a dezenas de quilômetros de um pólo pioneiro, no caso, Londrina, era continuidade de um processo de mobilidade, fixação e assimilação que se iniciara em 1908, com a chegada dos primeiros imigrantes.

A evidência deste relacionamento explica a inclusão no trabalho de capítulos sobre a Imigração Japonesa no Brasil e Colonização Japonesa no

Paraná, que são as fundamentações do quadro teórico e por conseguinte do contexto em que a Colônia Esperança se insere.

Isto significa que a estruturação dada ao trabalho se inicia com uma observação em termos nacionais, seu relacionamento com o contexto paranaense, para finalizar na apreciação de uma comunidade de imigrantes parcialmente isolada. Portanto, inicia-se a exposição partindo da análise de considerações mais amplas da problemática para chegar a uma apreciação mais incisiva em termos de núcleo colonial.

Tal procedimento dá melhores condições para formular comparações e estabelecer explicações conclusivas. Em relação à norma estrutural do trabalho, as fontes que permitiam examinar a parte conjuntural eram inúmeras, dada a existência de obras especializadas como os trabalhos de Hiroshi Saito, as Teses de Doutorado de Arlinda da Rocha Nogueira e de Francisca Schurig Vieira, aos quais se somam os artigos específicos sobre imigração japonesa em revistas e periódicos. Nesse particular, havia ainda subsídios advindos de reuniões sobre "Imigração e Japoneses" como os do IV Simpósio da APUH, o 1º Painel de Estudos Nipo-Brasileiros e o 1º Colóquio Brasil-Japão. Todavia, não se encontram com a mesma intensidade, fontes bibliográficas básicas, pelo menos em português, que tratem do tema em relação ao Paraná.

Neste particular, o estudo ora apresentado se reveste de uma originalidade; a apreciação em termos paranaenses, das condições que envolvem o imigrante nipônico e a análise das estruturas sociais e demográficas de uma comunidade de japoneses católicos, no caso a Colônia Esperança.

Os quase quarenta anos de existência de Colônia Esperança, dão a oportunidade de analisar a médio prazo, as transformações ocorridas durante o processo de fixação e assimilação dos integrantes do núcleo.

Possibilitou também a observação dos contrastes entre os colonos e

seus descendentes, que progressivamente abandonam a lavoura e grande parte dos compromissos tradicionais em relação à família, encaminhando-se aos centros urbanizados para desenvolver atividades ligadas ou não a lavoura.

Não obstante, convém esclarecer que, como decorrência, houve maior interesse na aplicação das variáveis de significação demográfica e suas correlações sociais, razão pela qual não houve a intenção de abordar com a mesma amplitude as variáveis econômicas. Assim é que, utilizamos como normas metodológicas a conjugação de vários procedimentos inerentes ao campo da Demografia, da Demografia Histórica e da Sociologia, no sentido de obter todas as informações utilizáveis no presente trabalho.

Certamente esta conjugação e análise de dados não esgota o tema, mas abre possibilidades e cria perspectivas de ampliação em nível mais profundo de um estudo dos japoneses em outras partes do território paranaense.

Queremos externar os nossos agradecimentos à Professora Oksana Boruszenko, que nos orientou durante o Curso de Mestrado e posteriormente nas questões ligadas à redação deste trabalho; ao Professor Bonifácio Suzuki, que em várias ocasiões foi nosso intérprete, possibilitando uma melhor aplicação dos questionários; ao Sr. Kochiro Suzuki, fundador da Colônia Esperança, pelos valiosos subsídios fornecidos, à Professora Hilda Pívaro Stadniki pelas valiosas sugestões, e ao Acadêmico Péricles Moreira Chagas que datilografou os originais.

Tais agradecimentos são extensivos, particularmente, às instituições que facilitaram a elaboração desta Dissertação de Mestrado: à Universidade Estadual de Maringá, na pessoa do Ex-Reitor José Carlos Cal Garcia, que permitiu o afastamento das atividades docentes para frequentar o Curso na Universidade Federal do Paraná. E a esta, pelo oferecimento gratuito do Curso de Mestrado em História.

MÉTODOS E TÉCNICAS

MÉTODOS E TÉCNICAS

Na elaboração do presente estudo foi considerado um complexo de referências teóricas, procedimentos metodológicos e técnicas, cujos resultados, posteriormente conjugados e analisados, permitiram a composição redacional em termos de demonstrar o desenvolvimento de um núcleo colonial japonês numa frente pioneira de colonização.

As primeiras atitudes metodológicas foram equacionadas no sentido da elaboração de um questionário que se inserisse no contexto a ser pesquisado, de tal forma que a ele se adequasse estruturalmente, para não distorcer os aspectos fundamentais das informações pretendidas.

Para isso foi necessária uma sondagem inicial que delimitasse as pretensões, o que foi conseguido com visitas constantes à Colônia, que permitiram observar e dimensionar um planejamento para a pesquisa e a posterior aplicação dos questionários. A primeira opção foi a de aplicar inicialmente os questionários aos membros mais antigos do núcleo, pois não só esses elementos viajam constantemente, como a concordância por parte dos mais antigos abria favoravelmente a perspectiva de colaboração pelos proprietários mais novos e seus descendentes.

Assim é que se formularam questões e obtiveram-se informações que no seu aspecto geral deveriam se constituir simultaneamente num roteiro de pesquisa e num formulário, cuja flexibilidade pudesse criar situações paralelas que despertasse a colaboração espontânea dos Chefes de Família.

O questionário dividiu-se em dez seções, que indagavam dados sobre idade, naturalidade, religião, pólos de imigração e migração, informações sobre o cônjuge, descendência, condições de vida, entrada no Brasil, ocupações anteriores, relacionamento social, sucessão familiar e ambientação familiar e domiciliar.

Passou-se então à aplicação junto aos Chefes de Família, em visitas eventuais, quando as vias de acesso à Colônia permitiam, havendo todavia, no ato de aplicação, uma cordial receptividade na maioria dos casos.

Paralelamente a esse trabalho de campo, foi desenvolvido o exame das fontes bibliográficas com a intenção de obter o quadro teórico e a fundamentação da problemática, ao mesmo tempo que se realizou a revisão bibliográfica, expediente que permitiu o confronto de opiniões e interpretação dos diversos autores que trataram da colonização japonesa no Brasil.

O uso de fontes bibliográficas publicadas pela Colônia Japonesa no Brasil, algumas bilíngues, forneceram dados a partir de 1934, o que contribuiu para uma apreciação de informes pelo lado japonês, principalmente os subsídios obtidos nos anuários comemorativos de aniversários do início da imigração.

Estas publicações periódicas foram valiosas, porque permitem acompanhar progressivamente o desenvolvimento gradativo da Colônia Japonesa.

Outras fontes paralelas foram os jornais e revistas pesquisados nas coleções da Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba, principalmente os exemplares do "Diário da Tarde", do período 1908-1935, que forneceram as primeiras apreciações da opinião pública sobre os japoneses no Paraná.

Para as fases mais recentes foram utilizadas as coleções de jornais editados no Norte Pioneiro, principalmente a "Folha de Londrina".

Todavia, as fontes que trouxeram maior soma de informações para a análise das estruturas internas da Colônia, principalmente as demográficas, foram obtidas nos Livros Paroquiais da Matriz Stella Maris, sediada no próprio núcleo.

Contudo ocorreram limitações no sentido do aproveitamento total das fontes, pois no seu início o núcleo estava subordinado ao Bispado de Jaca

rezinho, onde foram arquivados os livros anteriores a 1945, e que não foram pesquisados.

Os dados sobre natalidade e nupcialidade foram completados pelas informações obtidas nos questionários. Outra limitação foi a impossibilidade de pesquisa sobre óbitos e a consequente tabulação dos índices anuais de mortalidade na Colônia Esperança, pois não havia registro de óbitos nos Livros Paroquiais, sendo tais assentamentos feitos nos Cartórios Cíveis das cidades vizinhas. Não existindo cemitério na Colônia, foi impossível realizar um levantamento nesse sentido.

Na conjugação dos dados foram inseridas informações demográficas obtidas nos Censos Brasileiros de 1940 e 1950 e Sinopses Estatísticas sobre o Paraná de 1950 e 1970.

Foram realizadas ainda pesquisas no Arquivo da Companhia de Terras do Norte do Paraná, em Maringá, onde foi possível estabelecer dados pela cópia integral das fichas de pagamento, que se prestaram não só para verificação de informações obtidas no questionário como para a efetiva comprovação de posse dos lotes e sua posterior transferência.

A redação da monografia foi a mais objetiva possível, sendo que no decorrer dos capítulos inseriram-se gráficos demonstrativos que complementaram os dados do texto.

Por outro lado, sendo um trabalho de Demografia Histórica, incluíram-se numerosas tabelas, resultantes não só de pesquisas bibliográficas como da tabulação de dados obtidos em levantamentos de campo.

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

I - A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL - 1908-1970

1. Primeiro Período - 1908-1925

No momento em que em Paris, no dia cinco de novembro de 1895, os Ministros Plenipotenciários do Japão e do Brasil, Sonê Arasukê e Gabriel Toledo Piza e Almeida assinaram os seis exemplares do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, (1) a imigração não esteve ausente das conversações preparatórias, nem fora das intenções subjetivas dos dois governos. A afirmação de tal evidência se consubstancia na exposição do Ministro das Relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho, que acompanha a Mensagem que Prudente de Moraes enviou ao Congresso Nacional no dia dezesesseis de dezembro do mesmo ano:

"Senhor Presidente

No Relatório de 31 de maio próximo passado tive a honra de dizer-vos que, de conformidade com o vosso pensamento, havia recomendado ao nosso Ministro em Paris que por meio do seu colega do Japão procurasse saber se o Governo desse Império ainda estava disposto a tratar com o Brasil e se concordava em fazer a negociação naquela Capital.

Essa recomendação foi feita pelo telégrafo em 5 de dezembro do ano próximo passado.

Em 27 de julho último expedi ao Dr. Piza instruções e plenos poderes.

Só a 2 de agosto comunicou-lhe o Ministro do Japão que ele estava autorizado para negociar com ele. Essa demora foi sem dúvida ocasionada pela guerra com a China.

O Tratado, cujo texto português, que já co-

(1) MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores - Biblioteca - *Tratado Diplomático de Amizade e Comércio entre o Brasil e o Japão - 1895.*

nheceis, acompanha esta exposição para ser submetido a aprovação do Congresso Nacional, foi assinado a 5 de novembro.

O artigo XI contém a seguinte disposição: "Os cidadãos e súditos de cada uma das Altas Partes Contratantes gozarão respectivamente nos territórios e possessões da outra Parte de inteira proteção para suas pessoas e propriedades, terão livre e fácil acesso junto aos tribunais para defesa de seus súditos do país, terão direito de empregar advogados, solicitadores ou mandatários para fazerem se representar junto aos ditos tribunais. Assim se estabeleceu a reciprocidade que o Governo do Japão desejava em matéria de Justiça.

Os Brasileiros, ficarão sujeitos à jurisdição local, como aqui estariam os Japoneses, ainda que não houvesse Tratado. Como vos expus, no citado Relatório já a Inglaterra concordou em desistir dos privilégios de que gozava, os quais cessarão cinco anos após a assinatura do novo Tratado.

A essa informação acrescento agora desistem de iguais privilégios os Governos dos Estados Unidos da América e da Itália.

Esses precedentes de nações que têm importantes relações comerciais com o Japão justificarão a resolução que tomastes.

Nada de estipulou a respeito de emigração porque não é preciso. O Governo Japonês resolveu, como sabeis, não permiti-la para os Países que não tivessem com ele Tratados de reciprocidade. Temos Tratado, e pois ele, que é interessado em diminuir o excesso da sua população, não nos criará dificuldades".

Porém o ano de 1894, se apresenta como marco tutelar, apesar de não

oficial, fora dos interesses diplomáticos, (2) quando a companhia japonesa KICHISA IMIN KAISHA, que era especializada na colocação de emigrantes nipônicos fez tentativas de chegar a entendimentos com a firma PRADO E JORDÃO para a introdução de japoneses em solo brasileiro. Esta tentativa foi contudo frustrada, em princípio, pela inexistência de Tratados que protegessem os dois interessados. Tal frustração talvez tenha impulsionado as negociações de 1895. Tanto é que em 1897, a firma PRADO E JORDÃO assinava contrato com a KICHISA IMIN KAISHA, para a introdução de japoneses, como trabalhadores agrícolas, que tivessem entre vinte e trinta anos, num total de 1.500 a 2.000 pessoas, para um prazo de cinco anos a partir da colocação do imigrante no local de trabalho. (3)

Preparada a leva de imigrantes e prestes a embarcar para o Brasil, a cafeicultura paulista viu-se diante de uma crise motivada pela queda brusca do preço do café. Não teve a firma PRADO E JORDÃO outra alternativa a não ser comunicar então a KICHISA IMIN KAISHA, agora reorganizada sob o nome TOYO IMIN KAISHA, que estava na contingência de não mais receber os imigrantes. Apesar disso, as firmas japonesas de imigração continuariam as suas investidas para entrar em contato e acordo com firmas ou empresas colonizadoras brasileiras. O governo Japonês, entretanto, a partir do início do século XX, não estava muito favorável em permitir a saída de famílias para o Brasil, devido ao conhecimento de que colonos europeus se queixavam as suas embaixadas, do tratamento e do descaso de que eram alvos nas fazendas de café no interior paulista. (4) Assim é que as tentativas de Marcial Sanz no Japão, em 1901, de negociar com as companhias TEIKOKU SHO

(2) SAITO, Hiroshi - *O Japões no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961, p.26.

(3) Idem, p.27.

(4) HUTTER, Lucy Maffei - *Imigração italiana em São Paulo*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da U.S.P., 1972. 170 p. p.141.

KUMIN KAISHA e KOSEI IMIN KAISHA, foram frustradas pelas interferências diretas do Ministério das Relações Exteriores do Japão. Ao mesmo período correspondem as atitudes cerceadoras do governo italiano proibindo o aliciamento de imigrantes para o Estado de São Paulo. Entretanto a lavoura cafeeira paulista a partir de 1903 já iniciava um processo de franca ascensão devido à superação da crise do café no triênio 1899-1902. Os cafeicultores paulistas precisavam agora, devido à proibição italiana, de braços para a lavoura, voltando seus interesses para a possibilidade cada vez mais promissora da contratação de imigrantes japoneses. Além do mais, o momento era por demais propício, porque com a anexação do Hawai em 1900 aos Estados Unidos, não fora mais permitida a contratação de elementos japoneses. Tal circunstância levou companhias japonesas a procurarem desesperadamente todas as possibilidades de outros mercados de trabalho. (5)

E agora, finalmente, encontravam o Brasil, disposto a receber, dadas as circunstâncias, colonos japoneses. O próprio Ministro Plenipotenciário do Japão, em 1905, envia relatório, que explica toda a conjuntura imigratória a seus superiores:

"Em consequência da suspensão da imigração de colonos italianos, o Estado de São Paulo está fazendo face a uma profunda falta de braços. Tanto o governo do Estado de São Paulo como os fazendeiros em geral estão interessados em receber nos seus trabalhadores. Acredito, por conseguinte, que a introdução de nossos imigrantes nesse Estado seria muito mais interessante e preferível a mandar para os Estados Unidos, onde avultam perseguições. Naturalmente as despesas de viagem serão mais dispendiosas em comparação com aquele país devido a distância. Felizmente, o governo do Estado de São

(5) NOGUEIRA, Arlinda Rocha - A imigração japonesa (1906-1922). São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Paulo se propõe a subvencionar total ou parcialmente a passagem marítima, o que contrabalança, a até certo ponto, a citada desvantagem. Proibida a entrada na Austrália, discriminados nos Estados Unidos, perseguidos no Canadá e agora limitados também nas Hawaii e Ilhas do Pacífico, os nossos colonos trabalhadores encontrarão no Estado de São Paulo uma rara felicidade e um verdadeiro paraíso". (6)

Todavia antes que chegasse o ano de 1908, data da entrada oficial dos primeiros imigrantes, inúmeros japoneses aportaram no Brasil com os mais variados objetivos. Em 1906 (Ano 39 da Era Meiji) chegaram Teijiro Suzuki, Saburo Kumabe, Rio-iti Yassuda, Shinkiti Arikawa, Umekiti Akeho e mais uma dezena de japoneses. (7) Chegava também nessa época Rio Midzuno, o fundador da KOKUKO SHOKUMIN KAISHA, empresa que conseguiria afinal introduzir oficialmente a primeira leva de imigrantes nipônicos. Sua chegada entretanto fora precedida de um comunicado do Ministério das Relações Exteriores do Japão ao Presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, informando a partida de Yokohama, no dia 26 de dezembro de 1906, de Rio Midzuno, Diretor Gerente da Empire Emigration Company of Tokyo, que vinha ver pessoalmente as condições do meio rural brasileiro, a fim de estabelecer uma ponte emigratória Japão-Brasil, e para o qual eram pedidas todas as facilidades em solo brasileiro. (8)

Midzuno passou então a ser alvo das atenções dos fazendeiros, tendo visitado várias propriedades rurais no interior de São Paulo, percorrendo ainda os municípios de Jundiaí, Campinas e Mogiana, terminando por observar prósperas fazendas na Região de Ribeirão Preto. Voltando ao Japão,

(6) SAITO, p.29.

(7) IKEDA, Shigeji - *Expansão econômica e cultural da Colônia Japonesa no Brasil (1906-1966)*. São Paulo, 1966. p.104.

(8) ARLINDA, p.89.

Midzuno, apresentou um relatório no qual afirma "*que o governo do Estado dará todas as garantias e proteção aos trabalhadores nipônicos em condições idênticas aos colonos europeus; ainda mais, garantirá subvenção aos imigrantes solteiros, enquanto que para os europeus a mesma não é concedida*". (9) Assim, a imigração japonesa antes mesmo de iniciar-se já se constituía numa exceção na política imigratória da época, abrindo um precedente na legislação. Tanto é que "*o governo do Estado de São Paulo introduziu em 1907 pequenas alterações nos dispositivos que regiam a matéria de imigração e colonização, possibilitando, mediante a assinatura de contratos especiais, conceder subvenções aos imigrantes, cuja procedência não estava na legislação anterior*". (10) Terminadas as negociações, é assinado no dia 6 de novembro de 1907 um contrato entre o governo paulista e a Companhia Imperial de Imigração, com sede em Tóquio.

Neste mesmo ano, começaram a surgir algumas opiniões contrárias à imigração nipônica, censurando-se o governo brasileiro que abria as portas à imigração japonesa enquanto a maioria dos países que até então permitiam a entrada de japoneses fechavam as suas. O próprio encarregado dos Negócios do Brasil no Japão, em 1907, declara com relação à introdução de nipônicos, que o Brasil com tal atitude "*se mete voluntariamente numa aventura perigosa*". O diplomata brasileiro estava temeroso de que, como ocorrera em outros países, principalmente nos Estados Unidos, passassem os nipônicos a competir com os trabalhadores rurais brasileiros devido a se contentarem com salários muito mais baixos. (11)

Porém o acordo fora firmado, com as assinaturas de Rio Midzuno, do

(9) SAITO, p.29.

(10) SAITO, p.29.

(11) NOGUEIRA, Arlinda Rocha - Considerações Gerais sobre a imigração japonesa. IN: SAITO, Hiroshi, ed. *Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo-Rio, Vozes-USP, 1973. p.57.

Presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, tendo presenciado o ato o Secretário da Agricultura, Carlos J. Botelho. Três fatores concorreram para que fosse concluído e ratificado o compromisso:

Em primeiro lugar, *"a dificuldade em angariar na Europa os elementos necessários"*. A Itália, desde 1902, havia proibido a saída de seus nacionais para o Brasil, em emigração subvencionada. Outro fator, era *"a esperança do governo em conseguir fixar o japonês nas fazendas"*. Considerava-se que este elemento, vindo de tão longe, sem conhecer a língua, não apresentasse a tendência ou encontrasse dificuldade em abandonar a fazenda, e assim se fixasse mais, o que viria contribuir para resolver o problema de falta de mão-de-obra na lavoura cafeeira. E finalmente, que desde a reunião dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, visando tomar uma atitude para valorizar o café, que se encontrava em fase de superprodução, ou seja o Convênio de Taubaté, onde uma das metas principais dos três Estados foi ampliar o mercado consumidor da rubiácea. *"São Paulo considerou que com o acordo com o Oriente seria aberto um novo mercado para o café"*. Aliás, nesse sentido o governo paulista assinou um contrato para propaganda do produto no Japão logo a 27 de junho de 1908. (12)

Finalmente partiu no dia 28 de abril de 1908 o vapor KASATO-MARU, trazendo 781 japoneses, entre os quais havia elementos aliciados pela companhia de imigração e imigrantes voluntários. (13) A leva era constituída principalmente por okinawanos, em número de 324 elementos, o que perfazia pouco menos da metade do número total de imigrantes. Quanto ao número de "imigrantes livres", a Lista Consular aponta 10 elementos livres, ha-

(12) ARLINDA NOGUEIRA, p.60.

(13) Há uma certa discordância entre os dados numéricos sobre os componentes da viagem do Kasato-Maru. Na Hospedaria dos Imigrantes foram registrados 781 indivíduos. A Lista do Consulado aponta 779 elementos e Saito concorda com esse número.

vendo discordância com os dados da Lista de Bordo que registra 11 elementos, sendo que Saito afirma terem sido 12 os elementos livres. (14) (Gráfico 1)

O KASATO-MARU chegou ao porto de Santos no dia 18 de junho de 1908, trazendo os primeiros japoneses que vieram trabalhar na lavoura cafeeira paulista. Entretanto Lynn Smith, citando Rodrigues de Melo, cuja obra foi publicada em 1935, afirma que os primeiros imigrantes, nos termos do contrato, destinavam-se sobretudo ao trabalho em plantações de arroz. (15) A maioria dos imigrantes foram enviados para a região Noroeste paulista, mais propriamente para Rio Preto, Sertãozinho, São Manoel, Indaiatuba e São Simão, respectivamente para as Fazendas Dumont, Guataparã, São Martinho, Sobrado, Floresta e Chanaan.

Em 1909 chegava o segundo contingente enviado ainda nos termos do primeiro contrato, pela Companhia Imperial de Imigração Japonesa. (16) (Gráfico 1)

No ano seguinte, 1910, chegava no mês de julho, o ROYQJUN-MARU, trazendo elementos arregimentados pela empresa TAKEMURA SHOKUMIN KAISHA, 168 famílias compostas de 593 homens e 186 mulheres perfazendo um total de 779 pessoas. (Gráfico 1)

A partir de março de 1912, o governo paulista assinou novo contrato para a importação de trabalhadores agrícolas japoneses desta vez com Iku-taro Acyagui, representante do Sindicato de Tóquio. Neste segundo contrato o Estado fazia maiores concessões. Concedia de pronto 50.000 hectares de terra livre entre o Rio Ribeira e Cananéia, isentando essa terra de im

(14) SAITO, p.21.

(15) SMITH, T. Lynn - *Brasil, povo e instituições*. Rio de Janeiro, USAID, 1967, p.157.

(16) Idem, p.158.

postos durante cinco anos. Concordava ainda em pagar um subsídio de 10 contos de réis a cada cinquenta famílias que se localizassem nesta concessão. Em compensação, o Sindicato de Tóquio comprometia-se em introduzir e estabelecer na área, durante um período de quatro anos, um total de 2.000 famílias japonesas, em dividir a terra em lotes de 25 hectares e construir um sistema de irrigação que estabelecesse água corrente em cada lote. (17) (Gráfico 1)

Até o ano de 1914 chegavam mais oito levas de imigrantes vindos nos navios UNKAI MARU, WAKASA MARU e TEIKOKU MARU, havendo a alternância das Companhias Toyo Imin e Takemura Imin.

Em 1914, com a chegada da décima leva ao Porto de Santos, o governo paulista rescindiu o contrato que favorecia o transporte de imigrantes.

Assim, *"a decisão do Governo de São Paulo em suspender a execução do contrato e da subvenção, o que na verdade implicava na suspensão efetiva da entrada de nipônicos, foi adotada tendo em vista a difícil fixação dos orientais como colonos de café em comparação com os europeus"*, pois eram constantes as queixas dos fazendeiros prejudicados com as frequentes fugas da lavoura. (18) Em 1910, 40% dos localizados nas lavouras cafeeiras não cumpriam seus contratos; em 1912 essa percentagem elevava-se a 62%. (19)

Entretanto, as Companhias Japonesas de Imigração não se conformaram com as novas decisões do governo paulista que doravante não iria mais subvencionar as passagens dos imigrantes nipônicos. Procurando aglutinar suas forças, e conseguir uma outra decisão do Governo de São Paulo, no

(17) RODRIGUES DE MELLO, Astrogildo - "Imigração e Colonização", *Geografia*, Ano I, n.4 (1935), p.25-49.

(18) SAITO, p.31.

(19) AZEVEDO, Sálvio de Almeida - "Imigração e Colonização no Estado de São Paulo". *R. Arq. Mun. de São Paulo*, v.75.

dia 3 de maio de 1914, uniram-se a Takemura Shokumin Kaisha e a Toyo Imin Kaisha. Em 1916, uniram-se três grandes companhias, a Takemura Shoban Kaisha, a Toyo Imin Kaisha e a Morioka Imin Kaisha. A Takemura era sucessora da Nambei Shokumin Kaisha, formando a Brasil Imin Kumiai (Sociedade de Imigração para o Brasil) e pleitearam nova concessão do governo do Estado para ingresso de imigrantes, e para tal fim agiram sob a forma de cooperativas, tratando de todos os assuntos referentes à imigração. Novamente a lavoura brasileira passou a ressentir-se de mão-de-obra para o café, pois ocorria uma dispersão de trabalhadores para zonas que plantavam cereais, pois o cultivo destes oferecia preços mais convidativos. Deve-se ainda somar outros fatores para o sucesso das pretensões das companhias japonesas. Em primeiro lugar a impossibilidade de entrada de imigrantes europeus, e também o interesse do governo paulista de proceder ao povoamento de regiões pioneiras, como o nordeste do Estado. (20) A partir de 1917, ficou estabelecido que, seria permitida a vinda de 5.000 japoneses anualmente. Tal permissão era uma das medidas empregadas pelo governo estadual para solucionar o problema da mão-de-obra. (21)

Depois de 1917, que é chamado de segundo período da imigração japonesa, (22) o que coincide com as operações valorizadoras do café que se iniciou no curso da primeira guerra mundial (1917-1920), através não só de emissões governamentais, com a devida cobertura política, o que proporcionava a ausência de problemas. (23) Nessa mesma época se cristalizou o pla

(20) ARLINDA NOGUEIRA, p.185.

(21) Relatório apresentado ao Dr. Altino Arantes, Presidente de São Paulo, pelo Secretário da Agricultura, Cândido Nazierro Nogueira da Mota, referente ao ano de 1916. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1918. p.150, apud. ARLINDA NOGUEIRA, p.184.

(22) HASTINGS, Donald - "Japanese emigration and assimilation in Brazil". *The International migration review*, New York, Center for migration studies. 3 (8):32-35, spring. 1969.

(23) FAUSTO, Boris - "Pequenos ensaios de História da República": (1889-1945). *Cadernos CEBRAP*. São Paulo, 10, 1972. 110p.

no de imigração de colonos. Grande parte do sucesso deste programa se deve aos esforços de Tsukasa Uyetsuka. Liderando um grupo de vinte e um japoneses subiu a margem sul do Amazonas e se estabeleceram no Baixo Amazonas. Lá fundaram o Instituto Amazônia "para investigar o clima, possibilidades agrícolas, a saúde e outras condições essenciais a uma migração bem sucedida". (24)

Uma colônia modelo foi estabelecida por um grupo na Bacia Andirá. Passaram então a enviar relatórios mensais sobre os progressos da colônia e também remetiam informações meteorológicas para o Japão. (25)

Outra importante tomada de posição a partir de 1917 foi o interesse direto do governo Japonês de dar cumho nacional e estatal à política imigratória para o Brasil. A própria criação da K.K.K., que passou a monopolizar os serviços de imigração para o Brasil, foi criada pela iniciativa do gabinete japonês então chefiado pelo Premier Teraushi. (26) Durante o ano de 1917 partiram de Kobe com destino ao Brasil, seis levadas de imigrantes, trazidos pela Brasil Imin Kumiai e a Toyo Imin Goshi Kaisha. No período de 1918-1920 partiram de Kobe e Nagasaki mais dezoito levadas, sendo que, dezessete desses embarques foram estabelecidos pela Brasil Imin Kumiai e um pela Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, aliás o primeiro desta Companhia. (26-a) Ao terminar o ano de 1920 já haviam entrado no Brasil 28.580 imigrantes japoneses. (Gráfico 2)

(24) TSUKASA, Uyetsuka - "Our emigrants in Amazônia". *Contemporary Japan*, v. 4. (june:1935), p.145.

(25) HASTINGS, Donald, p.36.

(26) SAITO, (3) p.32.

(26a) "Um recenseamento oficial colhido em 1 de setembro de 1920, enumerou um total de 27.976 nacionais do Japão vivendo no Brasil. Esses dois totais parecem coerentes, se levarmos em conta o efeito da mortalidade, a presença de representantes diplomáticos e consulares e o fato de poucos imigrantes terem retornado ao Japão. Mas não se deve esquecer que os censos brasileiros, a partir de 1920 enumeraram como brasileiros os filhos de pais japoneses nascidos no Brasil". - Lynn Smith. *Brasil, povo e instituições*. p.158.

Em 1920 terminava o prazo de quatro anos concedido pelo governo paulista, que mostrava-se indeciso quanto a sua renovação imediata. Como a guerra havia terminado, não existia mais problemas para a introdução de imigrantes europeus para suprir o deficit de mão-de-obra das lavouras cafeeiras. Saito afirma que *"segundo uma política tradicional, o governo paulista deu preferência aos trabalhadores provenientes de Portugal, Espanha e Itália em detrimento dos colonos orientais"*. (27)

A situação se tornara difícil para as autoridades japonesas que estavam dispostas a continuar incentivando a política imigratória, principalmente para as classes menos favorecidas da população. A dificuldade aumentava por que o Japão não via receptividade por parte do governo paulista que não desejava mais conceder subvenções, nem oferecer cotas ajudatórias aos imigrantes. A solução foi apresentada em 1921 quando o governo japonês apresentou ao Parlamento um projeto de Lei, que dispunha sobre a concessão a favor da K.K.K., o que foi efetivado no mesmo ano, sendo que posteriormente seria criado em 1923, um serviço especial encarregado da propaganda da imigração, como ao mesmo tempo passaria a pagar uma comissão a empresa, a título de compensação, quantia esta que era cobrada depois aos imigrantes. (28)

Em 1922, ficou definitivamente estabelecida a suspensão de subsídios aos imigrantes nipônicos pelo governo paulista, o que o Cônsul Kuwajima, se apressou a informar ao Ministério das Relações Exteriores do Japão, visto os japoneses terem sido considerados pelas autoridades brasileiras de imigração como não aptos para o trabalho da lavoura cafeeira. Todavia, em virtude de seu mérito comprovado como colonizadores, seria permitida a entrada, com esta finalidade, podendo ser concedidos auxílios e quotas. (29)

(27) SAITO, Hiroshi, (3) p.32.

(28) Idem, p.32

(29) NOGUEIRA, Arlinda Rocha, (5) p.208

O governo japonês procurando saber as razões da recusa de auxílios paulistas, indaga, através do Cônsul Geral do Japão, obtendo resposta do Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, que segundo Hiroshi Saito, foi *"muito justa e explícita"*, pois:

"Os fatos mostram que os colonos japoneses vem munidos de recursos financeiros e tornam-se independentes passados apenas um ano ou tempo aproximado de permanência nas fazendas de café..."

Como o governo do Estado vem concedendo um subsídio de 17 libras esterlinas por pessoa despenderia 24 libras em 2 anos para manter os colonos nas citadas fazendas. Em contraste, os colonos portugueses, espanhóis e outros europeus permanecem longo tempo nas fazendas, e portanto, o mesmo subsídio de 17 libras esterlinas era muito mais compensador". (30)

Diante de assertivas tão categóricas o governo nipônico não tinha outra alternativa, senão, ele mesmo, de tomar medidas para o encaminhamento de imigrantes, o que começa a fazer a partir de 1923.

A terceira fase da emigração japonesa começou em 1924 com o fechamento do continente norte-americano às emigrações orientais. No mesmo ano o governo japonês enviou uma missão à América do Sul sob a direção do Conselho de Emigração Japonesa, *"para estabelecer um programa que seria centralizado e racional no controle da emigração para o Brasil"*. (31)

O ano de 1925, marcará portanto, uma etapa decisiva em que a iniciativa passa do lado brasileiro para o japonês, o que marca também o fim do primeiro período da imigração japonesa para o Brasil.

Assim, a partir de 1925, o Brasil *"é para o Japão, não apenas, prati"*

(30) SAITO, Hiroshi, (3) p.33.

(31) HASTINGS, Donald, (22) p.36.

camente o único país receptor de emigrantes, mas também mercado potencial para os investimentos fora da Ásia e a ação combinada do governo e dos capitalistas japoneses imprime novas características a política imigratória japonesa no Brasil". (32)

2. SEGUNDO PERÍODO - 1926-1941

O segundo período da imigração japonesa perfaz um total de 15 anos, durante os quais os navios trouxeram 148.975 imigrantes que corresponde a *"mais de 75% do total imigrado na fase anterior à Segunda Guerra Mundial"*, (33) apresentando características bem definidas. (34) (Gráfico 2)

A KAIGAI KOGUJO KABUSHIKI KAISHA (K.K.K.K.), Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., passou a monopolizar a imigração, com vistas a colonização, procurando enganjar, encaminhar e distribuir regionalmente os imigrantes.

Todavia, o ato mais significativo, levado a efeito para o sucesso da colonização planejada foi a organização em quase todas as províncias japonesas de ASSOCIAÇÕES ULTRAMARINAS a fim de promover a corrente imigratória. Para reforçar e coordenar o aliciamento nas províncias foi fundada em Tóquio a Federação das Associações Ultramarinas, que teve como representante em São Paulo a Sociedade Colonizadora do Brasil (Yugen-Sekinin Buzairu Takusyoku Kumiai) que passou a ser identificada pela sigla de BRATAC. (35)

(32) VIEIRA, Francisca Isabel Schurig - *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo, Pioneira, Ed. da U.S.P., 1973. 272 p. p.34.

(33) Hiroshi Saito, (3) p.34.

(34) Schurig Vieira, in: *O japonês na frente de expansão paulista* nos da uma síntese das características. p.43.

(35) VIEIRA, Schurig (32) p.45.

A Sociedade Colonizadora do Brasil (BRATAC), que desapareceu posteriormente absorvido pela K.K.K.K., adquiriu quatro grandes fazendas, 3 das quais no interior paulista e uma no norte do Estado do Paraná, perfazendo uma área global de 81.162 alqueires. (35a)

Essa empresa de colonização, segundo seu relatório, o último, era uma sociedade civil, por quotas, de responsabilidade limitada, fundada em março de 1929, tendo por objetivos:

- "a) compra, venda, locação e hipoteca de imóveis;*
- b) fundação e exploração de núcleos coloniais;*
- c) introdução de imigrantes;*
- d) construção e exploração de estradas de ferro, de rodagem e quaisquer outras vias de comunicação;*
- e) utilização e exploração de terras de sua propriedade;*
- f) todos e quaisquer outros negócios e operações concernentes a imigração". (36)*

O capital para este empreendimento provinha não só do governo central, mas também dos governos provinciais, e ao mesmo tempo, a fim de dar escoamento à produção agrícola proveniente desses núcleos, foi criada a Companhia Nichiman Sangyo. Concomitantemente a esses investimentos do governo, os empreendimentos privados foram também transplantados para o Brasil. (37)

Em 1930, os investimentos do capital japonês voltaram-se para a Amazônia. Anos antes, em 1927, o embaixador Tatsuki, e sua comitiva realiza-

(35a) MONBEIG, Pierre. apud Schurig Vieira, p.59

(36) MORAES, Carlos de Souza - *A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre, Globo, sd. 316p. p.76.

(37) SAITO, Hiroshi, (2) p.36.

ram uma viagem de estudos aquela região, conseguindo concessões de grandes extensões de terra pelos governos dos Estados do Amazonas e do Pará. Foram fundadas então, a Amazon Kogyo, a Nantbei Takushoku e em 1930 o Instituto de Amazônia. (38)

As primeiras famílias japonesas imigradas localizaram-se no baixo e médio Amazonas, para Tomé-Açu, no município de Acará, e para Castanhal no município da zona Bragantina. A localização dos japoneses na zona Bragantina teve início com a ação pioneira do Instituto Agronômico Nantaku, que foi implantado no município de Castanhal, onde realizou pesquisas de agricultura tropical com a ajuda de técnicos japoneses. (39)

Instalou-se ainda na Amazônia a Fazenda Kotaku, em Parintins, formada por Tsukasa Uetsuka, encaminhando diplomados da Escola Superior Japonesa de Colonização e a Fazenda da Escola Ultramarina de Colonização, organizada em Mavês pelo diretor dessa escola, Hisae Yamazaki. (40)

Todas essas iniciativas, por parte dos empresários nipônicos e um rápido desenvolvimento da economia monetária das frentes pioneiras paulistas vão proporcionar um status quo favorável para o aparecimento de circunstâncias que favoreceriam as atividades comerciais entre os imigrantes nipônicos. Assim apareciam condicionamentos que inevitavelmente despertariam o interesse do capital industrial do Japão no Brasil. (41)

Outra investida dos capitais japoneses foi a compra em 1930 de fazendas de criação de gado e fazendas de café pela Tozan Kogyo do grupo Mitsubishi, que passou a agir no campo das finanças através da Casa Bancária To

(38) SAITO, Hiroshi, (2) p.36.

(39) SILVA, Orlando Sampaio - "A presença do japonês na Zona Bragantina-Pará". *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, (5) 113-128. jun-1972.

(40) VIEIRA, Schurig. p.56 op.cit.

(41) SAITO, (2) p.37

zan, hoje Banco Tozan.

Numa diversificação de interesses econômicos, o capital nipônico passa a operar também em empreendimentos ligados ao beneficiamento e exportação de algodão. Para agir nesse novo campo comercial foi fundada em Osaka, em 1936, a Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltd.; (NISHI HAKU MENKA KABUSHIKI), ligada aos maiores grupos da indústria têxtil japonesa. Começou a operar no Brasil em 1937, após construir suas instalações em Marília em terreno adquirido a Fernando de Almeida Prado. A BRASCOT, nome pelo qual a Sociedade passou a operar no Brasil, importou máquinas dos Estados Unidos para beneficiamento de algodão, tendo operado até 1942, quando devido ao conflito mundial, foi administrada pelo governo brasileiro, finalizando-se a liquidação de seus bens em 1951, (42) que incluía máquinas na Alta Sorocabana, em Birigui e São João da Boa Vista. A BRASCOT financiava ainda, a Cooperativa de Cafelândia, a Cooperativa da Fazenda Tietê, da Fazenda Bastos e da Fazenda Aliança, e ainda a Cooperativa Avaré e Massaki Ltd., em Promissão. (43)

A fim de facilitar a circulação e aplicação dos capitais financeiros da colônia japonesa em 1936-1937, foram fundadas quase que simultaneamente três casas bancárias, BRATAC, TOZAN e K.K.K.K., que passam a financiar no Brasil, a lavoura, deixando a venda do produto à livre iniciativa do lavrador. (44)

Quanto a imigração, que já atingira elevados índices até 1934, a partir de 1935, a entrada de japoneses declinou rapidamente, para finalmente cessar por completo ao deflagrar-se a Segunda Guerra Mundial, e o Brasil romper relações diplomáticas com o Japão estendendo-se durante dez anos, recomeçando em 1952. (Gráficos 4, 5 e 6)

(42) VIEIRA, Schurig, p.54.

(43) VIEIRA, Schurig, p.55.

(44) Idem, p.56.

3. TERCEIRO PERÍODO - 1952-1970

Após o término da Segunda Guerra Mundial foi autorizado a Yasutaro Matsubara instalar 4.000 famílias japonesas no Brasil Central e, a Kotaro Tsuji a proceder a instalação de 5.000 famílias na região Amazônica. Em realidade, as duas quotas foram administradas no Brasil por um agente, Akira Ohtani, que fora sub-gerente do Yokohama Specie Bank. No Japão a Federação das Associações Ultramarinas foi recriada com o propósito de recrutar e proteger imigrantes. Akira Ohtani tornou-se chefe da filial da Federação no Rio de Janeiro. Na realidade o terceiro período da imigração japonesa para o Brasil teve início com estas duas últimas tentativas. Em 1953, o Primeiro Ministro Shigueru Yoshida concedeu um empréstimo para a emigração no valor de 15 milhões de dolares, do Banco da América, do Chase Manhattan Bank e do First National City Bank (5 milhões de dolares de cada banco). Neste mesmo ano foi instalada a Companhia de Promoção para a Imigração Ltd., para administrar fundos e fazer os necessários empréstimos aos imigrantes e para investimentos nos núcleos coloniais que fossem fundados. Esta Companhia tinha duas subsidiárias, a JAMIC Imigração e Colonização Ltd., e a IJUSHINKO Crédito e Financiamento S.A. Demonstrando o interesse governamental na imigração, o Ministério das Relações Exteriores coordenou as operações da Federação e da Companhia em Toquio. Em 1960, ocorre a assinatura de um acordo formal sobre imigração entre o governo do Japão e do Brasil, entrando em vigor a partir de 1963. (45)

Após ratificação do Tratado de 1960, a Federação e a Companhia, fundiram-se numa só entidade semi-governamental, que recebeu o nome de JEMIS (Serviço de Imigração Japonesa), diretamente subordinada ao Ministério das

(45) SIMS, Harold D. - "Japanese postwar migration to Brazil: an analysis of Data presently available". *The international migration review*. New York, Center For Migration Studies 6 (19): 246-265 Fall, 1972. p.246.

Relações Exteriores. Em 1966, formou-se a Junta Unida Japonesa-Brasileira cujas finalidades eram determinar as quotas, o número de imigrantes, a distribuição em núcleos coloniais e demais interesses ligados à questão imigratória. De 1966 a 1970, a maior parte dos imigrantes japoneses que receberam subsídios governamentais dirigiram-se para o Brasil, porém 11% dos imigrantes viajavam sob suas próprias expensas, arcando com todas as despesas desde a saída do Japão até a fixação no Brasil. Em março de 1968, o Serviço de Emigração Japonesa informava que mais de 615.000 japoneses e seus descendentes estavam residindo no Brasil. A cifra representava considerável aumento sobre os 250.000 que viviam no Brasil no fim da Segunda Guerra Mundial. (46) (Gráficos 6 e 7)

(46) SIMS, Harold D. (45), p.247.

A COLONIZAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ

II-A COLONIZAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ

A primeira informação sobre a imigração japonesa, foi dada aos paranaenses, pela imprensa curitibana, através do Diário da Tarde, no dia 20 de junho de 1908, que publicou uma concisa nota, na coluna "Pelo Telégrafo", que se intitulava um *serviço especial do Diário* onde as notícias mais recentes eram divulgadas:

"Japoneses"

São Paulo, 20 - Chegou hoje aqui uma leva de imigrantes japoneses" (1)

Pelo que se despreende, a chegada dos primeiros imigrantes japoneses, não despertou, de imediato, nos meios jornalísticos curitibanos, um interesse maior, pois não há outras notícias, em outros jornais da Capital, sobre a primeira viagem do Kasato Maru. Todavia, a partir do início de julho, artigos mais extensos passam a ocupar a primeira página do "Diário da Tarde". Na edição de 6 de julho de 1908, o artigo era um libelo contra a imigração japonesa:

"IMIGRANTES JAPONESES"

"O brilhante diário fluminense O PAÍS tomou a sua conta a defesa de imigração japonesa, preconizando-a pelas virtudes morais e notável resistência física.

O correspondente telegráfico desta folha, em um dos seus despachos em nossa última edição, mencionou a atitude de O PAÍS, elucidando que este jornal considerava a imigração nipônica superior as outras até agora canalizadas para o Brasil. Com certeza o órgão carioca escorou proficuamente sua afirmativa, aduzindo argumentos irrefragáveis que muito desejamos conhecer. Porque somos de pensar

(1) CELESTINO JÚNIOR. Pelo Telégrafo. Diário da Tarde, Curitiba, 20 jun. 1908. p.2, 2c.

diametralmente oposto: julgamos a imigração japonesa perniciososa, por muitos motivos, preferindo as contingentes alemães, italianos, polacos, holandeses, etc.

Não padece dúvida que o japonês é de rija têmpera e excelente trabalhador, incansável e sôbrio. Mas precisamente por essas virtudes é que ele se torna fator nocivo visto como, aberta a concorrência, os operários de outras raças não podem com ele competir. Ao invés de ser elemento de progresso e concórdia, torna-se elemento perturbador e perigoso mercê principalmente da facilidade de adaptação.

Frisantíssimo o exemplo que nos apresentou há pouco tempo a América do Norte onde os trabalhadores americanos foram vencidos pelos japoneses que, econômicos e sombrios, se contentaram com os salários muito menores, obtendo por isso preferência dos patrões.

O governo yanque teve que lançar mão de medidas rigorosas, inclusive a delimitação da imigração dos filhos do Império do Sol Nascente.

Complicações semelhantes, e outras de longa enumeração, nos aguardam, si tivermos a imprudência de encher o Brasil de japoneses." (2)

O "Diário da Tarde", pelo seu articulista, estava preocupado com a imprevidência de uma crescente imigração nipônica, em primeiro lugar, pela concorrência à mão-de-obra nacional, já existente, formada não só de brasileiros como de imigrantes europeus. Por outro lado, manifestava-se também a apreensão, de vir a ser no Brasil, o japonês, um elemento perturbador, como fora nos Estados Unidos.

(2) CELESTINO JÚNIOR. Imigração Japonesa. *Diário da Tarde*, Curitiba, 6 jul. 1908. p.1, 2c.

Considerando que o "Diário da Tarde" tinha ampla circulação no Paraná, o artigo criava condições, no Estado, para um franco antagonismo em relação aos nipônicos recém-chegados à São Paulo.

Insistindo, em seus editoriais, com a campanha contrária a imigração publica um longo artigo, em 8 de julho, do qual se destacam trechos expressivos:

"IMIGRAÇÃO JAPONESA"

"Os imigrantes japoneses importados pelo Estado de São Paulo já estão alojados na respectiva hospedaria, e completamente vacinados, segundo uma nota do Estado de São Paulo.

São oitocentos esses japoneses que iniciam uma corrente imigratória repelida pela América do Norte.

Em São Francisco da California os japoneses são aos milhares e ativos, sombrios e econômicos.

Os operários nacionais, ativos também, mas de outra corpulência e com hábitos de conforto, portanto menos sombrios e menos econômicos, sentiram pesadamente os efeitos da concorrência. Os operários em abundância ofereciam-se para fazer o mesmo trabalho que os americanos, por um salário muito menor.

Os governos, nas suas iniciativas, não deviam só considerar superficialmente, os interesses das empresas, dos grandes, do capital enfim.

Deviam, por misericórdia, cogitar, ao menos um pouquinho do bem estar do povo. O infeliz, completamente esquecido, nunca entra em linha de conta nas altas cogitações de planos reformistas. Se a imigração japonesa é boa, é ótima para os ricos fazendeiros de São Paulo, é péssima para o povo.

E não somos só nós porque tratando-se de São Paulo e falando-se em povo, é necessário tomar em

consideração as centenas de milhares de italianos, as dezenas de milhares de alemães que ali colaboraram para a nossa prosperidade. A imigração japonesa se continuar, vai ali se estabelecer em proveito dos fazendeiros uma concorrência esmagadora para todos que ali labutam e que em breve terão de recuar aos últimos limites da miséria.

Eles têm construção moral política religiosa solidamente construída, resultando daí esforços harmônicos para um só objetivo. As nossas idéias vagam ao impulso do temperamento. Eles têm idéias reguladas pela instrução.

Que raça será a nossa no futuro si nos saturarmos de imigração japonesa? Ou eles não se radicam no Brasil pelos laços de família e serão então um imenso aparelho sugador, transportando para a pátria deles riquezas consideráveis ou cruzam, imprimindo na nossa raça as características deles, que com franqueza, não são grandemente apreciáveis. Nós, com nosso tipo nacional já bastante minguido, que híbrido iremos produzir cruzando-o com uma raça fisicamente ridícula? A saúde, a beleza e a força não são apenas ornamentos dispensáveis. Pensando bem vê-se que concorrem, se não como fatores, ao menos como condições de bom êxito no conflito econômico. Desejamos firmemente que a experiência de São Paulo não prossiga, evitando resultados funestos em futuro mais ou menos próximo". (3)

O primeiro fato a se notar pelos termos do articulista, é o paradoxo da opinião curitibana em relação a paulista que não apresenta na época tão exaltados comentários, apenas por outro lado, evidenciam as diferenças de costumes. Entretanto, o redator curitibano, num parêmbolo contras-

(3) CELESTINO JÚNIOR. Imigração Japonesa. *Diário da Tarde*, Curitiba, 8 jul 1908. p.1, 2c.

tante evidencia expressões como "construção moral, política e religiosa se-lidamente construída", "idéias reguladas pela instrução", etc., que destoam dos outros comentários. Deste modo, o jornalista antecipava em dezenas de anos as palavras da Campanha Anti-Nipônica levada a efeito por Arthur Neiva, Felix Pacheco e Miguel Couto, que chegou ao auge nas décadas de 30-40. As palavras do curitibano estão bem próximas das dos próceres da campanha anti-nipônica:

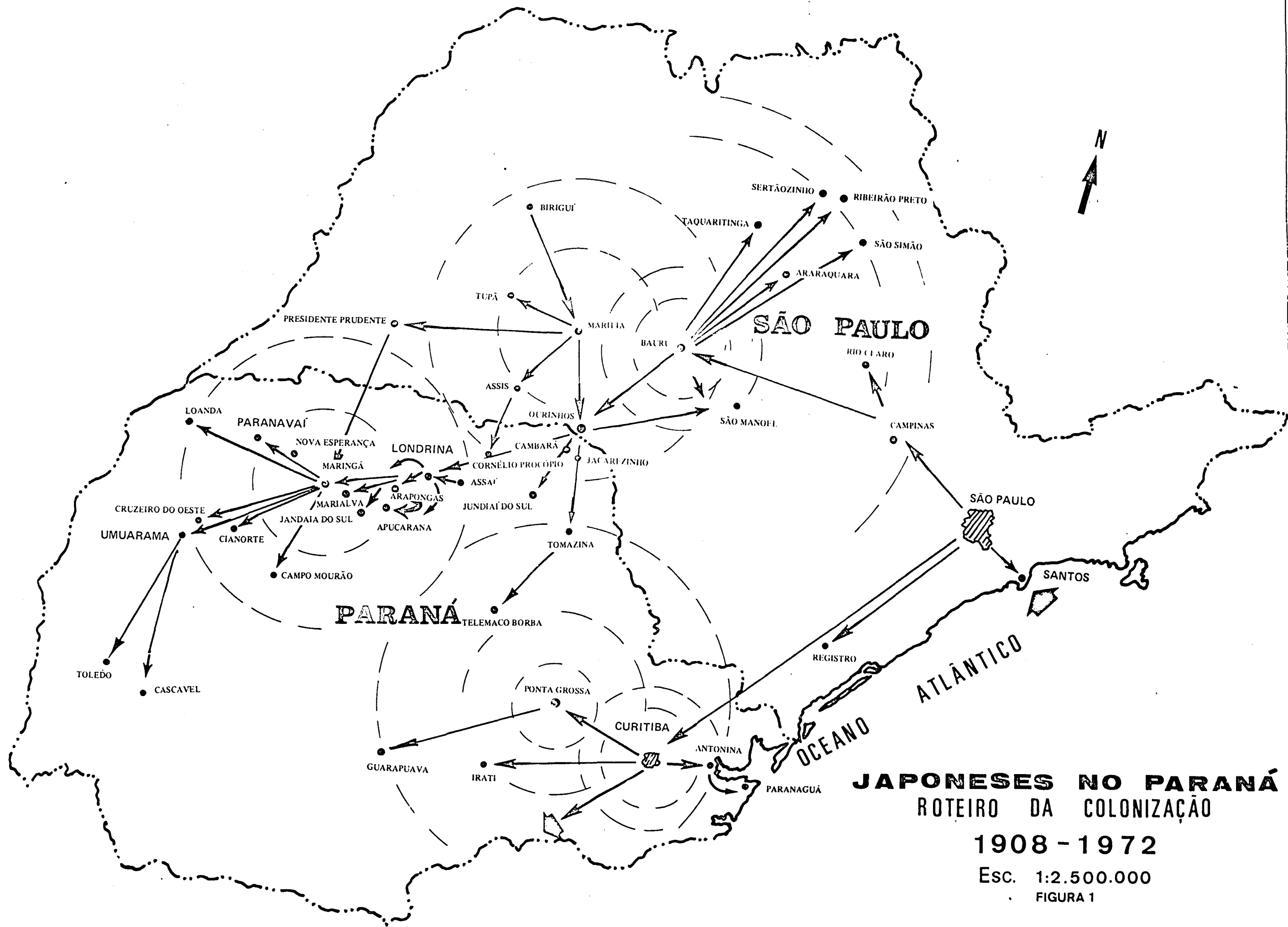
"Não vinha essa gente, como proclamaram os seus agentes, nos ajudar a formar nosso povo e co-sequentemente a nossa nacionalidade. Fanática da pátria de origem, não aceitava a adotiva, e, somática e psiquicamente, inassimilável vinha apenas construir núcleos de pelotões de guerrilhas, disfarçados em núcleos coloniais estanques, na verdade quistos raciais isolados em nosso meio, dentro da nossa vida, penetrando a nossa alma ingênua, espionando tudo que é nosso, a que vota ódio mortal e nojo. Indigestão japonesa". (4)

De tal forma constituiu-se de interesse do povo curitibano que o Diário da Tarde continuou com seus editoriais anti-nipônicos por mais dois meses, sempre procurando desprestigiar os novos imigrantes.

"E vieram algumas levas para São Paulo. Logo o entusiasmo começou a esfriar-se: os japoneses de-sertavam alegando não suportar o serviço! Ora essa! Eles que todo apregoava a resistência física superior a dos alemães, dos polacos, austríacos, italianos, etc., colonos aqui no Paraná e em outros Estados!

O insucesso, porém, foi adiante: um indiscreto, que visitou os núcleos japoneses em São Pau-

(4) OLIVEIRA, Antonio Xavier. Três heróis da campanha anti-nipônica no Brasil: Felix Pacheco, Arthur Neiva e Miguel Couto. Rev. Imig. Col., Rio de Janeiro, 4 (2-3):234-54, maio/set. 1963.



lo, trouxe a imprensa notas interessantes e desabonadoras.

Com a experiência feita em São Paulo, é de supor que no Brasil vá esfriando a admiração incondicional de muitos nipôfilos exaltados". (5)

Curitiba estava, assim, preparada pela Imprensa, para uma predisposição anti-nipônica que todavia foi desaparecendo à medida que o assunto já não aparecia nas primeiras páginas dos jornais.

Decorrido um ano, mais precisamente em maio de 1909, se iniciaria uma rota, que no futuro seria continuamente percorrida por japoneses, e no final da via estava o Paraná, onde iria florescer a segunda colônia japonesa em crescimento demográfico. Os roteiros de penetração de japoneses no Paraná, seguiriam vetores a partir de Curitiba, Paranaguá, Noroeste de São Paulo, e posteriormente Londrina, ponto de entrada para o Norte Novo (ver Figura 1).

A rota acabava de ser concluída por dois japoneses que agora se perdiam na multidão. Eram os primeiros japoneses a chegar ao Paraná. Estavam completando uma longa viagem. GINTARO MATSUOKA e EIHASHI SAKWOTO, que tinham vindo a pé de São Paulo para Curitiba. (6) Fugidos das fazendas paulistas onde não conseguiram se adaptar, procuraram uma cidade distante onde não pudessem reclamar compromissos de um duro contrato numa fazenda de café no interior paulista. Infelizmente, não há nenhuma informação posterior sobre estes dois japoneses, sua mobilidade ou fixação no Paraná. A partir de 1910 a presença de japoneses em Curitiba será muito rara, quase unitária, crescendo muito lentamente. De 1910 até 1920, há notícias da vi

(5) CELESTINO JÚNIOR. Imigração Japonesa. *Diário da Tarde*, Curitiba, 26 ag. 1908. p.1. 2c.

(6) RIZABURO, Jo - Guia da colônia japonesa do sul do Paraná, 1970. 126p.

sita de SHUHEI GINTARO e TAKEO GOTO, em 1910, de TOYOSHIGE MURASAKI, que mascateou nos bairros de Curitiba, em 1911, e de HIDEO SUGIYAMA, que instalou em Curitiba, no ano de 1915, uma filial de sua fábrica de artefatos de bambu, cuja matriz ficava no Rio de Janeiro. Data do mesmo ano, a chegada de SHINGO MATSUDA, o primeiro japonês a adquirir propriedade urbana em Curitiba. (7)

Ryu Midzuno, cognominado o "*Pai da Imigração Japonesa*", viria a residir muitos anos em Curitiba. (8) Era seu plano fazer um grande centro colonial de japoneses na área que seria mais tarde chamada de Norte Pioneiro.

Desejava Midzuno instalar nas proximidades do atual Campo Mourão, plantações de arroz, frutas, batatinhas, uma fazenda de gado, etc, que se tornaria uma comunidade auto-suficiente. Porém não conseguiu Midzuno levar adiante sua utopia colonial.

Ainda em 1915, é fundada no Km 80 da Estrada Guaraqueçaba, a Colônia KAKATSU, por IASUO YASUMOTO, TSUYUKO YASUMOTO, KIOTA YASUMOTO, SHIGUEKITI YASUMOTO e HIROMI SASSAKI, que lutando contra a maleita, conseguem se fixar na área com suas famílias.

TAKASHI HASEGAWA, HIROTI TAKASHIMA, chegaram em 1916, para trabalhar numa fábrica de sacos de papel que ficava no Bairro do Batel, em Curitiba, Fábrica de Sacos de Papel Macedo. Nesta mesma época, Takashi Watanabe

(7) RIZABURO, Jo - Guia da colônia japonesa do sul do Paraná. Curitiba, 1970. 126p.

(8) Ryu Midzuno nasceu em novembro de 1858, em Sagami-Mati, na Província de Takaokagun-Aita-Ken. Formou-se pela Faculdade de Keiooguidjiku, tendo sido preso por causa de suas opiniões. Em 1905, esteve no Peru, chegando ao Brasil em 1907. Foi superintendente da Kaigai Kogyo Kaisha, tendo abandonado a Companhia por divergências com a Diretoria. Em 1941, volta ao Japão, procurando conseguir financiamento para o seu plano de colonização, mas não conseguiu motivar os capitalistas japoneses. No ano de 1950 fixa residência em Curitiba, falecendo em São Paulo em 14 de agosto de 1951.

chega a Colônia Kakatsu, que começava a progredir. Retornando a São Paulo, inicia uma campanha de propaganda sobre as terras do Paraná, procurando motivar seus patrícios para que viessem para a Colônia Kakatsu. No início de 1917, atendendo os chamados de Watanabe chegam GINHORO HARA, MISA-KU HARA, SHINGUETI YASUMOTO, EIIKITI HORIDE, que iniciam plantações de arroz, banana e cana.

Em Paranaguá, chegou em 1916, o primeiro elemento nipônico, KITIEMEN MAKAYAMA, para trabalhar numa firma portuária.

Já em 1921, o governo japonês passa a se interessar pela possibilidade de estender a colonização japonesa para outros Estados do Sul do Brasil. Assim, em novembro, visita o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, passando alguns dias em Curitiba, KUMIATI Horiguti, que vinha observar as possibilidades de expansão da colonização japonesa nas terras devolutas do Paraná. Outra visita governamental ocorre no ano seguinte quando Ryu Midzuno retorna ao Paraná, acompanhado do Cônsul JUNNOSUKE KATO, tentando outra vez concessão de terras pelo Governo do Estado do Paraná. Midzuno em dezembro de 1924, fica residindo em Curitiba.

Até 1925, o plantio de verduras era feito em pequenas chácaras nos arredores da cidade, época em que chegam a cidade TOSHIKUWE AODO, JINTA HAGIHARA, KAORO WATANABE e SAI TARASAWA, iniciando a cultura de hortaliças e verduras que passaram a ser procuradas, principalmente a alface e a beringela. Em 1927, Ryu Midzuno consegue que seja fundada uma sociedade agremiativa de japoneses em Curitiba, a SENKAKAI, sendo TOSHIKUWE AODO seu primeiro presidente. A primeira quitanda-mercearia em Curitiba, cujo proprietário era japonês, foi instalada em 1930, por ONSEI ADATI, chegando pouco tempo depois HISAGI KAWASE e KENITIRO UEMURA para dedicarem-se ao mesmo ramo de comércio.

Enquanto a Revolução de 1930 irrompia no Paraná, com a deposição do

Governador Afonso Alves de Camargo, deposto no dia 5 de outubro pelo Major Plínio Alves Monteiro Tourinho, assumindo o governo o General Mário Tourinho, instala-se no mesmo mês em Ibaítí, a Colônia Nova Tóquio, com várias famílias japonesas, sob a direção de SENMATSU IAGUI. (9)

A primeira sociedade de pesca em Paranaguá, foi instalada por YASUGIRO SIMIZU, formada por ações entre a colônia japonesa, a Sociedade Pesqueira Ltda. Na Região denominada Serra Negra, SHUFO NAGANISHI, adquiriu da Companhia União Teuto-Brasileira, 20.000 alqueires, a 250 mil réis o alqueire. Iniciou-se logo uma vasta propaganda em São Paulo e outros Estados brasileiros para a colonização da área. Pretendia Naganishi, fazer uma centralização de colônias, para isso, chegava a comparar as terras paranaenses ao solo japonês, dizendo serem ótimos para o arroz, fruticultura e *"muito bom para educação de nisseis"*. Muitos atenderam o chamamento de Naganishi, tendo vindo da Amazônia INOMATA NAKATAKE e SASANE MAKINO, que posteriormente assumiram a liderança em Serra Negra. (10)

Outros japoneses continuaram se dirigindo para as proximidades de Curitiba, fundaram próximo a Ibaítí, a Colônia Corte Grande, que era dirigida por SINZO SUGUIYAMA, MASSAHIRO TAKII, YADJIU KURITA e YASSUHEI MIAJIMA. Novamente, Ryu Midzuno, funda em 1936, outra Colônia, denominada Alvorada, numa área de 1.200 alqueires, em Ponta Grossa. No mesmo ano, uma outra colonizadora, dirige-se para Tomazina, com oito famílias chefiadas por KASUKI TI WADA, YOSHITARO KONOSHI, SOJI SASSAKI e KONDO YAICHI.

Decorridos precisamente trinta anos da chegada da primeira leva de imigrantes japoneses, e também devido a crescente migração de famílias japonesas para o Paraná, principalmente para a região norte do Estado, que começava a ser ocupada, é instalado em Curitiba, o Consulado Japonês, em

(10) Histórico do 60º Aniversário da Colônia Japonesa no Paraná - 1968. 330p.

1938, sendo o primeiro cônsul o diplomata de carreira, TAKEO SAITU. O cônsul logo inicia suas atividades colaborando para que fosse fundada no mesmo ano, a Colônia Uberaba, dirigida por TANIMATSU HAWASAKI e TOMO HAWASA - KI. Outra atitude do diplomata foi divulgar a Colônia Alvorada, fundada por Midzuno, conseguindo motivar SADA O NODA, KANICHI SATO, KENITI UEMURA e MITSINOE SHINOHARA, que vieram com suas famílias. A Colônia Japonesa no Paraná, não se despreocupava com a educação de seus descendentes, e em 1939, formava-se o primeiro médico de origem japonesa, YASAKO OTSUKA, pela Universidade do Paraná.

Com a chegada, em 1940, do novo Cônsul, SHUNICHI KOMIWE, o Consulado Japonês, desenvolve intenso trabalho de aliciamento de japoneses residentes em São Paulo, para a fundação de Colônias no Paraná. Desta forma, sob uma orientação oficiosa de KOMIWE, são fundadas três novas colônias, a Colônia Amora Preta, dirigida por GINKICHI HAGA, KENOSE NARITA, SHINITI KARAI e TOTARO SUYAMA, a Colônia Rio Grande, sob a orientação de TAKAUITI SUZUKI, e a Colônia Campo Comprido, cujo líder era MORITI YASUMOTO. (11)

No início do ano de 1949, pelo número de japoneses e seus descendentes que já residiam na área de influência de Curitiba, se justificava a fundação de uma associação que os agrupasse, o que foi feito por SAKAHIRO FUJIMURA, sob o nome de Sociedade Japonesa de Curitiba, hoje Sociedade Nipo Brasileira de Curitiba, da qual fez parte a Sociedade dos Estudantes Nisseis de Curitiba (GASUKEI REMEI), que depois se tornou autônoma.

O Censo de 1950 demonstrou a existência de 15.393 japoneses vivendo no Paraná. (11a) (Vide Tabelas A, I e II)

(11) SABURO, Jo - *Origem do Convênio Brasil-Japão*. Londrina, Edição do autor, 1972. 107p.

(11a) MORTARA, Giorgio - Distribuição territorial dos japoneses no Brasil. *Rev. Bras. Estat.* 85: 1.3. jan/mar. 1956.

Tabela A
BRASIL

Naturais do Japão presentes em 1º-VII-1950, segundo as regiões

REGIÃO	ESTRANGEIROS	BRASILEIROS NATURALIZADOS	TOTAL
Norte	614	16	630
Nordeste	32	6	38
Leste	2.313	156	2.469
Sul	120.346	4.140	124.486
Centro-Oeste	1.494	75	1.569
BRASIL	124.799	4.393	129.192

Fonte: MORTARA - Rev. Bras. Est. (ver 11a)

Tabela 1

Naturais do Japão presentes em 1º-VII-1950, segundo as Unidades da Federação, por sexo.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		TOTAL		
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOM. E MUL.
Guaporé	-	-	-	-	-	-	-
Acre	5	-	2	-	7	-	7
Amazonas	116	79	3	3	119	82	201
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-
Pará	242	171	6	2	248	173	421
Amapá	1	-	-	-	1	-	1
Maranhão	10	8	2	1	12	9	21
Piauí	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	3	1	-	1	3	4
Pernambuco	7	3	1	1	8	4	12
Alagoas	1	-	-	-	1	-	1
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	42	28	-	-	42	28	70
Minas Gerais	457	351	66	43	523	394	917
(Serra dos Aimorés)*	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	1	1	-	-	1	1	2
Rio de Janeiro	596	457	24	9	620	466	1.086
Distrito Federal	228	150	12	2	240	152	392
São Paulo	57.284	48.027	2.075	1.526	59.359	49.553	108.912
Paraná	8.125	6.735	306	227	8.431	6.962	15.393
Santa Catarina	8	4	1	-	9	4	13
Rio Grande do Sul	100	63	5	-	105	63	168
Mato Grosso	651	499	17	5	668	504	1.172
Goiás	189	155	28	25	217	180	397
BRASIL	68.063	56.736	2.549	1.844	70.612	58.580	129.192

* Região contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Fonte: MORTARA. Rev. Bras. Est. (ver 11a)

Tabela II

Distribuição dos oriundos do Japão* segundo as Unidades da Federação, em 1940 e em 1950.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DADOS ABSOLUTOS		PROPORÇÕES POR 100.000	
	1.940	1.950	1.940	1.950
Guaporé	-	-	-	-
Acre	6	7	4	5
Amazonas	305	201	211	156
Rio Branco	-	-	-	-
Pará	467	421	323	326
Amapá	-	1	-	1
Maranhão	21	21	15	16
Piauí	-	-	-	-
Ceará	4	-	3	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	23	4	16	3
Pernambuco	24	12	17	9
Alagoas	-	1	-	1
Fernando de Noronha	-	-	-	-
Sergipe	-	2	-	2
Bahia	39	70	27	54
Minas Gerais	893	917	618	710
(Serra dos Aimorés)**	5	-	3	-
Espírito Santo	21	2	15	2
Rio de Janeiro	380	1.086	263	841
Distrito Federal	538	392	372	303
São Paulo	132.216	108.912	91.484	84.302
Paraná	8.064	15.393	5.580	11.915
Santa Catarina	5	13	3	10
Rio Grande do Sul	204	168	141	130
Mato Grosso	1.128	1.172	780	907
Goiás	180	397	125	307
BRASIL	144.523	129.192	100.000	100.000

* Em 1940, nacionais do Japão e brasileiros naturalizados dele naturais; em 1950, estrangeiros e brasileiros naturalizados naturais do Japão.

** Região contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Fonte: MORTARA na Rev. Bras. Est. (ver 11a)

Nas comemorações do Centenário da Emancipação do Paraná, em 1953, foi formada uma Comissão para organização das festividades, tendo representado a Colônia Japonesa YASUSHI YAMASAKI e HIDEO NOGUCHI.

A crescente mobilidade de japoneses para Paranaguá onde passaram a se fixar, desenvolvendo as mais diversas atividades, principalmente a pes

ca e a indústria de produtos de pesca, fez com que surgisse a Sociedade Nipo Brasileira de Paranaguá em 1954, aparecendo logo a seguir uma agência da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil. (12) Na zona de Guaratuba, os primeiros japoneses a se fixarem foram TOSHIKI HAYASHIDA, TOSHITSUGU HAYASHIDA, MITSU TAKANO, YUKIO OSAKI, TADAYURI YAMAMURA, todos dedicados a atividades agrícolas.

No aniversário de 50 anos do início da imigração japonesa, em 1958, os príncipes Takahito Mikasa e Yuriko Mikasa, enviados do Governo de Tóquio, acompanhados do Embaixador Ando e do Prefeito de Kawagawa-Ken, visitaram Curitiba, onde foram recebidos pelo Governador Moisés Lupion, tendo se dirigido para o Norte do Estado, hospedando-se em Londrina.

A primeira informação que se tem sobre japoneses em Castro, refere-se aos "*Sete Samurais das Batatinhas*", (BATATA - SHINITIN NO SAMURAI) como são chamados nas publicações nipo-brasileiras, (13) os pioneiros nipônicos que em 1958 se instalaram em Castro, na zona rural. TATSUO YAMANO TO, TADAO KIMURA, GORO OKUBO, TADAWOBU NOHAMA, MITSUHIRO KAWAYAMA, ASAJIRO YAMAZAKI e JOSÉ AIKAWA, dedicaram-se a cultura da batatinha (*solanum tuberosum*).

Juntando seus capitais, fundam uma Cooperativa de transportes que se encarregava de colocar diretamente no mercado atacadista sem necessitar de intermediários, repetindo assim o exemplo de Moinho Velho, quando surgiu a Cooperativa Agrícola de Cotia. (14)

(12) IKEDA, Shigeji - Expansão Econômica e Cultural da Colônia Japonesa no Brasil. São Paulo, 1966. 420p.

(13) Várias publicações como GUIA DA COLÔNIA JAPONESA NO SUL DO PARANÁ, Edições Comemorativas dos Aniversários da Imigração, sempre cognominam os pioneiros japoneses em Castro, de "OS SETE SAMURAI DAS BATATINHAS".

(14) SAITO, Hiroshi - O cooperativismo na região de Cotia: estudo da transplantação cultural. *Sociologia*, 22(3):241-253, set. 1960.

Porém, um grande passo para a aglutinação econômica e cultural dos japoneses no Paraná foi a fundação da Federação das Colônias Japonesas, com sede em Curitiba, sendo eleito primeiro presidente, HAYO WASHIDA.

A grande movimentação de capitais nipônicos que circularam entre os japoneses no Paraná e seus investimentos despertaram o interesse financeiro do Grupo Tozan que fez inaugurar em Curitiba a primeira agência do Banco América do Sul, no Paraná, que começou a operar em 1962.

Outras agências foram sendo instaladas em outras cidades onde o elemento japonês aumentava a sua fixação e o seu capital em transações bancárias. Estas agências financiavam o plantio de café, tratores, colhedei^{ras} ou concediam empréstimos simples nos juros de praxe. (15)

A Colônia Japonesa consegue, um representante para a Assembléia Legislativa do Paraná, em 1962, um nissei, de Cornélio Procópio, o advogado YOSHIO UENO, que em 1966, juntamente com MINORO MYAMOTO, foram eleitos deputados federais. Em 1969, Curitiba veria erguer a Igreja do Perpétuo Socorro, cuja planta foi idealizada por um nissei, o engenheiro KOZO ASSAI.

No chamado Norte Pioneiro a presença do elemento nipônico fez-se muito cedo. Os primeiros imigrantes nipônicos no Norte do Paraná apareceram em 1914, na Fazenda Barbosa em Cambará. SUGAWO e HATIRO HONDA foram os pioneiros, seguindo-os no ano seguinte mais dez famílias. Em 1915 chegaram mais 20 famílias, sendo fundada a Vila Japonesa de Cambará. Este primeiro núcleo foi fundado por BUNZO KOGA, TADASHI NAGARASHI, YONEKITI KIWA, TOMITARO ITO, MATSUHEI NEBESHIMA, KISHIRO TANAKA e outros. (16)

No atual município de Bandeirantes, uma grande penetração nipônica

(15) Banco América do Sul S.A., 1960. *Breve História do Banco América do Sul S.A.* Gráfica Hossokawa Ltda, Tóquio, Japão.

(16) TORIYAMA, Toyoyasu. *A vida dos imigrantes japoneses pioneiros do Brasil.* Noguiyo Shimbun, 1972. 210p. p.13.

passa a ocorrer a partir da década de 20, com a aquisição de terras da Companhia Almeida Prado, nas quais SUEKITI YAMADA, instalou a Fazenda Nomoru, com 100 alqueires. Pouco depois TAKEO ATOMIA adquiriu 700 alqueires, onde é instalada a Fazenda Atomia. Nesta mesma região foram instaladas as Colônias Água da Divisa, Água da Limeira e a Colônia Kosei, num total de 27 famílias.

Em Cornélio Procópio, a instalação de japoneses e suas famílias se inicia em 1928, com a fundação da Colônia Igarapava, dirigida por ITISUKE NISHIMURA, SUEKISHI MISHIMURA e TOMONO SUKE. No início de 1929, chega da Ilha Formosa, onde possuía grandes terras cultivadas, SHINTARO ATOMIA, que funda uma grande fazenda, com a ajuda de capitalistas japoneses, onde é instalada a Colônia Japonesa Central, liderada por MANKITI TADANO. No local, 22 famílias japonesas iniciaram imediatamente suas atividades agrícolas.

Outra grande aquisição de terras deu-se em Uraí, quando em 1926, a firma japonesa NAMBEITO TOTIKAISHA, comprou 100.000 alqueires às margens do Rio Congonhas, ficando a fundação da colônia a cargo de REIZO YAMANASHI. Para isso contou com a ajuda dos pioneiros SHIDEKISHI INOMURA e TOKUJA KOSEKI. Logo a seguir em 1928, a BRATAC deu início as suas atividades de colonização dirigida, adquirindo várias glebas de terras no Norte do Paraná, num total de 18.610 alqueires, onde instalou a Fazenda Três Barras, dando origem a Assaí.

Os lotes eram vendidos por cerca de dez contos, pagos em prestações anuais com prazo de 8 anos. (17) A BRATAC procedeu a um planejamento dos lotes, tendo para isso vindo o engenheiro agrimensor MASAKITI TOMITA, da

(17) VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo, Pioneira, Ed. da USP, 1973, 272p. p.45.

Universidade de Tóquio. A Fazenda Três Barras, desenvolveu-se rapidamente graças a aplicação de capitais no plantio de algodão, tendo inclusive sido construída uma usina de beneficiamento do produto. Em 1952, vinte e quatro anos após a sua instalação Assai era elevada à categoria de Município.

Outra etapa da colonização japonesa no Paraná começou a desenvolver-se em 1925, com a ocupação de áreas devolutas no Norte do Estado. Eram áreas que ficarão conhecidas como Norte Novo ou Norte Pioneiro.

As cidades começaram a surgir nas primeiras décadas do século, em 1900, Jacarezinho, Cambará em 1904, Bandeirantes e Cornélio Procópio em 1921. Tais núcleos urbanos, as últimas cidades, foram impulsionados principalmente pela chegada dos trilhos a Ourinhos, em 1908, projetados pela Estrada de Ferro Sorocabana. Com isso, começou a colonização da área entre os rios Itararé e Tibagi, ocupada por iniciativa privada dos fazendeiros, que adquiriam imensas glebas de terras diretamente do Estado do Paraná. Podiam ainda os pioneiros adquirí-las de antigos posseiros ou a concessionários na própria região.

Todavia, não foi ocupada toda área devoluta em sua extensão total, iam ficando partes na retaguarda que só foram ocupadas definitivamente por uma colonização dirigida, como o caso da Colônia Assaí.

Os povoadores, seguindo o rio Paranapanema, chegaram a região trazidos pela ação propagandista e aliciadora das companhias colonizadoras, por seus agentes, que revelavam a exuberância das terras do Norte do Paraná, procuravam estabelecer um fluxo migratório contínuo e crescente, acelerando a efetiva o-

cupação da terra.

As concessões iniciais, de aproximadamente 50 mil hectares cada uma, feitas respectivamente a CORAIN e Cia. (Primeiro de Maio) e a Leopoldo de Paulo Vieira (Sertanópolis), que foram loteadas em chácaras, pequenos sítios e fazendas. (18)

Continuando o Estado a política de concessões territoriais, foram feitas aquelas a Manuel Firmino de Almeida (Zacarias de Góis), onde se localiza a desembocadura do Rio das Pedras no Santo Inácio, atualmente parte da região de Lupianópolis e Santo Inácio, a Antonio Alves de Almeida (Nova Bahia) e a Companhia Agrícola Marcondes, (Pirapó).

A mais importante, pelas suas consequências, foi a concessão feita pelo Governo do Estado do Paraná, de terras devolutas à Paraná Plantations Limited, com sede em Londres, companhia colonizadora inglesa que passava a operar no Brasil também com "negócios de terras e colonização". *"Toda area colonizada pela Companhia de Terras do Paraná foi dotada de boas estradas, colocando as propriedades rurais com comunicação fácil com os centros urbanizados e facilitando o escoamento da produção"*.

"Milhares de colonos com suas famílias, vieram desta maneira radicar-se no Norte do Paraná, tornando-se logo proprietários de suas terras, onde via de regra, plantavam café e tinham ainda pequena lavoura de subsistência". (19)

(18) WESTPHALEN, Cecília Maria. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Bol.n.7, do Departamento de Historia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968. 52p.

(19) WESTPHALEN, cit. (18)

Os ingleses da Paraná Plantations Limited iniciaram imediatamente o trabalho colonizador. Investiram somas fabulosas nos projetos de organização e eram possuidores de larga experiência, graças aos empreendimentos que promoveram noutros continentes. A subsidiária que haviam criado, a Companhia de Terras Norte do Paraná, realizaria o desbravamento do Norte Novo.

Seus planos incluíam: como era natural a fundação de cidades, a começar por Londrina.

Essas glebas estavam a espera de braços para produzir. O projeto da C.T.N.P. previa a construção de estradas de rodagem e uma via férrea. A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, mas seus trilhos somente chegariam a Jataizinho em 1932. De Jataizinho até o Patrim nio que foi chamado de Londrina, havia apenas uma estrada muito estreita de chão batido. No ano de 1929, da fundação de Londrina, percorrendo a improvisada estrada chegaram candidatos a compradores de lotes, todos japoneses radicados em Santo Anastácio, Estado de São Paulo. Vinham trazidos por HIKOMA UDIHARA. (20)

MASSAHU OHARA, comprou o primeiro lote, lote n  1, TOSHIO TAN, adquirente do lote 3, MASSAHITO TOMITA comprou o lote 2 e MITSUEI OHARA, comprou o lote 5. TOSHIO TAN um dos pioneiros ainda vive em Londrina. (21)

(20) Hikoma Udihara, que em 1961 foi honrado com a outorga do título de cidadão honorário de Londrina, também foi homenageado pelo Governo do Estado em 1963, com medalha de ouro e diploma.

(21) A contribuição japonesa para o desenvolvimento do Norte do Paraná. *Suplemento especial da Folha de Londrina*, Londrina, sd./1974. 12p.

Londrina se tornaria a cidade do Norte Novo e do Paraná a apresentar maior número de imigrantes japoneses e de seus descendentes.

No roteiro da colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, iriam sendo semeadas outras cidades, como Rolândia, Cambé, Arapongas e Apucarana em 1944, destacando-se depois Maringá. (22)

Porém, antes que Arapongas fosse um patrimônio várias famílias japonesas entraram nas regiões circunvizinhas para instalar as Colônias Fuji, Novo Mundo, Oriente e a Colônia Esperança, de japoneses católicos que é assunto da terceira parte deste trabalho. (23)

Londrina inicialmente e Maringá a partir de 1947 se tornariam os grandes fulcros de expansão para além do rio Ivaí, surgindo novos patrimônios onde o pioneirismo japonês está sempre em destaque, alcançando o que hoje chamamos de "Norte Novíssimo", com Umuarama, Goio-Erê, Lupionópolis, Jaguapitã, Mandaguáçu, Ibiporã, Cruzeiro do Oeste, etc. (24)

Em 1958, a fim de comemorar o quinquagésimo aniversário da imigração japonesa para o Brasil, a Comissão de Festejos idealizou a realização de um censo que demonstrasse para todo o

(22) THOMAS, A.H.M. - *Companhia de Terras Norte do Paraná*, mimeografado. São Paulo, 1953.

(23) BERNARDES, Lysia - O problema das "frentes pioneiras" no Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, (3) jul/set, 1953.

(24) SUZUKI, Teiiti - Considerações sobre o censo dos imigrantes. *Sociologia*. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1963. (25(3) p.253-264.

País e Exterior a real participação do japonês na estrutura econômica, política, administrativa e social brasileira. O I.B.G.E. se encarregaria da impressão dos formulários para o censo e a Universidade de Tóquio analisaria os dados. (25)

Os resultados foram publicados em 1964, pela referida Universidade, em texto bilingue, japonês-inglês, tornando-se um importante subsídio para um estudo pormenorizado da colonização japonesa em seus mais diversos aspectos. Obteve-se da publicação os dados relativos e de interesse para a Demografia Histórica no que concerne a colonização japonesa no Paraná.

O Censo de 1958 da Colônia Japonesa no Brasil, dividiu territorialmente o Estado do Paraná em treze grandes regiões, nomenclaturadas pelas cidades mais desenvolvidas, nas quais ficaram incluídos cento e vinte e um municípios paranaenses, todas as cidades periféricas que direta ou indiretamente estão dependentes dos municípios considerados como centro de convergência dos dados censitários. (26) As treze regiões polo, foram, a saber:

- 1º - TOMAZINA
- 2º - JACAREZINHO
- 3º - CORNÉLIO PROCÓPIO
- 4º - LONDRINA
- 5º - APUCARANA
- 6º - MARINGÁ
- 7º - PARANAVAÍ
- 8º - CRUZEIRO DO OESTE
- 9º - LITORAL
- 10º - CASTRO
- 11º - CURITIBA
- 12º - CAMPOS GERAIS e
- 13º - SUDOESTE DO PARANÁ

(25) Histórico do 60º aniversário da Colônia Japonesa no Paraná. 1968.330p.

(26) JAPÃO. UNIVERSIDADE DE TOKIO. Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa. *The Japanese immigrant in Brazil*. Tokio, 1964, 766p.

Examinando agora, mais detalhadamente o censo de 1958, nas grandes regiões censitárias.

TABELA III

PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
1ª Região - TOMAZINA

Micro-Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Abatiã a	103	33	70	23	80	51	52
Carlópolis	906	331	575	117	789	479	427
Curiuva	103	27	76	10	93	54	49
Ibaiti	443	132	311	94	349	229	214
Joaquim Távora	482	154	328	114	368	250	232
Pinhão	15	5	11	15	-	7	8
Jundiã do Sul	18	4	14	10	8	9	9
Quatiguá	130	38	92	11	119	66	64
Ribeirão do Pinhal	274	76	198	47	227	109	165
Siqueira Campos	35	9	26	11	24	13	22
Tomazina	61	16	45	7	54	21	40
Venceslau Braz	810	198	612	37	773	351	451
TOTAL	3.380	1.022	2.358	496	2.884	1.639	1.741

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbano, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: (ver 26)

TABELA IV

PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
2.ª Região - JACAREZINHO

Micro-Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Andirá	247	60	187	75	172	130	117
Bandeirantes	1.329	386	943	637	692	700	629
Cambará	1.039	435	604	260	779	509	530
Itambaracá	372	100	272	36	336	209	163
Jacarezinho	215	56	159	116	99	116	99
Ribeirão Claro	67	28	39	32	35	32	35
Santa Amélia	298	66	232	53	245	158	140
Sto. Antonio da Platina	353	128	225	40	313	193	160
TOTAL	3.920	1.259	2.661	1.249	2.671	2.047	1.873

(I) Imigrante, (D) Descendentes, (U) Urbano, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: (ver 26)

TABELA V
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
3.ª Região - CORNÉLIO PROCÓPIO

Micro-Regiões		GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
	Total	I	D	U	R	M	F
Amoreira	2.346	715	1.631	144	2.202	1.208	1.138
Congoinhas	100	26	74	19	81	53	47
Cornélio Procópio	896	262	634	371	525	483	413
Leópolis	87	36	51	-	87	38	49
Nova Fátima	257	95	162	8	249	138	119
Santa Mariana	949	271	678	370	579	503	446
Sertaneja	1.204	362	842	107	1.097	621	583
TOTAL	8.792	2.591	6.201	1.911	6.881	4.540	4.252

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA VI
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
4.ª Região - LONDRINA

Micro-Regiões	GERAÇÃO			RESIDÊNCIA		SEXO	
	Total	I	D	U	R	M	F
Alvorada do Sul	267	80	187	7	260	124	143
Assai	6.650	2.039	4.611	2.623	4.027	3.395	3.255
Astorga	827	237	590	401	426	435	392
Bela Vista Paraíso	401	104	297	191	210	204	197
Cafeara	93	33	61	11	83	55	39
Cambe	662	180	442	203	419	320	302
Centenário do Sul	383	108	275	101	282	214	169
Colorado	1.013	286	727	112	901	511	502
Florestópolis	39	21	18	22	17	20	19
Guaraci	312	88	224	139	173	162	150
Ibiporã	483	144	339	173	310	258	225
Iguaraçu	446	126	320	163	283	224	222
Itaguajê	268	85	183	122	146	140	128
Jaguapitã	228	87	141	27	201	119	109
Jataizinho	1.047	360	687	92	955	524	523
Lobato	307	91	216	55	252	154	153
Londrina	8.978	2.669	6.309	5.143	3.835	4.626	4.352
Lupionópolis	261	78	183	100	161	125	136
Munhoz de Melo	394	125	269	44	350	203	191
Porecatu	79	23	56	31	48	40	39
Primeiro de Maio	272	74	198	8	264	129	143
Rolândia	1.800	546	1.254	742	1.058	869	931
Sabáudia	207	57	150	3	204	99	108
Santa Fé	291	89	202	74	217	152	139
Santo Inácio	114	29	85	22	92	67	47
S. Jerônimo da Serra	993	308	685	290	703	513	480
Sertanópolis	71	25	46	22	49	35	36
TOTAL	26.847	8.092	18.755	10.921	15.926	13.717	13.130

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA VII

PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958

5.^a Região - APUCARANA

Micro-Regiões	GERAÇÃO			RESIDÊNCIA		SEXO	
	Total	I	D	U	R	M	F
Apucarana	2.432	754	1.678	1.138	1.294	1.247	1.185
Arapongas	3.094	843	2.251	1.187	1.907	1.565	1.529
Araruva	132	37	95	50	82	71	61
Bom Sucesso	226	78	148	67	159	116	110
Borrazópolis	294	83	211	35	259	152	142
Faxinal	66	19	47	39	27	32	34
Jandaia do Sul	501	146	355	320	181	263	238
Manuel Ribas	95	25	70	5	90	51	44
Pitanga	9	2	7	9	-	3	6
São Pedro do Ivaí	180	53	127	18	162	89	91
TOTAL	7.029	2.040	4.989	2.868	4.161	3.589	3.440

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA VIII

PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958

6.^a Região - MARINGÁ

Micro-Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Alto Paraná	644	185	459	260	384	331	313
Araruna	32	10	22	13	19	13	19
Campo Mourão	616	193	423	130	486	324	292
Cianorte	472	118	354	323	149	236	236
Cruzeiro do Sul	374	118	256	9	365	186	188
Eng. Beltrão	19	14	5	-	19	12	7
Floraí	836	243	593	40	796	440	396
Jussara	278	78	200	128	150	145	133
Mandaguaçu	200	58	142	96	104	101	99
Mandaguari	746	198	548	456	290	395	351
Marialva	1.474	492	982	554	920	738	736
Maringá	5.522	1.575	3.947	3.318	2.204	2.833	2.689
Nova Esperança	2.742	749	1.993	982	1.760	1.400	1.342
Paranacity	247	77	170	1	246	132	115
Peabiru	168	58	110	60	108	88	80
São Jorge do Caiuã	197	85	112	54	143	104	93
São Jorge	513	161	352	115	398	263	250
Terra Boa	453	141	312	173	280	236	217
TOTAL	15.533	4.553	10.980	6.712	8.821	7.977	7.556

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA IX
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
7.^a Região - PARANAVAÍ

Micro Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Loanda	286	101	185	147	139	144	142
Nova Londrina	430	124	306	44	386	221	209
Paraíso do Norte	702	209	493	166	536	375	327
Paranavaí	2.248	653	1.595	1.120	1.128	1.198	1.050
Querência do Norte	1	1	-	-	1	1	-
St. Cruz Mte. Castelo	54	16	38	26	28	29	25
St. Isabel do Ivaí	485	137	348	148	337	253	232
São Carlos do Ivaí	238	78	160	28	210	122	116
Tamboara	460	152	308	34	426	248	212
Terra Rica	490	140	350	65	425	265	225
TOTAL	5.394	1.611	3.783	1.778	3.616	2.856	2.538

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA X
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
9.^a Região - CRUZEIRO D'OESTE

Micro-Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDENCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Cruzeiro D'Oeste	1.789	605	1.184	612	1.177	957	832
Goio-Erê	90	42	48	1	89	55	35
Guaira	378	126	252	54	324	215	163
Rondon	377	133	244	34	343	212	165
Toledo	61	20	41	-	61	33	28
TOTAL	2.695	926	1.769	701	1.994	1.472	1.223

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA XI
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
9.^a Região - LITORAL

Micro-Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Antonina	9	3	6	-	9	6	3
Guaratuba	10	2	8	-	10	6	4
Morretes	11	4	7	-	11	3	8
Paranaguá	1.136	380	736	532	604	586	550
TOTAL	1.166	389	777	532	634	601	565

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA XII
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
10.^a Região - CASTRO

Micro-Região	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Castro	3	-	3	3	-	3	-
TOTAL	3	-	3	3	-	3	-

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA XIII
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
11.^a Região - CURITIBA

Micro-Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Araucária	361	115	246	19	342	189	172
C. Grande do Sul	61	16	45	-	61	33	28
Campo Largo	1	1	-	-	1	1	-
Curitiba	2.417	664	1.753	1.629	788	1.364	1.053
Piraquara	24	6	18	-	24	15	9
Rio Negro	98	34	64	9	89	54	44
S. José dos Pinhais	171	46	125	23	148	85	86
Tijucas do Sul	10	2	8	-	10	6	4
TOTAL	3.143	884	2.259	1.680	1.463	1.747	1.396

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA XIV
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
12.^a Região - CAMPOS GERAIS

Micro-Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Contenda	12	5	7	-	12	7	5
Lapa	13	7	6	2	11	6	7
Palmeira	9	1	8	-	9	3	6
Ponta Grossa	84	14	70	72	12	63	21
Sengês	36	8	28	3	33	20	16
Tibagi	10	6	4	6	4	7	3
TOTAL	164	41	123	83	81	106	58

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

TABELA XV
PARANÁ - CENSO DA COLÔNIA JAPONESA - 1958
13.^a Região - SUDOESTE DO PARANÁ

Micro-Regiões	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Cascavel	9	4	5	5	4	7	2
Foz do Iguaçu	10	4	6	10	-	6	4
Santo Antonio	10	4	6	-	10	4	6
União da Vitória	2	1	1	2	-	2	-
TOTAL	31	13	18	17	14	19	12

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

Assim, efetuando o somatório das Tabelas III-XV, estaremos reunindo sob o designativo de Regiões, todas as micro-regiões, em seus totais, nomenclaturados pelas cidades polos do Censo de 1958, podemos construir a Tabela XVI referente ao Estado do Paraná. (Gráfico 1, 2 e 3)

TABELA XVI

PARANÁ - NATURAIS DO JAPÃO E DESCENDENTES EM 1958, SEGUNDO AS REGIÕES

Região	Total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
		I	D	U	R	M	F
Tomazina	3.380	1.022	2.358	496	2.884	1.629	1.741
Jacarezinho	3.920	1.259	2.661	1.249	2.671	2.047	1.873
C. Procópio	8.792	2.591	6.201	1.911	6.881	4.540	4.252
Londrina	26.847	8.092	18.755	10.921	15.926	13.715	13.130
Apucarana	7.029	2.040	4.989	2.868	4.161	3.589	3.440
Maringá	15.533	4.533	10.980	6.712	8.821	7.977	7.556
Paranavaí	5.394	1.611	3.783	1.778	3.616	2.856	2.538
Cruzeiro D'Oeste	2.695	926	1.769	701	1.994	1.472	1.223
Litoral	1.166	389	777	532	634	601	565
Castro	3	-	3	3	-	3	-
Curitiba	3.143	884	2.259	1.680	1.463	1.747	1.396
Campos Gerais	164	41	123	83	81	106	58
Sudoeste do Paraná	31	13	18	17	14	19	12
TOTAL	78.097	23.421	54.676	28.951	49.146	40.313	37.784

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Fonte: ver (26)

Com os dados da Tabela XVI pode-se calcular as percentagens de imigrantes nipônicos e seus descendentes, residência e sexo elaborando as Tabelas XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII. (Gráficos 4,5, 6 e 7)

TABELA XVII

PARANÁ - NATURAIS DO JAPÃO - PERCENTAGEM REGIONAL - 1958

Regiões	nºs absolutos	Percentagem
Tomazina	1022	4,36%
Jacarezinho	1259	5,37%
Cornélio Procópio	2591	11,06%
Londrina	8092	38,28%
Apucarana	2040	8,71%
Maringá	4553	19,43%
Paranavaí	1611	6,87%
Cruzeiro D'Oeste	926	3,95%
Litoral	389	1,66%
Castro	-	0,00%
Curitiba	884	4,08%
Campos Gerais	41	0,17%
Sudoeste	13	0,06%
SOMA	23.421	100,00%

Tabulando os cálculos referentes da Tabela XVI, obtém-se para os descendentes as seguintes proporções regionais.

TABELA XVIII

PARANÁ - DESCENDENTES DE JAPONESES - PERCENTAGEM REGIONAL - 1958

Regiões	nºs absolutos	Percentagem
Tomazina	2.358	4,3%
Jacarezinho	2 661	4,8%
Cornélio Procópio	6 201	11,34%
Londrina	18 755	33,49%
Apucarana	4 989	9,12%
Maringá	10 980	21,0 %
Paranavaí	3 783	6,91%
Cruzeiro D'Oeste	1 769	3,23%
Litoral	777	1,42%
Castro	3	0,005%
Curitiba	2 259	4,13%
Campos Gerais	123	0,22%
Sudoeste	18	0,03%
SOMA	54.676	100,00%

Tabulando os cálculos referentes a Tabela XVI, obtém-se para a população urbana as seguintes proporções regionais.

TABELA XIX

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - POPULAÇÃO URBANA - PERCENTAGEM REGIONAL - 1958

Regiões	nºs absolutos	Porcentagem
Tomazina	496	1,70%
Jacarezinho	1 249	4,30%
Cornélio Procópio	1 911	6,60%
Londrina	10 921	38,13%
Apucarana	2 868	10,00%
Maringá	6 712	23,00%
Paranavaí	1 778	6,10%
Cruzeiro D'Oeste	701	2,37%
Litoral	532	1,80%
Castro	3	0,01%
Curitiba	1 680	5,63%
Campos Gerais	83	0,23%
Sudoeste	17	0,05%
SOMA	28.951	100,00%

Tabulando os cálculos da Tabela XVI obtém-se para a população rural as seguintes proporções regionais.

TABELA XX

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - POPULAÇÃO RURAL - PERCENTAGEM REGIONAL - 1958

Regiões	nºs absolutos	Porcentagem
Tomazina	2 884	5,86%
Jacarezinho	2 671	5,43%
Cornélio Procópio	6 881	14,00%
Londrina	15 926	32,53%
Apucarana	4 161	8,46%
Maringá	8 821	18,00%
Paranavaí	3 616	7,30%
Cruzeiro D'Oeste	1 994	4,05%
Litoral	634	1,20%
Castro	-	0,00%
Curitiba	1 463	3,00%
Campos Gerais	81	0,15%
Sudoeste	14	0,02%
SOMA	49.146	100,00%

Tabulando os cálculos da Tabela XVI obtem-se para o sexo masculino as seguintes proporções regionais.

TABELA XXI

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL - 1958

Regiões	nºs absolutos	Porcentagem
Tomazina	1 639	4,06%
Jacarezinho	2 047	5,07%
Cornélio Procópio	4 540	11,20%
Londrina	13 715	38,18%
Apucarana	3 589	8,90%
Maringá	7 977	19,78%
Paranavaí	2 856	7,00%
Cruzeiro D'Oeste	1 472	3,65%
Litoral	601	1,50%
Castro	3	0,007%
Curitiba	1 747	4,33%
Campos Gerais	106	0,26%
Sudoeste	19	0,03%
SOMA	40 313	100,00%

Tabulando os cálculos da Tabela XVI obtem-se para o sexo feminino as seguintes proporções regionais.

TABELA XXII

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - INDIVÍDUOS DO SEXO FEMININO - 1958

Regiões	nºs absolutos	Porcentagem
Tomazina	1 741	4,60%
Jacarezinho	1 873	5,00%
Cornélio Procópio	4 252	11,25%
Londrina	13 130	34,70%
Apucarana	3 440	9,10%
Maringá	7 556	20,00%
Paranavaí	2 538	6,70%
Cruzeiro D'Oeste	1 223	3,25%
Litoral	565	1,50%
Castro	-	0,00%
Curitiba	1 396	3,70%
Campos Gerais	58	0,15%
Sudoeste	12	0,05%
SOMA	37.784	100,00%

Ordenando os valores crescentes da Tabela XVI obtém-se a percentagem classificatória da presença de imigrantes japoneses no Paraná.

TABELA XXIII
PARANÁ - IMIGRANTES JAPONESES - 1958

Regiões	nºs absolutos	Percentagem
1ª Londrina	8 092	38,28%
2ª Maringá	4 553	19,43%
3ª Cornélio Procópio	2 591	11,06%
4ª Apucarana	2 040	8,71%
5ª Paranavaí	1 611	6,87%
6ª Jacarezinho	1 259	5,37%
7ª Tomazina	1 022	4,36%
8ª Curitiba	884	4,08%
9ª Cruzeiro D'Oeste	926	3,95%
10ª Litoral	389	1,66%
11ª Campos Gerais	41	0,17%
12ª Sudoeste	13	0,05%
13ª Castro	0	0,01%
SOMA	20.421	100,00%

Ordenando os valores crescentes da Tabela XVI obtém-se a percentagem classificatória da presença de descendentes de japoneses no Paraná.

TABELA XXIV
PARANÁ - DESCENDENTES DE JAPONESES - 1958

Regiões	nºs absolutos	Percentagem
1ª Londrina	18 755	33,49%
2ª Maringá	10 980	21,00%
3ª Cornélio Procópio	6 201	11,34%
4ª Apucarana	4 989	9,12%
5ª Paranavaí	3 783	6,91%
6ª Jacarezinho	2 661	4,80%
7ª Tomazina	2 358	4,30%
8ª Curitiba	2 259	4,13%
9ª Cruzeiro D'Oeste	1 769	3,23%
10ª Litoral	777	1,42%
11ª Campos Gerais	123	0,22%
12ª Sudoeste	18	0,03%
13ª Castro	3	0,005%
SOMA	54.676	100,00%

Ordenando os valores crescentes da Tabela XIX, obtem-se a percentagem classificatória para a população urbana japonesa e descendentes no Paraná.

TABELA XXV

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - POPULAÇÃO URBANA - 1958

Regiões	nºs absolutos	Percentagem
1º Londrina	10 921	38,13%
2º Maringá	6 712	23,00%
3º Apucarana	2 868	10,00%
4º Cornélio Procópio	1 911	6,60%
5º Paranavaí	1 778	6,10%
6º Curitiba	1 680	5,63%
7º Jacarezinho	1 249	4,30%
8º Cruzeiro D'Oeste	701	2,40%
9º Litoral	532	1,80%
10º Tomazina	496	1,70%
11º Campos Gerais	83	0,28%
12º Sudoeste	17	0,05%
13º Castro	3	0,01%
SOMA	28.951	100,00%

Ordenando os valores crescentes da Tabela XX obtem-se a percentagem classificatória para a população rural japonesa e descendentes no Paraná.

TABELA XXVI

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - POPULAÇÃO RURAL - 1958

Regiões	nºs absolutos	Percentagem
1º Londrina	15 926	32,53%
2º Maringá	8 821	18,00%
3º Cornélio Procópio	6 881	14,00%
4º Apucarana	4 161	8,46%
5º Paranavaí	3 616	7,30%
6º Tomazina	2 884	5,86%
7º Jacarezinho	2 671	5,43%
8º Cruzeiro D'Oeste	1 994	4,05%
9º Curitiba	1 463	3,00%
10º Litoral	634	1,20%
11º Campos Gerais	81	0,15%
12º Sudoeste	14	0,02%
13º Castro	-	0,00%
SOMA	49.146	100,00%

Ordenando os valores crescentes da Tabela XXI obtem-se a percentagem classificatória para o sexo masculino entre os japoneses e seus descendentes no Paraná.

TABELA XXVII

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO - 1958

Regiões	nºs absolutos	Percentagem
1ª Londrina	13 715	38,18%
2ª Maringá	7 977	19,78%
3ª Cornélio Procópio	4 540	11,20%
4ª Apucarana	3 589	8,90%
5ª Paranavaí	2 538	7,00%
6ª Jacarezinho	2 047	5,07%
7ª Curitiba	1 747	4,33%
8ª Tomazina	1 639	4,06%
9ª Cruzeiro D'Oeste	1 472	3,65%
10ª Litoral	601	1,50%
11ª Campos Gerais	106	0,26%
12ª Sudoeste	19	0,03%
13ª Castro	3	0,00%
SOMA	40 313	100,00%

Ordenando os valores crescentes da Tabela XXII obtem-se a percentagem classificatória para o sexo feminino entre os japoneses e seus descendentes no Paraná.

TABELA XXVIII

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - POPULAÇÃO DO SEXO FEMININO - 1958

Região	nºs absolutos	percentagem
1ª Londrina	13 130	34,70%
2ª Maringá	7 556	20,00%
3ª Cornélio Procópio	4 252	11,25%
4ª Apucarana	3 440	9,10%
5ª Paranavaí	2 538	6,70%
6ª Jacarezinho	1 873	5,00%
7ª Tomazina	1 741	4,60%
8ª Curitiba	1 396	3,70%
9ª Cruzeiro D'Oeste	1 223	3,25%
10ª Litoral	565	1,50%
11ª Campos Gerais	58	0,15%
12ª Sudoeste	12	0,03%
13ª Castro	-	0,00%
SOMA	37.784	100,00%

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - 1958

QUADRO I

CLASSIFICAÇÃO DAS REGIÕES QUANTO A NUMEROSIDADE DE INDIVÍDUOS, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO

	NUMEROSIDADE		GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
	Total		Imigrantes	Descendentes	Urbana	Rural	Masculino	Feminino
1º	Londrina	Londrina	Londrina	Londrina	Londrina	Londrina	Londrina	Londrina
2º	Maringá	Maringá	Maringá	Maringá	Maringá	Maringá	Maringá	Maringá
3º	C. Procópio	C. Procópio	C. Procópio	C. Procópio	Apucarana	C. Procópio	C. Procópio	C. Procópio
4º	Apucarana	Apucarana	Apucarana	Apucarana	C. Procópio	Apucarana	Apucarana	Apucarana
5º	Paranavaí	Paranavaí	Paranavaí	Paranavaí	Paranavaí	Paranavaí	Paranavaí	Paranavaí
6º	Jacarezinho	Jacarezinho	Jacarezinho	Jacarezinho	Curitiba	Tomazina	Jacarezinho	Jacarezinho
7º	Tomazina	Tomazina	Tomazina	Tomazina	Jacarezinho	Jacarezinho	Curitiba	Tomazina
8º	Curitiba	Curitiba	Curitiba	Curitiba	C. do Oeste	C. do Oeste	Tomazina	Curitiba
9º	C. do Oeste	C. do Oeste	C. do Oeste	C. do Oeste	Litoral	Curitiba	C. do Oeste	C. do Oeste
10º	Litoral	Litoral	Litoral	Litoral	Tomazina	Litoral	Litoral	Litoral
11º	Campos Gerais	Campos Gerais	Campos Gerais	Campos Gerais	Campos Gerais	Campos Gerais	Campos Gerais	Campos Gerais
12º	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste
13º	Castro	Castro	Castro	Castro	Castro	Castro	Castro	Castro

Desta forma pode-se, utilizando o Quadro I, estabelecer um quadro poligráfico que nos visualiza melhor as variações regionais, quanto a geração, residência e sexo.

QUADRO II

Regiões	ordem	total	GERAÇÃO		RESIDÊNCIA		SEXO	
			I	D	U	R	M	F
Londrina	1º							
Maringá	2º							
C. Procópio	3º							
Apucarana	4º							
Paranavaí	5º							
Jacarezinho	6º							
Tomazina	7º							
Curitiba	8º							
C. do Oeste	9º							
Litoral	10º							
Campos Gerais	11º							
Sudoeste	12º							
Castro	13º							

(I) Imigrantes, (D) Descendentes, (U) Urbana, (R) Rural, (M) Masculino, (F) Feminino.

Na análise de mais de meio século da Colonização Japonesa no Paraná, pode-se sentir as influências e os resultados nos mais diversos aspectos da conjuntura paranaense.

A maior concentração de japoneses e descendentes pode ser verificada no Norte do Estado do Paraná, havendo um grande contingente desses elementos principalmente em Londrina, Maringá, Cornélio Procópio, Apucarana e Paranavaí.

Intensa projeção social, política, administrativa e econômica acompanhou o progresso dos imigrantes japoneses e seus descendentes; em 1970 ha-

via no Paraná 15.343 famílias japonesas e muitos de seus membros destacavam-se como profissionais liberais, políticos, empresários, grandes agricultores e proprietários rurais.

A colaboração da colonização japonesa no Paraná, resultou também grandes progressos na pecuária, na suinocultura, na plantação de soja, na fruticultura e a floricultura. Milhares de profissionais liberais descendentes de imigrantes japoneses espalham-se por todo o território paranaense incentivando o desenvolvimento e dele fazendo parte. (Anexos I, II e III)

A COLÔNIA ESPERANÇA

O JAPONÊS NA FRENTE PIONEIRA NORTE PARANAENSE

O JAPONÊS NO NORTE PIONEIRO - A COLÔNIA ESPERANÇA, DE ARAPONGAS.

HISTÓRICO

Ao iniciar a ocupação de terras do Paraná Moderno, a então Companhia de Terras do Norte do Paraná, fez povoar diretamente a região. Em 1929, começou a venda de lotes de um novo empreendimento que passou a se chamar Londrina. Nesta época, Hikoma Udihara, que havia chegado ao Brasil em.... 1910, no Royojun Maru, o segundo navio a trazer as primeiras levas de imigrantes japoneses para São Paulo, se encontra trabalhando para a C.T.N.P., como colonizador propagandista de terras no norte do Paraná.

Em 1930, quando Udihara ainda prestava serviços ao Departamento de Imigração Japonesa em São Paulo, conheceu Arthur Thomas, da Companhia de Terras do Norte do Paraná, que vendia glebas de terras em Uraí e Assaí. Thomas, então, lhe proporcionou o ingresso definitivo na Companhia, como corretor de vendas de terras. Para os novos loteamentos, fora da área que seria segundo os planejamentos da C.T.N.P. a zona urbana, a idéia que norteou as vendas foi antes de tudo a ocupação de grandes áreas, através do oferecimento de grandes lotes rurais que poderiam ser adquiridos por pagamentos parcelados a longo prazo. Tal prática resultou de imediato numa diversificada afluência de imigrantes de várias nacionalidades para a região ao longo da estrada provisória que a Companhia abria.

Os colonos foram chegando, tais como espanhóis e portugueses para Granada, Valência e Florida, eslavos na Colônia Orbe, na região de Sabáudia, italianos para Astorga e japoneses para o local onde fundariam a Colônia Esperança, surgindo depois as Colônias Yamato, Fuji, Colônia Tóquio e Colônia Novo Mundo. (Figura I)

A idéia da Colônia Esperança, resultara quando Hikoma Udihara, viajando pela região paulista de Bastos, encontrara Kochiro Suzuki, que esta

va radicado nesta cidade, juntamente com o Padre Emilio Kruger, missionário da Companhia de Jesus, que vindo de Hiroshima, onde vivera muitos anos, estava agora pregando o catolicismo entre os japoneses naquela frente de expansão paulista. Kochiro Suzuki que fora soldado da guarda pessoal do Imperador do Japão e cursara seminário católico, onde concluiu o curso superior, era muito prestigiado no seio da colônia japonesa católica. Suzuki veio então a convite de Udihara conhecer o Norte do Paraná, após ter procurado um local ideal no Rio Grande do Sul e São Paulo, juntamente com o Padre Kruger, e não ter encontrado. Percorreu grande parte das terras do Norte Pioneiro, indo até as barrancas do Ivaí, para os lados do que hoje é Campo Mourão, e nas regiões por onde passava, examinava o solo, os rios e a vegetação. De volta, decidiu por formar o núcleo colonial nas proximidades da futura cidade de Arapongas, que só surgiria como simples patrimônio em 1937.

No local, ficou, a fim de ter certeza de suas vantagens, durante um mês em plena mata, sozinho, para sentir a salubridade do sítio, e segundo ele próprio, *"meditando sobre as suas futuras responsabilidades e o futuro da colônia"*. (1)

Logo o Padre Emilio Kruger e Kochiro Suzuki, solicitaram através de Hikoma Udihara, que a C.T.N.P. fizesse a reserva de mil alqueires no plano de loteamento denominado Gleba Pirapó, em torno do local onde Suzuki permanecera. Aproveitando as vantagens oferecidas pela C.T.N.P., viajou para a Mogiana, Promissão, Bastos, Cafelândia, Leoflora e outras cidades motivando os japoneses católicos e os budistas, no desejo de conseguir a conversão ao catolicismo desses últimos.

Explicava Suzuki aos patrícios *"a qualidade da terra, a abundância da*

(1) Depoimento do Sr. Kochiro Suzuki, Colônia Esperança, 20/5/1973

madeira, as vantagens oferecidas para a compra e existência de dois rios que forneceriam água e umidade às culturas", (2) o que motivou não só inúmeras famílias católicas como também famílias budistas que se converteram ao catolicismo pouco tempo depois.

Tão logo chegaram as primeiras famílias, que vinham à pé de Londrina, pequeno patrimônio, ficaram alojados em barracos de lona, começando imediatamente a derrubada da mata nos lotes que haviam adquirido.

Com a instalação das famílias nos lotes, que possuíam em média de 5 a 15 alqueires, observou o Padre Emílio que os pioneiros começaram a ficar isolados em suas propriedades, e notou desde logo, para que a Colônia Esperança progredisse, seria necessário uma aproximação maior entre os chefes de família, pois esta aproximação só ocorria aos domingos, durante a missa na pequena igreja que fora construída. Assim, aproveitando a experiência de cooperativismo, que muitos já conheciam do Japão e de Bastos, imprimiu imediatamente um cunho comunitário-cooperativista à Colônia. (3) As casas foram sendo construídas com a ajuda comum, desmatando-se o campo, com a ajuda de todos, estabelecendo a prioridade por sorteio, para a construção das residências, terreiros para secagem do café e anexos.

Por esse processo de esforço comum, abriram-se estradas, construíram-se tulhas e celeiros para o uso comunitário. Os resultados foram tão inesperados e progressistas que outras famílias japonesas para lá se dirigiram vindo até do Amazonas e Pará, havendo muitas vezes a necessidade de repartição dos lotes.

Plantavam inicialmente café e arroz para a alimentação básica dos colonos. Com a transferência do Padre Emílio Kruger, para Hiroshima, em....

(2) Depoimento do Sr. Kochiro Suzuki, Colônia Esperança, 20/5/1973

(3) Depoimento do Sr. Kochiro Suzuki, Colônia Esperança, 20/5/73

1943, foi criada a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, que seria entregue a Frei Graciano Droessler que chegou a Colônia em 1944, vindo de Fulda, na Alemanha, que assumiu a direção e orientação da comunidade, continuando o trabalho do antecessor.

Ao eclodir a Segunda Guerra Mundial e posteriormente a entrada do Japão nas beligerâncias trouxe apreensões e ilusões para alguns dos japoneses da então florescente Colônia Esperança. Porém em relação ao Brasil, o Japão, por intermédio de seu Embaixador no Rio de Janeiro, Itaro Ishii, no dia 17 de janeiro de 1942, endereçava correspondência diplomática solicitando "*de não ser alterado o atual estado de coisas existente entre o Brasil e o Japão*". (4) Apesar disso, uma forte campanha anti-nipônica começava a crescer na opinião pública brasileira que era liderada pela imprensa através de artigos e conferências de destacados nomes da sociedade e da intelectualidade brasileira, chegando até haver sociedades anti-nipônicas. Finalmente, em 28 de janeiro o Brasil rompia relações diplomáticas com o Japão. (5)

A partir desse momento uma série de cerceamentos atingiu a totalidade da Colônia Japonesa no Brasil, que já crescera e se espalhara por quase todo o território brasileiro. Sanções penais foram impostas aos japoneses, principalmente nas áreas em que os nipônicos se apresentavam em maior densidade.

A Colônia Esperança, devido a grande concentração de japoneses, passou a incluir-se no contexto das exigências legais e policiais que o estado de guerra do Brasil exigia. Todos os japoneses residentes na Colônia fo

(4) SILVA, Hêlio - 1943. *Guerra no continente - Ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 448p. p.195.

(5) CALMON, Pedro - *História do Brasil - Século XX*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. 386p. p.195.

ram obrigados a tirar salvo-conduto nas Delegacias de Polícia de Londrina e Jacarezinho, a fim de poderem deslocar-se para as localidades próximas ou mesmo para visitar parentes.

Os menores foram proibidos de frequentar a escola japonesa da Colônia (NIHON-GAKKO), devendo continuar a assistir as aulas na escola primária brasileira dirigida por religiosos e professores brasileiros. A maior dificuldade, segundo os depoimentos, era cumprir a determinação de não falar japonês. (6) Nas pesquisas realizadas são poucas as afirmações de perseguições ou maus tratos sofridos por parte de muitos dos chefes de família que viveram a época. Por outro lado, muitos apegando-se ao catolicismo viam a guerra como algo muito além do antagonismo racial entre o Brasil e o Japão. A presença da Igreja, moderando as opiniões, o trabalho do Frei Graciano e a liderança comunitária de Kochiro Suzuki, fizeram com que a Colônia pudesse ser na fase da guerra um local onde certamente o elemento nipônico sofreu um mínimo de represálias. Entretanto houve exceções. Uns poucos chefes de família levados pela propaganda japonesa, doutrinados por patrícios aderiram a sociedades secretas, tornando-se ativistas dentro da própria Colônia Esperança.

"As associações secretas, especialmente a "Shindo-Remmei", tendo fontes próprias de informações procuravam suprir a falta de informações sobre o Japão, mantendo permanentes contatos com o território metropolitano e trazendo informados os súditos associados aqui residentes. E quantas notícias falsas foram espalhadas!"

Para isso dispunham de rádios, aparelhos retransmissores, espiões, imprensa, servindo-se também, de cartas, avisos, notas circulares, panfle-

(6) Depoimento de Inacio Suzuki, lavrador, Colônia Esperança.

tos, *inclusive manuscritos*". (7)

Alguns membros da Shindo-Remmei, vindos de Bastos, Ourinhos e Londrina, procuravam motivar os patrícios da Colônia Esperança, e a se basear na argumentação de que tão logo o Japão vencesse a guerra recambiaria os japoneses para suas terras de origem. Dois proprietários cedendo aos argumentos dos aliciadores chegaram a vender suas terras, indo com toda a família para Santos esperar o navio que os levaria de volta ao Japão, não mais voltando a Colônia Esperança.

Depois do conflito mundial, a Colônia Esperança voltou a plenitude de sua capacidade de trabalho, com recuperação da lavoura cafeeira, proporcionando aos chefes de família o acúmulo de lucros maiores, advindos das vendas preferenciais da crescente cotação do café. Por outro lado, a modernização rápida e progressiva da região pioneira, com a urbanização de Londrina, Arapongas e a colonização do Norte Novo do Paraná, impuseram uma nova mentalidade de ação aos chefes de família.

A principal mudança foi a diversificação da cultura, que ocorria gradativamente em torno do produto principal. A avicultura inicia-se com o aparecimento de pequenas granjas de criação de frangos de corte, que foram se modernizando até fabricarem em alta escala as rações balanceadas, para o que reservam parte do lote para a plantação de milho. Outros preferiram o plantio de uvas, predominando o cultivo de uvas "Italia" e de uma variedade japonesa denominada "Kioho".

Outra transformação foi a entrada de outros elementos étnicos na Colônia Esperança, que adquiriram lotes de alguns chefes de família japoneses, que deixaram a Colônia, indo para São Paulo ou para outros centros urbanizados na tentativa de novos empreendimentos comerciais ou para faci

(7) NEVES, Herculano - *O processo da Shindo-Remmei e demais associações japonesas no Brasil*. São Paulo, Edição do Autor, 1960. 495p. p.60.

litar a educação dos filhos, que já não se dedicam a lavoura, preferindo os cursos superiores.

Atualmente, o grande problema da Colônia Esperança é a mão-de-obra, que deve ser em grande parte, externa, pois os pioneiros já começam a se "aposentar" pelo sistema familiar japonês, e a segunda e terceira geração de nisseis, preferem estudar a se fixarem na lavoura.

Por outro lado, há também a transferência das propriedades dos lotes por venda ou arrendamento para brasileiros e estrangeiros de outras nacionalidades, resultando que haja formação de pequenos "isolados" de outros grupos étnicos dentro da Colônia Esperança.

ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS

Composição Populacional

Na Colônia Esperança, o grupo étnico, no início, manteve-se muito homogêneo, não havendo as dicotomias que sempre coexistem nos grupos isolados, principalmente de imigrantes. Isto ocorreu por não existirem *okinawanos* ou mesmo *etas* como proprietários de lotes, ou talvez tenha havido uma predisposição orientada nesse sentido, a fim de selecionar apenas japoneses puros ou *naiti-jin*. (8) Assim, a maioria dos chefes de família são das regiões continentais do Japão, o que lhes davam um *status* social intergruppal equilibrado ou de valores aproximativos. Por outro lado, muitos chefes de família já possuíam algum capital acumulado, o que pode ser comprovado pelas pesquisas realizadas junto aos arquivos da Companhia de Terras do Norte do Paraná, cujas fichas correspondentes aos pagamentos assinalam para muitos adquirentes a relativa soma que investiram no sinal da compra e a brevidade dos pagamentos de integralização. (9)

Atualmente já se acentua uma progressiva predominância de brasileiros, isto é, de *nisseis*, como chefes de família, em substituição aos pais que já se consideram aposentados após os setenta anos. Desta forma estabelece-se o seguinte quadro demonstrativo da origem (naturalidade) dos chefes de família da Colônia Esperança.

(8) Os "eta" se constituíram inicialmente, no período pré-Meiji, uma classe de *párias*. Por extensão, posteriormente tal designação depreciativa foi designativo de indivíduos que se dedicavam a profissão de açougueiro, matadores de porcos e outros animais. Existe hoje uma certa distância de relações e tratamento dos japoneses para os "etas", como também para os *okinawanos*.

(9) Foram pesquisadas 150 fichas de compra de lotes na Seção de Cadastro e Pagamentos do Arquivo da Companhia de Terras do Norte do Paraná, em Maringá.

QUADRO I

COLÔNIA ESPERANÇA - NATURALIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIAS E ESPOSAS - 1974

Origem	Nº ABSOLUTO	PERCENTAGEM	Origem	Nº ABSOLUTO	PERCENTAGEM
Brasil	27	27,4	Nagata	1	0,9
Nakasaki	20	20,0	Tokio	1	0,9
Fukuoka	10	9,8	Shioko	1	0,9
Yamagata	8	7,8	Niegata	1	0,9
Hiroshima	3	2,9	Okayama	1	0,9
Kochi	3	2,9	Kooti	1	0,9
Shiba	2	1,9	Kagawa	1	0,9
Hokaido	2	1,9	Ibaragui	1	0,9
Saga	2	1,9	Wakayama	1	0,9
Nigata	2	1,9	Não declarado	8	7,8
Fukushima	2	1,9	Naturalizado	2	1,9
Ibarashi	2	1,9			
TOTAL				102	100%

Analisando o Quadro I, constatamos, excetuando brasileiros (27,4%) que há uma predominância de japoneses oriundos de Nakasaki, (20,0%) seguidos em segundo lugar pelos japoneses originários de Fukuoka (9,8%).

O número de residentes na Colônia nascidos no exterior é de 67 pessoas, que representa 2,19% da população total. Todavia, dos nascidos no exterior apenas 8 pessoas declararam haver adquirido a naturalidade brasileira, o que se constitui 12,3% da população constituída de indivíduos nascidos no exterior.

Não declararam sua naturalidade 8 pessoas, pelos mais variados motivos, oferecendo como justificativa, não lembrar, em processo de naturalização, não existir mais o local ou a localidade ter mudado de nome.

Quanto aos deslocamentos efetuados pelos Chefes de Família e suas esposas, foi possível através dos dados dos questionários estabelecer o seguinte quadro, que corresponde ao último domicílio antes de se fixarem na Colônia Esperança.

QUADRO II
COLÔNIA ESPERANÇA - POLO MIGRATÓRIO - 1974

Polo Migratório	homens	mulheres	Polo Migratório	homens	mulheres
Promissão	8	8	Promissão	1	-
Cambará	7	5	Bilac	1	-
Mogiana	4	3	Guararapes	1	1
Cafelândia	3	2	Andaraí	-	1
S. Paulo (capital)	2	2	Itápolis	1	1
Birigui	2	1	Barrêtos	1	-
Marília	2	1	Tapirai (SC)	-	1
Guarantam	2	2	Sorocabana	1	1
Arapongas	2	2	Eng. Brodoski	1	1
Penápolis	2	1	Araraquara	1	-
Tôquio	2	-	Pres. Wenceslau	1	-
São Simão	1	1	Indiana	-	1
Amazonas	1	1	Assai	-	1
Ourinhos	1	-	Araguari	-	1
Olimpia	1	-	Lins	-	1
Londrina	1	3	Alvares Machado	-	1
Gonzaga	1	1	Araçatuba	-	1
Guaimbê	1	1			
Ituverava	1	1			
Pirajui	1	-			
Rolândia	1	1			
TOTAL	46	36	TOTAL	9	12

Desta maneira o maior polo migratório, da Colônia Esperança, foi a cidade paulista de Promissão, que contribuiu, em relação a chefes de família e suas esposas, com 14,5% do total de homens e 16,6% para as mulheres. Em segundo lugar, a cidade paranaense de Cambará com 12,7% para os homens e 10,4% para as mulheres.

Os imigrantes que ainda permanecem na Colônia Esperança são em número de 45 japoneses (chefes de família) e chegaram ao Brasil através de sete companhias por eles declaradas sendo que um veio pelos seus próprios recursos e dezesseis não recordam a companhia que lhes proporcionou o ingresso no Brasil.

Através das entrevistas foi possível estabelecer o quadro abaixo.

QUADRO III

COLÔNIA ESPERANÇA - CHEFES DE FAMÍLIA - CIAS. DE IMIGRAÇÃO

Companhias de imigração	Chefes de família	%
KAIKO	11	24,7%
K.K.K.K.	9	20,0%
TOYO IMIN KAISHA	4	8,9%
OSAKA SHOSEM	1	2,2%
IDO KAMBE KAIGAI KAISHA	1	2,2%
FUKUOKA KENTIO KAIGAI KAISHA	1	2,2%
NANTAKU KABUSHIKI KAISHA	1	2,2%
PARTICULAR	1	2,2%
NÃO LEMBRA	16	35,5%
Total	45	100,0%

Assim, fica demonstrado que foi a Kaiko, a Companhia de Imigração que possibilitou a maior concentração de japoneses na Colônia Esperança, com 24,7%, seguida da K.K.K.K., com exatamente 20,0%.

Por outro lado, devemos destacar, por causa de seu alto percentual... 35,5%, daqueles que não mais se recordam qual a Companhia de Imigração que proporcionou sua entrada em solo brasileiro. Todavia, os questionários demonstram que a totalidade dos imigrantes lembram os navios que os transportaram, o que possibilitou a composição do Quadro IV.

QUADRO IV

COLÔNIA ESPERANÇA - CHEFES DE FAMÍLIA E ESPOSAS - NAVIOS

Navios	nº de pessoas	%
MANILA MARU	7	14,1%
BUENOS AIRES MARU	4	7,7%
LA PLATA MARU	4	7,7%
MONTEVIDÉU MARU	4	7,7%
HAWAI MARU	3	5,7%
KAMAKURA MARU	2	3,8%
KANAGAWA MARU	2	3,8%
KAWATI MARU	2	3,8%
SANTOS MARU	2	3,8%
BINGO MARU	2	3,8%
WAKASA MARU	2	3,8%
ARIZONA MARU	1	1,9%
LAVRATAMA MARU	1	1,9%
RIO DE JANEIRO MARU	1	1,9%
BRASIL MARU	1	1,9%
CANADÁ MARU	1	1,9%
TOZA MARU	1	1,9%
ARÁBIA MARU	1	1,9%
ÁFRICA MARU	1	1,9%
Não Lembra	1	1,9%
Total	52	100,0%

Quanto a distribuição das famílias segundo o número de filhos, a Colônia Esperança apresenta uma elevada percentagem para o número médio de filhos das famílias entrevistadas. Os dados obtidos possibilitavam a composição do Quadro V (Valores válidos até 30.julho.1974).

QUADRO V

COLÔNIA ESPERANÇA - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O Nº FILHOS - 1974

nº de nascimentos por famílias	FAMÍLIAS COMPLETAS			
	número de famílias		número de nascimentos	
		%		%
0	0	-	0	-
1	1	1,81	1	0,21%
2	2	3,62	4	0,84
3	3	5,45	9	1,91
4	4	7,27	16	3,39
5	3	5,45	15	3,18
6	2	3,62	12	2,54
7	4	7,27	28	6,13
8	1	1,81	8	1,70
9	7	12,70	63	13,3
10	10	18,18	100	21,2
11	5	9,09	55	11,6
12	9	16,46	108	23,0
13	4	7,27	52	11,0
	55	100,00%	471	100,00%
nº médio de filhos	8,56			

Portanto, o número médio de filhos apresenta-se muito alto, com uma taxa aproximada de 8,56.

Uma grande diversidade de nomes, não são próprios como de famílias, predominando ainda o costume do nome pelo qual ele é tratado pela família e o nome do registro civil. Notou-se nas pesquisas que mesmo os imigrantes muitas vezes são conhecidos pelos empregados ou pelas pessoas alheias a colônia por nomes brasileiros. Por exemplo, o sr. Isao pode ser conhecido como Saul, o sr. Mitsugi é conhecido pelos empregados como sr. Miguel. Entretanto, entre as famílias da Colônia são conhecidos pelo nome de família acrescentados de "san". Por exemplo: Suzukisan, Yagurasan, etc. Entre

Entre os nomes brasileiros adotados pelos imigrantes ou nisseis há uma acentuada preferência pelos nomes Paulo, Jorge, José e Mário. Os nomes de família que aparecem com maior frequência são relacionados no Quadro VI.

QUADRO VI
COLÔNIA ESPERANÇA - FREQUÊNCIA DOS NOMES DE FAMÍLIA - 1974

Nomes de Família	Número de famílias
HIRATA	5
KATO	4
OIKO	3
HASEGAWA	2
NAKAYAMA	2
SUZUKI	2
MURATANI	2
TANAMATI	2
Diversos	33
Total	55

Entretanto, estes nomes de família são totalmente modificados em sua classificação quando se estabelece a sua predominância para os descendentes e para aqueles que receberam o nome de família através de casamento com membros das famílias ou foram adotados por eles. As pesquisas realizadas permitiram a constituição do Quadro VII, válido até julho de 1974, não considerando aqueles que perderam o nome de família por casamentos externos à Colônia.

QUADRO VII

COLÔNIA ESPERANÇA - PREDOMINÂNCIA DOS NOMES DE FAMÍLIA - 1973-1974

NOMES DE FAMÍLIA	nº	%	NOMES DE FAMÍLIA	nº	%
Hirata	39	9,0	Yoshida	10	2,0
Hasegawa	27	5,4	Okuyama	10	2,0
Tanamati	24	4,8	Uemura	10	2,0
Nakayama	21	4,2	Akaishi	9	1,8
Suzuki	18	3,6	Nakahata	9	1,8
Kato	18	3,6	Hashimoto	9	1,8
Oiko	14	2,8	Akatsu	9	1,8
Muratani	14	2,8	Yamagushi	8	1,6
Matsuo	14	2,8	Yokoyama	8	1,6
Degushi	13	2,6	Aoki	8	1,6
Sagae	12	2,4	Tamura	8	1,6
Maruno	12	2,4	Yamashita	7	1,4
Aita	12	2,4	Shibata	7	1,4
Yagura	12	2,4	Taniguti	6	1,2
Satake	12	2,4	Tanamura	6	1,2
Watanabe	12	2,4	Nakagawa	6	1,2
Sato	12	2,4	Masaoka	6	1,2
Kato	11	2,2	Toba	5	1,0
Tanaka	11	2,2	Hisatsugo	5	1,0
Makiyama	11	2,2	Matsugushi	4	0,8
Wakiushi	11	2,2	Diversos	3	0,6
Saitu	11	2,2	TOTAL	494	100%

Conforme o quadro anterior observa-se a predominância do nome da família HIRATA, que também constituiu o maior número de famílias (Quadro VI, 5 famílias), o maior número de descendentes e adotivos, e a deslocação da família KATO (Quadro VI, 4 famílias) para a família HASEGAWA (Quadro VI, 2 famílias). A primeira com 9,0% de predominância de nome de família e a segunda com 5,4%. Assim, pelo Quadro VII estabelece-se a percentagem de valores relativos da descendência das famílias na Colônia Esperança.

As famílias, em Esperança, são de maneira geral numerosas. (Vide Quadro V), e pelo que foi possível averiguar em determinadas famílias, através de entrevistas com seus chefes, rejeitam qualquer forma de controle intencional da natalidade. Muitas das asseverações dos chefes de família, contra tal possibilidade, prendem-se às diretrizes católicas e a possibilidade de no Brasil, ao contrário do Japão, ser mais fácil sustentar família numerosa, ainda mais quando esta família possui propriedade rural. Por

outro lado, evidenciam que uma prole mais numerosa, possibilita uma velhice mais tranquila.

Tais evidências parecem concorrer para um elevado número de nascimentos anuais. Nas pesquisas realizadas no período de 1973-1974, os dados e-videnciaram uma média de 89,25 nascimentos para o biênio. Consultados os Arquivos Paroquiais, para os anos anteriores até 1940, (Vide Gráfico 1) os assentos de nascimentos e batizados foi possível ter-se dados que pos-sibilitassem o cálculo da taxa de natalidade da Colônia Esperança para um período de 32 anos. Para o período que vai desde a fundação da Colônia a-té 1939, não foi possível porque os Livros Paroquiais estão arquivados na Matriz de Jacarezinho, onde era sede do Bispado antes dos Bispados de Londrina e Apucarana. (Ver Gráfico 2)

Para o período correspondente a 1935-1939, não só foram utilizadas fi-chas de compra de lotes arquivados na Companhia de Terras do Norte do Pa-raná, catalogadas pelo número da venda, que remete ao ano correspondente, como utilizou-se também para reconstituir a população dos dados forneci-dos por entrevistas e respostas aos questionários aplicados aos Chefes de Famílias.

De tal forma que foi possível reconstituir a população da Colônia Es-perança, a saber. (Figura 2)

QUADRO VIII
COLÔNIA ESPERANÇA - POPULAÇÃO - 1935-1939

ANO	POPULAÇÃO	NASCIMENTOS	Taxa de natalidade %
1935	22	4	0,18
1936	66	11	0,17
1937	93	16	0,17
1938	99	4	0,04
1939	130	21	0,16
TOTAL	-	56	

Taxa Média de Natalidade = 0,14%

Na elaboração da população da Colônia Esperança no período de 1940-1972 foram utilizados os livros Paroquiais da Matriz de Colônia Esperança, referentes aos batizados, os referentes aos casamentos e ainda os quesitos dos questionários que foram aplicados aos Chefes de Família. Não foi possível utilizar os dados dos mais recentes censos brasileiros, porque mesmo na parte referente ao Paranã, a Colônia Esperança acha-se englobada por questões de administração regional ao Município de Arapongas, havendo apenas a enumeração de dados globais municipais.

Assim com base nas fontes anteriormente citadas foi elaborado o Quadro IX, que corresponde a população, aos nascimentos e as taxas de natalidade no período 1940-1973. (Gráficos 3 e 4)

QUADRO IX

COLÔNIA ESPERANÇA - POPULAÇÃO, NASCIMENTOS e TAXAS DE NATALIDADE 1940-1973

ANO	POP.	NASC.	TAXA DE NAT.	ANO	POP.	NASC.	TAXA DE NAT.
1940	170	40	0,23	1957	1818	86	0,04
1941	220	50	0,22	1958	1938	120	0,06
1942	279	59	0,21	1959	2038	100	0,04
1943	365	86	0,23	1960	2108	70	0,03
1944	410	44	0,10	1961	2188	80	0,03
1945	460	50	0,10	1962	2388	200	0,08
1946	525	65	0,12	1963	2468	80	0,03
1947	594	69	0,11	1964	2556	88	0,03
1948	674	80	0,11	1965	2621	63	0,02
1949	783	109	0,3	1966	2691	70	0,02
1950	853	70	0,08	1967	2761	70	0,02
1951	912	59	0,06	1968	2821	60	0,02
1952	1050	138	0,13	1969	2901	80	0,02
1953	1196	146	0,12	1970	2961	60	0,02
1954	1324	128	0,09	1971	3037	76	0,02
1955	1412	88	0,06	1972	3137	100	0,03
1956	1732	320	0,18				

A nupcialidade na Colônia Esperança é muito frequente e todos os casamentos são realizados na Matriz. Devido a crença religiosa não existem casais vivendo maritalmente ou sob a forma de contratos.

Com os dados fornecidos pelos Livros Paroquiais, foi possível levar-

tar os casamentos realizados no período 1940-1972, que somaram 436.

A taxa de nupcialidade mantém-se muito inconstante, numa variação progressiva para um maior ou menor número, contudo, distanciando-se para mais ou para menos de uma média 0,011.

QUADRO X
COLÔNIA ESPERANÇA - TAXA DE NUPCIALIDADE - 1940-1972

Ano	taxa de nupcialidade	Ano	taxa de nupcialidade
1940	0,035	1957	0,005
1941	0,031	1958	0,006
1942	0,010	1959	0,006
1943	0,021	1960	0,001
1944	0,014	1961	0,005
1945	0,015	1962	0,005
1946	0,019	1963	0,032
1947	0,013	1964	0,004
1948	0,020	1965	0,006
1949	0,001	1966	0,005
1950	0,015	1967	0,002
1951	0,017	1968	0,003
1952	0,013	1969	0,003
1953	0,016	1970	0,003
1954	0,009	1971	0,006
1955	0,010	1972	0,004
1956	0,008		

A mortalidade na Colônia Esperança é mínima. Isto é explicável porque o núcleo foi formado inicialmente por pessoas jovens que agora começam a atingir uma idade elevada, que poderia ser considerada como o início da velhice. A população jovem, mais numerosa, não tem sofrido diminuição por morte, pelas doenças da infância ou de caráter geral. Pelas respostas as entrevistas, fornecidas pelos chefes de famílias foi possível constatar apenas 23 óbitos no período 1940-1973. Tal número dá uma média de menos de um óbito anual.

PADRÕES DE VIDA

Não existe um padrão médio de vida em Colônia Esperança ou melhor um tipo de padrão de vida que possa ser tomado como uma constante para todos os chefes de famílias. Os padrões de vida variaram em função de uma série de circunstâncias que se prendem a condição de que alguns chefes de família tem a mesma casa, os mesmos utensílios de quando chegaram a Colônia e aqueles que procuraram um conforto maior para si e para a família. Esses módulos, entretanto, estão circunstanciados por uma outra gama de fatores, que vão desde os sucessos na lavoura, a economia pessoal, a instrução dos filhos, uma visão mais progressista da vida ou ainda os costumes e tradições de origem advindos do Japão que muitas vezes forçam como uma atitude normal um exagerado apego ao dinheiro como capital inalienável, que deve ser mantido intacto, não devendo, na própria concepção, ser gasto na evidência de uma melhoria da vida diária. As boas colheitas, resultado de sucessivas ausências de geada, pode proporcionar aos proprietários de lotes, o ressarcimento de suas dívidas ou financiamentos bancários, e conforme a taxação dos produtos básicos que planta um saldo favorável que venha permitir o acúmulo de razoáveis capitais. Por outro lado uma família menos numerosa, acarreta nas épocas de plantio e colheita a contratação de mão-de-obra, o que fatalmente obriga o chefe de família a uma contenção compulsória das despesas. Tal situação se agrava, mesmo em família numerosa, e seus membros jovens, estão em Cursos Superiores em faculdades particulares, e se frequentam as escolas superiores oficiais, o fazem, em Curitiba, São Paulo ou Rio de Janeiro. Muitas vezes há a contingência da escolha dos que devem estudar e dos que devem ficar trabalhando na lavoura. Estes últimos, geralmente os filhos mais velhos, se condicionam tacitamente, como herdeiros presuntivos do lote, o que muitas das vezes ocorre com o desprendimento total dos mais jovens. Todavia, deve ser

considerada a concepção que poderíamos chamar de "adoção de critérios progressistas", que resultam na melhoria do padrão de vida, como a conquista de um *status* mais elevado dentro da própria Colônia. Estes últimos podem ser impulsionados a tal atitude, também, pelo grau de instrução que conseguiram os filhos ou familiares. Observou-se que os Chefes de Família originários de Hiroshima, Nagasaki e Fukuoka, demonstraram nas entrevistas tendências pessoais ou mesmo atitudes de apego excessivo ao capital que possuem, no sentido de não gastá-lo em utilidades domésticas ou mesmo em melhorias residenciais, por julgarem supérfluos. Preferem acumulá-lo em contas bancárias, dispendendo apenas o mínimo para a subsistência da família, ocasionando uma retensão egoísta do capital. A explicação que outros chefes de família originários de outras cidades ou mesmo japoneses não residentes na Colônia Esperança, e que foram ouvidos na busca de uma justificativa, afirmam que tais indivíduos vêm de uma região muito pobre e onde a elevação social se faz em função do numerário particular não do bem que possa desfrutar desse numerário.

A alimentação diária é mesclada de comida da cozinha japonesa e brasileira. Quanto a primeira há preferência pelo shashimi (peixe cru com gengibre) ou as sopas de missô (massa de soja) acompanhadas de arroz cozido apenas com água e sal. As preferências da cozinha brasileira, são churrascos aos domingos ou dias festivos e a feijoada. O que não muda, é a invariabilidade das saladas de tomate e de verduras acompanhadas de molho de soja (shōyu).

A habitação na Colônia Esperança pode ser classificada como consequência do próprio *habitat* rural e das características pioneiras de sua própria formação.

Existem dois tipos de habitações, que se localizam em sua maioria na parte fronteira do lote, de frente para a estrada principal ou para a estrada secundária. O primeiro tipo é o de madeira, que se apresenta com

maior frequência. Na Colônia Esperança observa-se a existência de 48 casas de madeira, muitas das quais foram construídas quando da fixação do migrante. Posteriormente foram sendo ampliadas com a anexação de novos cômodos e anexos, conforme as necessidades devidas ao aumento dos membros da família ou a melhoria financeira do Chefe de Família. As casas são assombradas, possuem água encanada internamente, apresentam um telhado de duas águas, e uma varanda que funciona como vestíbulo para os visitantes. As outras dependências são formadas por dois a três quartos, uma sala, cozinha e uma dispensa onde são armazenados os mantimentos de consumo diário. O banheiro, cujo piso é geralmente cimentado, possui sempre o "furô", que é uma espécie de banheira, para banho de imersão, feito de tambor de óleo, no qual a água é aquecida pela combustão de lenha. Algumas residências possuem "furôs" mais aperfeiçoados e sofisticados aquecidos a gás, que são adquiridos em São Paulo.

O segundo tipo de habitação é o de alvenaria. As casas de alvenaria vem sendo erguidas com mais frequência a partir dos últimos cinco anos. São construções amplas e com todos os recursos de uma residência de área urbana. Localizam-se nos lotes cujos Chefes de Família proprietários alcançaram estabilidade financeira, advinda de um maior sucesso na lavoura ou nas propriedades que diversificaram o sistema de trabalho dedicando-se juntamente a cafeicultura, a avicultura e a suinocultura. As casas de alvenaria possuem telhados de três águas, amplos quartos, de três a cinco, duas salas, banheiro completo, copa e cozinha.

O "furô" nessas residências é substituído por aquecedores a gás que fornecem água quente diretamente a banheira. Apesar das residências de alvenaria estarem num contexto rural semi-isolado, todos os cômodos são aquecidos e sintetizados dentro dos modernos padrões arquitetônicos de conforto.

Os dois tipos de residências são satelizadas por uma série de outras pequenas construções com as mais variadas finalidades, tais como depósitos de cereais e café, armazenagem de rações, garagens, oficinas, secadores, tulhas, etc.

Do total, 53 casas, possuem instalações sanitárias, com fossas sépticas e abastecimento d'água fornecidos por poços artesianos ligados a caixas d'água que são alimentadas por bombas elétricas, bombas manuais, bombas de rodas d'água ou "burrinhos hidráulicos".

As respostas aos questionários no que se refere a habitação e outras variáveis que estão diretamente ligadas a questão habitacional e suas características permitiram elaborar o quadro abaixo.

QUADRO XI

COLÔNIA ESPERANÇA - CARACTERÍSTICAS DAS RESIDÊNCIAS - 1973-1974

Características	nº
Casas de madeira	48
Casas de alvenaria	8
Casas com assoalho de madeira	50
Casas com assoalho de cimento	6
Casas com luz elétrica	56
Casas com instalações sanitárias	53
Residências com fogão a gás	56
Residências com televisão	55
Residências com rádio	54

O acesso às habitações é feito por automóvel, caminhão ou trator tração de carretas, não se observando a existência de bicicletas ou motocicletas na Colônia Esperança.

Assim, quanto ao transporte ou a utilização como transporte para acesso ao habitat rural podemos estabelecer o seguinte quadro.

QUADRO XII.

COLÔNIA ESPERANÇA - MEIOS DE ACESSO À HABITAÇÃO - 1973-1974

Meios de acesso	nº
Automóvel	54
Caminhão	30
Trator	18
Mini-Trator	40
Kombi	4

Assim, conclui-se que a habitação na Colônia Esperança não foge a regra das habitações típicas do meio rural paranaense, principalmente em relação direta no que diz respeito aos núcleos coloniais de imigrantes.

Porém nota-se uma discreta tendência a modernização pela transformação das residências de madeira em residências de alvenaria, o que pode demonstrar a intenção de seu proprietário se fixar definitivamente na Colônia, aderir a padrões de modernidade, ou a perspectiva de uma maior valorização da propriedade.

ESTRUTURA SOCIAL

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Conforme já relatamos anteriormente, existe na Colônia Esperança, uma certa homogeneidade social, justificada não só nas suas próprias origens, devido a concentração de ideais comuns, que se manifestaram na atuação peculiar do grupo imigratório japonês na frente pioneira norte-paranaense. Em princípio, foi, certamente, o fator religioso, no caso o catolicismo, que aglutinou as forças impulsionadoras do desenvolvimento do núcleo, mas também proporcionou o relacionamento social entre os componentes da Colônia.

A Colônia foi fundada com a finalidade de reunir num só local o maior número possível de japoneses católicos, sobretudo lavradores, e que futuramente poderia vir a se transformar num centro irradiador da conversão de japoneses ao catolicismo. Assim, a comunidade se apresentou homogênea quanto a religião, na sua maior parte, e quanto a igualdade pessoal nivelada pelo tipo de trabalho que iriam realizar. Como também já foi relacionado anteriormente, a implantação do cooperativismo reforçou sobremaneira, uma condição igualitária, diminuindo as diferenças, através do esforço comum.

Inicialmente, a Colônia Esperança, foi evidentemente, uma sociedade fechada, pelo menos até o término da 2a. Guerra Mundial, devido apenas a barreira linguística e aos padrões familiares tradicionais do grupo que impediam os contatos interétnicos. Com a contratação de trabalhadores rurais, o grupo foi alargando os seus padrões de comportamento, verificando-se contatos maiores através dos descendentes em idade escolar, passando a frequentar o grupo escolar onde os filhos dos trabalhadores rurais brasileiros podiam obter matrícula. Por outro lado, o crescimento das duas ci-

dades mais próximas, Arapongas e Apucarana, alargaram e aumentaram o relacionamento social. Todavia, outro fator de destaque deve ser levado em consideração. A comercialização dos produtos agrícolas, que era feita junto aos cerealistas e compradores de café, não só intensificava as viagens para fora da Colônia, como levava elementos estranhos ao núcleo, para comprarem as colheitas de cereais ou café, ou fretarem cargas. No decorrer da progressiva mecanização da lavoura e do aparecimento das atividades granjeiras, os vendedores de adubo e de rações aumentaram os relacionamentos exteriores do núcleo.

ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

A organização familiar, na Colônia Esperança, de início esteve estreitamente vinculada a organização familiar no Japão. O pai é chefe da família, e não será exagero uma analogia com o "pater-familia" romano, pois é ele que dirige até que os filhos se emancipem ou que ele se "aposente", todas as atitudes particulares ou coletivas da família. Suas decisões, conforme o caso podem atingir as vezes até a terceira geração familiar. Inúmeros são os casos em que a obediência é exigida até dos genros, situação que se consolida ainda mais quando os genros passam a morar após o casamento, no lote, ainda que não seja na casa do chefe de família. As noras por sua vez devem obediência não só ao chefe de família, mas sobretudo com a mãe do esposo, com a qual mantêm maior contato diário. Entretanto, posição privilegiada, desfrutam os netos e netas enquanto não alcançam em média os catorze anos. Estes geralmente, ainda que numerosos, são sempre os que recebem a maior parcela de cuidados, dobrando-se em várias ocasiões, os chefes de família e suas esposas, as suas vontades e pedidos.

Os casamentos de quase todos os descendentes dos chefes de família

de Colônia Esperança, são realizados na Matriz Stela Maris. Ainda que o noivo ou a noiva seja de outro local as duas famílias dos nubentes preferem realizar o casamento na Colônia Esperança, no grande salão de madeira, onde se realizam todas as reuniões sociais. Muitos dos atuais chefes de família que vieram solteiros para Colônia Esperança, quer diretamente imigrados do Japão, quer migrados de outras regiões, se casaram na Colônia Esperança.

Os casamentos são realizados no civil e religioso, mas, em cerimônia proferida em japonês. Através das entrevistas foi possível elaborar o quadro XIII, que demonstra o local de celebração dos casamentos dos chefes de família.

QUADRO XIII

COLÔNIA ESPERANÇA - LOCAL DE CELEBRAÇÃO DE CASAMENTO

Local	nº absoluto	percentagem
BRASIL	40	72,7%
JAPÃO	15	27,3%
Total	55	100,0%

Para os casamentos realizados no Japão, no religioso e no civil foi possível elaborar o quadro XIV.

QUADRO XIV

COLÔNIA ESPERANÇA - CASAMENTOS CELEBRADOS NO JAPÃO

Local	nº absoluto	percentagem
Nagasaki	3	20,0%
Fukuoka	3	20,0%
Hiroshima	2	13,3%
Yamagata	2	13,3%
Shibaken	2	13,3%
Kochi	1	6,7%
Ibaraken	1	6,7%
Hootashi	1	6,7%
Total	15	100,0%

Em relação aos casamentos celebrados no Brasil, temos o seguinte Quadro.

QUADRO XV
COLÔNIA ESPERANÇA - CASAMENTOS CELEBRADOS NO BRASIL

Local	nº absoluto	percentagem
Paraná	28	70%
São Paulo	12	30%
Total	40	100%

Equacionando os dados referentes aos casamentos de Chefes de Família realizados no Paraná, temos

QUADRO XVI
COLÔNIA ESPERANÇA - CASAMENTOS CELEBRADOS NO PARANÁ

Local	nº absoluto	percentagem
Colônia Esperança	22	78,57%
Municípios diversos	6	21,43%
Total	28	100,00%

Entre os japoneses, é fator de relevante importância, a sucessão na Chefia da Família. Quando o chefe alcança em média os 70 anos, ele deve "a posentar-se", ou melhor, a própria família o "aposenta". No seio familiar isto se reveste muitas vezes de um aspecto solene. A "aposentadoria" não se faz de uma maneira gradativa, imperceptível, com uma transferência dosada ou parcelada das atribuições e responsabilidades do Chefe de Família: Ela ocorre integralmente, grave e séria. A família reunida, toda ela, oferece uma espécie de festa de despedida (Inkyo) na qual também assume a liderança o filho escolhido. (10) A escolha é privilégio do Chefe da Família, e sua escolha jamais é contestada. Na maioria dos casos a preferência é pelo filho mais velho, se este permaneceu ao lado do pai, na lavoura, durante vários anos ajudando-o no trabalho diário.

(10) Inkyo, literalmente: estado de afastamento formal da vida ativa.

Porém há casos em que o filho mais velho ausenta-se de casa, ou escolheu outra atividade que não a lavoura. Neste caso, a escolha pode recair em qualquer outro filho ou genro, marido da filha mais velha, mas nunca em uma mulher. Uma vez escolhido, o novo Chefe de Família passa a dirigir os negócios, as escolhas, sendo o depositário dos bens gerais da família, que só serão divididos, por falecimento do antigo chefe de família, se houver uma contestação que leve a família a partilhar os bens através de um inventário judiciário.

Pode ocorrer também que por falecimento do Chefe de Família, a viúva permaneça no lote por vontade dos filhos homens que não se dedicam a lavoura. Neste caso geralmente é o esposo da filha mais velha ou da filha que permaneceu com a mãe que assume a responsabilidade pelo lote, mas não a Chefia da Família, com todas as condições que lhe são inerentes, pois continua em grande parte dependente da sogra e dos cunhados, que formam a maioria decisória nos assuntos relacionados com negócios.

QUADRO XVII

COLÔNIA ESPERANÇA - SUCESSÃO NA CHEFIA DA FAMÍLIA - 1973-1974

Preferências	número	percentagem
Filho mais velho	30	54,54%
Filho mais novo	2	3,64%
Qualquer um	14	25,45%
O que estiver preparado para assumir a Chefia da Família	2	3,64%
O que ficar com a família	5	9,09%
Sem resposta	2	3,64%
Outros	0	-
Total	55	100,00%

Entretanto, o grande problema é a questão da permanência dos jovens na Colônia Esperança, pois muitos migram para outras regiões após completarem seus estudos. Pelo que foi possível averiguar tal fato, causa uma

profunda apreensão nos velhos Chefes de família, com reservadas censuras, ainda que eles não considerem os eventuais ou permanentes afastamentos uma desobediência. Tal situação gerou e formou uma opinião sobre os jovens membros da Colônia, que por extensão passa a ter validade para toda juventude nissei. Muitas vezes a opinião a respeito dos filhos transmite-se para uma opinião geral, na maioria dos casos estereotipada:

"Meu filho foi para a Capital estudar agronomia, formou-se, mas não quis voltar para a Colônia. Os jovens se formam, mas não querem trabalhar nas terras da família. A juventude não quer nada ..." (11)

As apreciações dos Chefes de Família possibilitaram a estruturação do Quadro XVIII

QUADRO XVIII

COLÔNIA ESPERANÇA - OPINIÕES DOS ADULTOS SOBRE A JUVENTUDE - 1973-1974

Opiniões	sim	não	regular	sem resposta
A juventude é boa	38	-	8	9
A juventude é estudiosa	43	5	3	4
A juventude é evoluída	38	7	4	6
A juventude quer trabalhar na lavoura	5	43	3	4
A juventude permanece na colônia	6	46	-	4
A juventude prefere curso superior	48	3	-	4

Calculando as percentagens das respostas sobre o total de famíliaa que responderam os quesitos, temos:

(11) Entrevista - Japonês, casado, lavrador, residente na Colônia Esperança, 19/10/1973

QUADRO XIX

Opiniões	sim	não	regular	sem resposta
A juventude é boa	69,10	-	14,54	16,36
A juventude é estudiosa	78,19	9,09	5,45	7,27
A juventude é evoluída	69,09	12,72	7,27	10,92
A juventude quer trabalhar na lavoura	9,09	78,19	5,45	7,27
A juventude permanece na colônia	10,92	83,63	-	5,45
A juventude é pouco religiosa	65,47	7,25	12,72	14,54
A juventude prefere curso superior	87,28	5,45	-	7,27

Interpretando as maiores percentagens temos a opinião da maioria dos Chefes de Família, onde se destaca o fato de que estão conscientes de que os jovens tendem a abandonar a lavoura (78,19%) para realizarem Cursos superiores (87,28%) não mais retornando a Colônia Esperança (83,63%).

Isto entretanto parece não criar conflitos maiores entre pais e filhos, pois os primeiros admitem em muitas oportunidades que há maiores condições de sucesso realizando Cursos Superiores do que trabalhar na lavoura.

QUADRO XX

COLÔNIA ESPERANÇA - EXIGÊNCIAS DE OBEDIÊNCIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA
1973 - 1974

Exigências	S	%	N	%	SR	%
Obediências dos filhos solteiros	44	80,0	7	12,72	-	7,28
Obediência dos filhos casados	29	52,73	15	27,27	11	20,0
Obediência em assuntos financeiros	32	58,18	23	41,82	-	-

(S) sim, (N) não, (SR) sem resposta.

Na estrutura social, questão de relevante importância, é na Colônia Esperança o namoro e o contato interétnico com finalidades de noivado e casamento. As preferências dos Chefes de Família, são na maioria, para o namoro seja dentro do próprio núcleo colonial, e de preferência com japo

neses e nisseis, porém a penetração de brasileiros começa a estabelecer um contato maior, ocasionando alguns casamentos interétnicos, que resultaram da vivência exterior a Colônia, em colégios, faculdades, e atividades empregatícias.

QUADRO XXI

COLÔNIA ESPERANÇA - IDADE PARA NAMORO - 1973-1974 Respostas dos Chefes de Família

Idade para namoro	HOMEM		MULHER	
	nº absoluto	%	nº absoluto	%
Dos 13 aos 16 anos	-	-	-	-
Dos 17 aos 19 anos	15	27,27	40	73,73
Mais de 20 anos	40	72,73	15	27,27

Assim, a tendência dos Chefes de Família é que a idade para namoro segundo os padrões da Colônia Esperança é para o homem mais de 20 anos.. (72,73%) e para a mulher, entre os 17 e os 19 anos (72,73%).

Os locais para que o namoro ocorra é de preferência a casa da moça. Tal fato evidencia o condicionamento da relação de conhecimento e amizade entre os Chefes de Família, pois os inúmeros casos de namoros inter-familiares na Colônia circunstanciam um compromisso não só entre os jovens como entre os próprios pais.

QUADRO XXII

COLÔNIA ESPERANÇA - LOCAIS PARA O NAMORO - 1973-1974

Locais	HOMEM		MULHER	
	nº absoluto	%	nº absoluto	%
Em casa	35	63,66	40	72,73
Festas ou reuniões	10	18,18	9	16,37
Outros locais	11	1,81	1	1,81
Vias públicas	8	14,54	4	7,28

PADRÕES DE RELACIONAMENTO

Na Colônia Esperança, os padrões de relacionamento são influencia -

dos por inúmeras variáveis, que muitas vezes se acumulam para intensificar, diminuir ou mesmo interromper as relações entre os Chefes de Família. Estas variáveis, segundo foi possível observar podem ser divididas em mediatas e imediatas. Mediatas são aquelas que já existiam, antes ou no início da fixação da Colônia, tais como diferença de *status*, lugar de naturalidade no Japão, crenças religiosas, antagonismos pessoais pré-existent. As variáveis imediatas seriam aquelas que surgiram na própria Colônia durante o processo de fixação, tais como antagonismos pessoais surgidos, disputas de liderança política e partido, eleições para líderes, e eleições para comissões de festas, diferenças de *status* adquiridos na Colônia e antagonismos pessoais entre os filhos e esposas dos Chefes de Família, questões sobre assuntos financeiros de participação coletiva dos Chefes de Família na Colônia. Isto pode até certo ponto ser demonstrado pela baixa incidência de visitas mensais, pois as semanais e diárias apresentam uma baixa percentagem como pode ser verificada no quadro abaixo, composto com base nas respostas dos Chefes de Família. Contudo deve-se inserir sua frequência relativamente baixa, no contexto rural, onde por norma as visitas diárias e semanais são menos frequentes devido o sistema de trabalho.

QUADRO XXIII

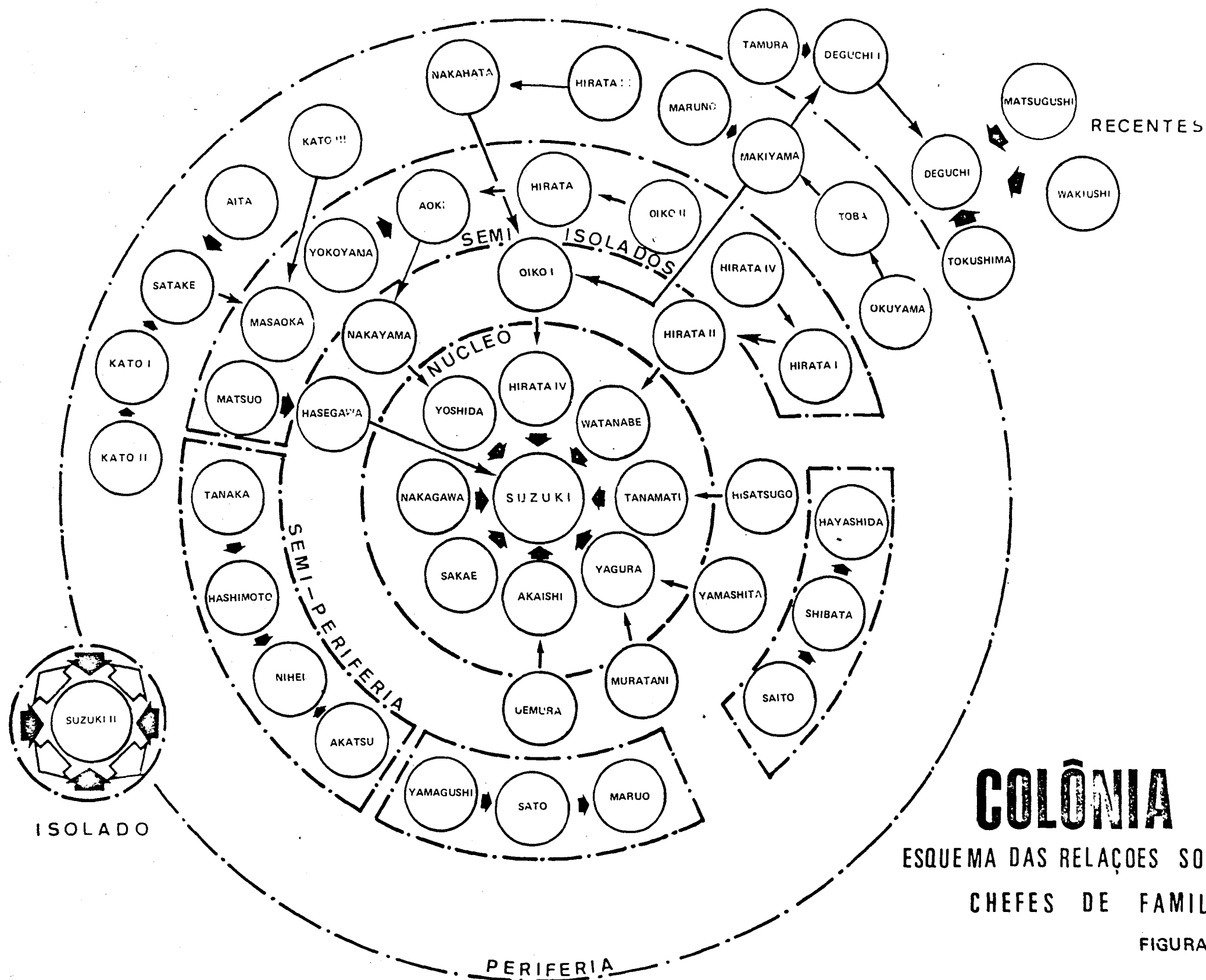
COLÔNIA ESPERANÇA - FREQUÊNCIA DE VISITAS ENTRE OS CHEFES DE FAMÍLIA - 1974

Visitas	nº de respostas	%
Mensais	35	63,66
Semanais	6	10,90
Diárias	5	9,09
Nas festas	3	5,45
Sem resposta	5	9,09
Não visita	1	1,81

As visitas estabelecem as relações sociais entre os Chefes de Família, e até certo ponto a intensidade das relações sociais. Esquemmatizando

e ordenando as famílias que se visitavam, foi possível compor o Esquema 1.

Pelo esquema podemos verificar que o núcleo das relações sociais concentra-se por convergência no Chefe de Família Kochiro Suzuki, fundador da Colônia Esperança. Satelizando este núcleo há uma semi-periferia, composta de Chefes de Família que alternam suas relações ou estão ligados por laço de parentesco. Sucedem-se depois na difusão de relações sociais, os Chefes de Famílias, ou Famílias, semi-isolados que só trocam relações sociais e visitas entre si, e finalmente um Chefe de Família e Família, isolado, que não mantém relações sociais, não visitando nem sendo visitado por qualquer membro da Colônia. (Figura 2)



COLÔNIA ESPERANÇA
 ESQUEMA DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS
 CHEFES DE FAMÍLIA — 1974

FIGURA 2

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

O desbravamento e a fixação de colonos foi sempre uma iniciativa de autoridades oficiais ou de elementos que direta ou indiretamente tomaram a si a responsabilidade de iniciar e manter centros populacionais em áreas devolutas. Assim, quer conduzidos pelo governo, quer por companhias particulares ou por ordens religiosas, o povoamento do Brasil, se fez através da concentração de colonos em áreas pioneiras.

Por outro lado, deve-se levar também em consideração que neste contexto expansionista, junta-se um outro tipo de fixação, através dos imigrantes que devido um excesso populacional ou por razões político-religiosas tendem a deixar seus países de origem, transferindo-se para o Brasil, em grande corrente proporcionadora de mão-de-obra.

Uma destas correntes imigratórias do Brasil Moderno foi a nipônica, iniciada em 1908, que forneceu farta mão-de-obra para a lavoura cafeeira.

A cafeicultura brasileira no início do século XX se ressentia de mão-de-obra, o que levou os grandes produtores a solicitarem do governo uma nova política imigratória, a de introdução de imigrantes e colonos japoneses para a lavoura brasileira. Por sua vez, o Japão estava em condições de oferecer um contingente numericamente satisfatório, devido ao seu excesso populacional e as proibições de entrada de imigrantes nipônicos em outros países.

Nos dois períodos desta imigração, os japoneses estabeleceram a vivência integrativa que resultou em novas formas de mobilidade, fixação e assimilação. Os resultados foram em grande parte devido a forma de entrada em solo brasileiro, quer como imigrantes-colonos contratados e comprometidos com o latifúndio quer como imigrantes espontâneos e livres.

Os japoneses em seu processo de fixação e assimilação passaram de

simples colonos assalariados por uma fase de pequenos proprietários e finalmente em determinadas áreas tornaram-se grandes proprietários e industriais. Esta última fase, mais recente, se constitui numa diversificação do trabalho, em que se somam as experiências anteriores e os capitais que conseguiram acumular em atividades essencialmente agrícolas.

O Paraná se revela como o segundo Estado brasileiro, onde o elemento nipônico se concentra em maior número. Tal fato se deve essencialmente a dois fatores. Em primeiro lugar, a vizinhança com o Estado de São Paulo, onde existe o maior contingente de elementos japoneses e descendentes, que encontra assim maiores possibilidades para uma mobilidade em direção às terras paranaenses. Isto se justifica também que os grandes centros irradiadores de migrantes sejam as cidades paulistas periféricas aos limites paranaenses, tradicionalmente ocupadas por japoneses. Em segundo lugar, já em termos paranaenses, a existência de grandes áreas devolutas, que eram ocupadas por iniciativa governamental e particular no sentido de loteá-las.

A facilidade de aquisição, a longo prazo, e o solo fértil para as culturas que possuíam prática e experiência, principalmente o café, resultou a migração e fixação cada vez mais rápida e crescente de japoneses.

A Colônia Esperança foi um dos primeiros núcleos coloniais japoneses na frente de expansão do Norte Pioneiro.

Fundada por japoneses católicos, que pretendiam torná-la uma colônia-modelo, cujo principal elemento de coesão comunal seria a fé religiosa. A aglutinação dos ideais comunitários tenderam para a formação de um espírito cooperativista, o que facilitava a divisão do trabalho na Colônia.

Por outro lado, o grupo inicial que se fixou na Colônia Esperança se apresentava homogêneo quanto a situação social e financeira dos Chefes de

Família, pois não havia dicotomias sociais, devido a ausência de okinawanos ou "etas" ou mesmo outros grupos étnicos.

A unidade da composição étnica proporcionou uma junção de esforços individuais, resultando uma progressiva melhoria nas condições gerais da Colônia Esperança e por conseguinte, de seus habitantes.

Todavia, o desenvolvimento material e financeiro da Colônia Esperança e de seus habitantes não resultou num padrão de vida que possa ser considerado como médio para todas as famílias.

O padrão de vida e comportamento variavam em função da aceitação ou não pelos Chefes de Família de variáveis de modernidade.

A adoção de novos valores ou a permanência dos tradicionais, influenciará as atitudes familiares e extra-familiares dos descendentes dos imigrantes.

Contudo, nos dois casos, os Chefes de Família, exigem até a maioria de a presença dos filhos nos trabalhos agrícolas, reservando-lhes as horas de estudo. Nesse particular é que se diferenciam as atitudes dos Chefes de Família. Os que se pautam por atitudes tradicionais, pretendem afixação do descendente à lavoura, acenando-lhes com a posse da terra. Ao contrário, os outros Chefes de Família, incentivam os estudos dos filhos, entendendo como uma realização de seus propósitos a formação universitária dos filhos, que é uma forma de sua própria auto-realização no âmbito da Colônia Esperança e fora dela.

Contudo esta última atitude dos Chefes de Família e seus descendentes provocou uma evasão de população jovem da Colônia Esperança, que busca melhores mercados de trabalho. Como consequência uma falta de mão-de-obra, que é parcialmente solucionada pela contratação de serviços de elementos alheios a Colônia, que começam a se fixar em seus limites. Final -

mente, a venda de inúmeros lotes, pelos primeiros ocupantes, a outros elementos étnicos, devido a impossibilidade de trabalhos agrícolas. Neste caso, contribuiu a "aposentadoria" de Chefes de Família, a ausência de herdeiros diretos da propriedade, segundo a tradição japonesa e a mudança do padrão de vida, do rural para o urbano, motivado pela elevação do status dos descendentes.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Livros Paroquiais da Matriz Stela Maris, Da Colônia Esperança, Arapongas: 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974.

FONTES IMPRESSAS

Plantas Topográficas

Prefeitura do Município de Arapongas

Planta do Município de Arapongas - 1968

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Planta de Londrina, Rolândia, Arapongas e Cambé - 1970

Companhia de Terras do Norte do Paraná

Seção de Topografia

Arquivo

Planta da Gleba Pirapó - 1958

Arquivo da Companhia de Terras do Norte do Paraná, Maringá

Seção de Cadastro Imobiliário

Tesouraria

Propriedades Integralizadas

Gleba Pirapó - Colônia Esperança

Relação Numérica das Pastas de Arquivamento

2536, 2548, 2650, 2651, 2652, 2653, 2710, 2711, 2712, 2713, 2714, 2714-a, 2754, 2757, 2758, 2772, 2773, 2851, 3113, 3638, 3639, 3640, 3761, 3762, 3763, 3767, 3874, 3948, 3901, 3950, 3993, 3097, 4038, 4068, 4217, 4218, 4260, 4357, 4364, 4365, 4383, 4428, 4435, 4442, 4443, 4445, 4473, 4554, 4555, 4576, 4577, 4648, 4649, 4650, 4750, 4752, 4757, 4820, 5830, 6890, 8114, 8662, 8808, 9598, 9559, 9560, 9561, 9562, 106.702, 11675, 12014, 21456, 21457, 21459, 21460, 21469, 21470, 21472, 21473, 21474, 21476, 21477, 22340, 23346, 23348, 23349, 24196, 24197, 24198, 24199, 24200, 24201, 24202, 24205, 24206, 24207, 24208, 24209, 24210, 24211, 24212, 24213, 24214, 24215, 24216, 24217, 24218, 24219, 24230, 24231, 24232, 24233, 24234, 24235, 24236, 24237, 24238, 24240, 24246, 24251, 24257, 24258, 24270, 24273, 24275, 24278, 24279, 24280, 24292, 24294, 24301, 24326, 24353, 24358, 24372, 24373, 24375, 24381.

FONTES IMPRESSAS
Livros e Periódicos

- 1 - ANDO, Zempati. Pioneirismo e Cooperativismo. História da Cooperativa Agrícola de Cotia, tradução de José Yamashiro, São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1961.
- 2 - _____ e WAKISAKA, Katsunori - Sinopse histórica da imigração japonesa no Brasil. In : O Japonês em São Paulo e no Brasil. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971, p.4-34.
- 3 - ALBUQUERQUE, A. de A. - Assimilação do imigrante (Coletânea dos dispositivos constitucionais, legais e regulamentos) Coletânea organizada por determinação do presidente do Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1949. 38p.
- 4 - ANUÁRIO Brasileiro de Imigração e Colonização. 1960. Supervisão: Luiz Campagnoni. Rio de Janeiro. Ed. Anuário, 1961. 344p.
- 5 - ASCOLI, Nestor - A imigração japonesa para a baixada do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Edição da "Revista da Língua Portuguesa", 1924. 234p.
- 6 - AUGELLI, J.P. - Japanese of Bastos and the Latvians of Varpa, a comparison of cultural adjustment on the Brazilian pioneer fringe. Association of American Geographers Annals, Washington 47: 152, June 1957.
- 7 - ÁVILA, Fernando Bastos de, S.I. - L'immigration au Brésil: contribution a une théorie générale de l'immigration. Rio de Janeiro. Agir, 1956. 223p. (Rio de Janeiro - Pontifícia Universidade Católica, Col. Instituto de Estudos Políticos e Sociais, 2).
- 8 - AZEVEDO, Aroldo de - A imigração no Brasil de após-guerra. Boletim Geográfico 1 (11):37-43, fev.1944.
- 9 - AZEVEDO, Salvio de Almeida - "Imigração e Colonização no Estado de São Paulo". Revista do Arquivo Municipal, 75, abr. 1941.
- 10 - BANCO América do Sul S.A., 1960 - Brave História do Banco América do Sul S.A., Gráfica Hossokawa Ltda, Tóquio, Japão.
- 11 - BASTOS, A. de Miranda - O drama do imigrante etc - Obs. Econ.e Fin., Rio de Janeiro, jun. 1949.
- 12 - BATALHA, Jair Rocha - Os japoneses no Município de Moji das Cruzes. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 3:186-203. 1952.
- 13 - BEIGEELMAN, Bernardo - Estudo Genético e antropológico de imigrantes japoneses e seus descendentes não miscigenados. Revista de Antropologia. 10 (1/2):109-142, jun./dez. 1962.
- 14 - BERNARDES, Lysia - O problema da "frentes pioneiras" no Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro (3) jul./set. 1953.
- 15 - BRASIL. Ministério da Agricultura. Divisão de Terras e Colonização - Considerações sobre a imigração japonesa. Terras e Colonização, 1 (3) : 3. set. 1952.
- 16 - BANDECCHI, Pedro Brasil - Origem do latifúndio no Brasil: problemas de imigração na região sul. São Paulo, Obelisco, 1967. (Cadernos de História, 4)
- 17 - CABIAGHI, S. Madalena - O povoamento do Norte do Paraná. Anais AGB. São Paulo, 1951/52.
- 18 - CÂMARA de Comércio Japonesa do Brasil, 1958, O Japão: Edição Comemorativa do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil, Tóquio 1958.

- 19 - CARNEIRO, José Fernando - Imigração e Colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, 1950. 73p. (Brasil. Universidade de Faculdade Nacional de Filosofia. Cadeira de Geografia do Brasil. Publicação avulsa nº 2).
- 20 - CELESTINO JÚNIOR - Pelo Telégrafo. Diário da Tarde, Curitiba, 20 jun. 1908, p.2, 2c.
- 21 - _____ - Imigração Japonesa. Diário da Tarde, Curitiba, 6 jul. 1908, p.1, 2c.
- 22 - _____ - Imigração Japonesa. Diário da Tarde, Curitiba, 8 jul. 1908, p.1, 2c.
- 23 - COARACY, Vivaldo - O perigo japonês. Rio de Janeiro, Rodrigues e Cia., 1942. 176p.
- 24 - CRUZ, Elmano - Direitos e deveres dos súditos do Eixo, doutrina e legislação - jurisprudência. Rio de Janeiro. Editora Nacional de Direito Ltda. 1944. 296p.
- 25 - DENIS, Pierre - A colonização no Paraná. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro. jul.1951. 100p.
- 26 - DIEGUES JUNIOR, Manuel - Experiências e perspectivas de assimilação cultural dos imigrantes do Brasil. Rev. Brasil. Estat. 58: 97-102 -abr.jun. 1954.
- 27 - _____ - "Estudos de Assimilação Cultural no Brasil", Memórias do I Painel Nipo-Brasileiro, vol. II:34-36, 1958.
- 28 - FAUSTO, Boris - "Pequenos ensaios de História da República - (1889 1945)". Cadernos CEBRAP, São Paulo, 10, 1972, 110p.
- 29 - FERNANDES, Florestan. Imigração e relações raciais. Rev. Civ. bras. 1(8):75-95 jul. 1966.
- 30 - FUJII, Yukio & SMITH, T. Lynn - The acculturation of the Japanese immigrants in Brazil.
- 31 - GUARACIABA, Maria Amélia, Irmã - O elemento nipônico de uma comunidade brasileira. Arq. Inst. Antrop. "Camara Cascudo". 2(1/2): 21:38, março de 1956.
- 32 - HASTINGS, Donald - Japanese emigration and assimilation in Brazil? The International migration review. New York, Center for migration studies. 3 (8):32-35, spring, 1969:
- 33 - HAUSER, Henri - L'Immigration au Brésil et le probleme japonais. Revue d'Histoire politique et constitutionnelle, Vol 112, abr/jun. 1937, p.265-276.
- 34 - HUTSHINSON, Bertrar - Mobilidade de estrutura e de integração na assimilação de imigrantes no Brasil. Educ. e Ci. soc.:37-52.abr 1952.
- 35 - HUTTER, Lucy Maffei - Imigração Italiana em São Paulo. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da U.S.P. 1972. 170p.
- 36 - IKEDA, Shigeji - Expansão econômica e cultural da Colônia Japonesa no Brasil (1906-1966). São Paulo, 1966. 230p.
- 37 - IMIGRAÇÃO NO BRASIL de 1949-1958. Rural, 40 (474) - 81, out. 196p.
- 38 - ÍNDICE dos trabalhos sobre colonização existentes no Arquivo Geográfico do CNG. Boletim Geográfico, ou./nov. 1949.
- 39 - IZUMI, Soich - Aspectos da vida dos japoneses no Brasil. IN: Memórias do I Painel Nipo-Brasileiro. v.2 São Paulo, Escola de Sociologia Política, 1956.

- 40 - IZUMI - Saito, Hiveshi - "Pesquisa sobre a Aculturação dos Japoneses no Brasil", Sociologia, 15:3 (agosto 1953).
- 41 - JOCHMANN, João - Industrialização e imigração. Rev. Finan. Publ. 181/182: 9-11, jan/fev 1956.
- 42 - _____ - O problema da assimilação. Rev. Bras. Mun. 33:11-13, jan./mar. 1953.
- 43 - LIMA, Heitor Ferreira - Japoneses no Brasil. Observador Econômico e Financeiro, 272-28-36, out.1958.
- 44 - MARTINS, Rui Nogueira - O japonês no comércio e na indústria. Prob. bras. 6(64) : 9-12, jul. 1968.
- 45 - MELLO, Lúcia Wollet de - Costumes matrimoniais entre japoneses e seus descendentes no Brasil. Revista de Antropologia, 8 (2):145-151, dez. 1960.
- 46 - MENDES SOBRINHO, O.T. - Imigração japonesa no Brasil. São Paulo Agrícola, 2(14):50-55, fev. 1960.
- 47 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores - Biblioteca. Tratado Diplomático de Amizade e Comércio entre o Brasil e o Japão - 1895.
- 48 - MIRANDA, Mario Botelho de - Shindo-remmei - Terrorismo e Extorsão, Edição Saraiva, São Paulo, 1958. 196p.
- 49 - MONBEIG, P. - Pionniers et planteurs de São Paulo. Paris. A, Colin, 1952. 370p. (cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques).
- 50 - MORAES, Carlos de Souza - A ofensiva japonesa no Brasil. Porto Alegre, Globo, sd. 316p.
- 51 - MORTARA, Giorgio - Distribuição territorial dos japoneses no Brasil. Revista Brasileira de Estatística, 26 (101/102):1-5, jan./jun. 1965.
- 52 - OLIVEIRA, Antonio Xavier - Três heróis da campanha anti-nipônica no Brasil: Felix Pacheco, Arthur Neiva e Miguel Couto. Rev. Imig. Col., Rio de Janeiro, 4(2-3): 234-54, maio/set. 1963.
- 53 - PALHANO, Herber G. - Londrina, nova Mesopotâmia. Revista Imigração e Colonização (2) jun. 1947.
- 54 - PEQUENO, Marcial Dias - Imigração e mão-de-obra qualificada (Banco). Bol. men. Fed. Industrial D. Federal. 20-21-24. jul. 1956.
- 55 - RIZABURO, Jo - Guia da Colônia Japonesa do Sul do Paraná, 1970. 1, Sd. 1970. 126p.
- 56 - RODRIGUES DE MELLO, Astrogildo - "Imigração e Colonização no Estado de São Paulo". R. Arq. Mun. de São Paulo. v. 75.
- 57 - SAITO, Hiroshi - Alguns aspectos da adaptação de imigrantes japoneses no Brasil. Sociologia, 20 (4): 451-462, out. 1958.
- 58 - _____ A família do imigrante japonês para o Brasil. Sociologia, 22 (1):12-28, mar. 1960.
- 59 - _____ O cooperativismo na região de Cotia, estudo de transplantação cultural. Sociologia, 16(3): 248-283, ago.1954.
- 60 - _____ O japonês no Brasil, estudo de mobilidade e fixação. São Paulo, Edições de Sociologia e Política, 1961. 238p.
- 61 - SHAMEN, Egen - Aculturação de alemães e japoneses no Brasil. Revista de Antropologia, 4(1) : 41-46. 1956.
- 62 - SILVA, Orlando Sampaio - "A presença do japonês na Zona Bragantina Pará". Cadernos. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, (5) 113-128. jun. 1972.

- 63 - SIMS, Harold D. - "Japanese postwar migration to Brazil: an analysis of Data presently available". The international migration review. New York, Center for Migration Studies. 6 (19):246-265. Fall, 1972. p.246.
- 64 - SMITH, T. Lynn - Brasil, povo e instituições. Rio de Janeiro. USAID, 1967.
- 65 - STRAUMER, Gottfried - Imigrantes desejáveis e indesejáveis. Orient. Econ. e Financeiro. 146: 35-36 março de 1956.
- 66 - SUZUKI, Teitii - Considerações sobre o censo dos imigrantes japoneses no Brasil. Sociologia, 25(3) : 245-251, set. 1963.
- 67 - TESTA, J. - Imigrantes Japoneses. Observador Econômico e Financeiro 210 : 27-32. ago. 1953.
- 68 - THOMAS, A.H.M. - Companhia de Terras Norte do Paraná. São Paulo, 1953. 20p. (mimeografado).
- 69 - TIGNER, J.L. - Shindo renmei: Japanese nationalism in Brazil. Hispanic American Historical Review, 41:515-532, nov. 1951.
- 70 - TORYANA, Toyomasu - A vida dos imigrantes japoneses pioneiros do Brasil. Noguiyo Shinbun, 1972. 210p. p.13.
- 71 - TSUKASA, Uyetuka - "Our emigrants in Amazônia". Contemporary Japan, v. 4 (june 1935), p.145.
- 72 - VERÍSSIMO DE MELLO - "Assimilação e Aculturação de Japoneses no Brasil", Bol. Antropol., 3(1):17-38, Universidade do Ceará. 1955.
- 73 - WAIBEL, Leo - "As zonas pioneiras do Brasil". Rev. Bras. Geogr., 17: 389-417. 1959.
- 74 - WESTPHALEN, Cecília Maria - História do Paraná, Curitiba, Grafipar, 1969. 5v. v.II. 280p.
- 75 - _____ Nota prévia ao estudo da ocupação do Paraná Moderno. Boletim n. 7 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968. 52p.
- 76 - WILLEMS, E. - Aspecto da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo. Sociology and Social Research, 33:149-150, nov. 1943.
- 77 - _____ Japanese in Brazil. Far Eastern Survey, 13:6-8, jan. 1949.
- 78 - _____ and BALDUS, H. - "Cultura Changes among Japanese Immigrants in Brazil". Sociology and Social Research, 26:6, 1942.
- 79 - _____ & BALDUS, H. "Casa e Túmulos de Japoneses no Vale da Ribeira do Iguape". Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 77: 121-136, 1941.

ANEXOS

ANEXO I

Município	Urb	Rural	Total	Município	Urb	Rural	Total
Londrina	2.500	402	2.902	St. Antonio	20	23	43
Curitiba	1.300	245	1.545	Ibaiti	28	14	42
Maringá	1.156	173	1.329	Mariluz	20	22	42
Assai	450	800	1.250	Santana	-	-	39
Umuarama	315	187	502	Terra Roxa	16	-2	38
Arapongas	32	115	435	Alto Aleg.	-	-	37
Nova Esperança	171	253	427	Alto Piquiri	-	-	36
Paranavaí	265	56	359	Jussara	-	-	35
Apucarana	350	-	350	Andirá	12	23	35
Rolândia	230	113	343	N.Londrina	-	-	34
C.Procôpio	175	125	300	Diamante	-	-	33
Paranaguá	250	20	270	Dez de Maio	-	-	33
Urai	101	144	245	Rondon	16	17	33
Ubiratã	65	158	223	Floresta	13	20	33
Bandeirantes	150	50	200	Paraíso	21	10	31
Guaira	72	125	197	Pérola	-	-	30
C. do Oeste	148	14	162	Itambaracá	10	20	30
Cianorte	-	157	157	Lobato	-	-	28
Carlópolis	27	130	157	Centenário	15	12	27
Marialva	87	61	148	Ivaté	-	-	26
Ibipora	58	89	147	Tapejara	-	-	26
Goio-Erê	70	70	140	F. Alves	6	19	25
Astorga	62	60	140	Itauna	-	-	25
Colorado	-	-	120	Santa Fé	-	-	24
Mandaguari	-	-	120	Paranacity	-	-	24
Sta. Mariana	-	-	120	S.C.Mte.Castelo	-	-	22
Guaravera	-	-	100	Brasilândia	-	-	20
Iporã	54	45	99	Altônia	-	-	20
A.Chateaubriand	73	25	98	B.Sucesso	-	-	18
Cambé	49	39	88	Icaraíma	-	-	18
Campo Mourão	70	10	80	Tapira	-	-	17
Mauá	-	-	80	S. Dourado	-	-	17
J. Távora	18	60	78	Cafezal	-	-	17
Terra Boa	-	-	75	Morretes	-	-	17
Peabiru	-	-	70	Sta. Amélia	6	10	16
Castro	7	57	64	Douradinha	-	-	16
Cambará	46	17	63	N. Olímpia	-	-	15
Loanda	-	-	63	Figueira	4	11	15
São Jorge	-	-	63	Tamboara	-	-	15
Venc. Braz	10	51	61	Alvorada	-	-	15
Terra Rica	25	36	61	Japurá	-	-	14
Ponta Grossa	15	45	60	Sta. Mônica	-	-	10
Toledo	23	35	58	Guarapuava	2	8	10
Jandaia	49	7	56	Atalaia	-	-	10
E. Dias	-	-	56	C. do Oeste	-	-	8
Floraí	-	-	56	Sta. Elisa	-	-	8
Jesuítas	25	31	56	Jataizinho	8	-	8
Alto Paraná	-	-	54	Guaraqueçaba	-	-	8
Sertaneja	-	-	54	Guaratuba	3	5	8
Cascavel	40	10	50	O. Castro	-	-	7
Jacarezinho	26	20	46	Inajá	-	-	7
Sta. Izabel	33	12	45	Tomazina	2	5	7
Sta. Mariana	-	-	43	Antonina	2	5	7
Jaguapitã	13	30	43	Morretes	3	-	3
Soma Total			14.148	Soma Total			1.195

ANEXO II

PROPRIEDADE RURAL PARTICULAR					
1 - Kunihiro Miyamoto	-	22.000	alqueires	-	Cornélio Procopio
2 - Susumu Itimura	-	19.500	alqueires	-	Uraí
3 - Akitaka Tsuzuki	-	4.000	alqueires	-	Maringá
4 - Yutaka Waizumu	-	3.000	alqueires	-	Goio-Erê
5 - Shigueyuki Yamamoto	-	1.900	alqueires	-	Sta. do Itararé
6 - Kazutoshi Arabori	-	1.800	alqueires	-	Assaí
7 - Vicente Okamoto	-	1.650	alqueires	-	Goio-Erê
8 - Manzo Odashiro	-	1.500	alqueires	-	Joaquim Távora
9 - Tomio Kawamura	-	1.500	alqueires	-	Ponta Grossa
10 - Jiro Abe	-	1.500	alqueires	-	Douradina
11 - Gunji Kurahashi	-	1.460	alqueires	-	Cornélio Procopio
12 - Fazenda Nomura	-	1.350	alqueires	-	Bandeirantes
13 - Antonio Takahashi	-	1.350	alqueires	-	Jacarezinho
14 - Yoshio Miyazaki	-	1.170	alqueires	-	Apucarana
15 - Tadao Kimura	-	1.100	alqueires	-	Castro
16 - Katsuzo Fujiwara	-	1.060	alqueires	-	Maringá
17 - Tatsuo Yamamoto	-	1.030	alqueires	-	Castro
18 - Hideo Kayano	-	1.000	alqueires	-	Castro
CAFEICULTORES					
Susumu Itimura	-	5.650.000	pés	-	Uraí
Kunihiro Miyamoto	-	3.100.000	pés	-	Cornélio Procopio
Gunji Kurahashi	-	1.000.000	pés	-	Cornélio Procopio
Fazenda Nomura	-	750.000	pés	-	Bandeirantes
Antonio Takahashi	-	650.000	pés	-	Jacarezinho
Mamoru Nakamura	-	640.000	pés	-	Cent. do Sul
Chiaki Ueda	-	550.000	pés	-	Cent. do Sul
Yonezo Ueno	-	540.000	pés	-	Assaí
Ryoichi Tomimatsu	-	450.000	pés	-	Rolândia
Yukichi Matida	-	450.000	pés	-	Bandeirantes
Takeo Atomya	-	400.000	pés	-	Cornélio Procopio
Yoshio Miyazaki	-	370.000	pés	-	Apucarana
Yoichiro Hirayama	-	350.000	pés	-	Assaí
Yoshitaro Numata	-	300.000	pés	-	Londrina
Yaekiko Higashi	-	300.000	pés	-	Jaguapitã
Imao Shimino	-	300.000	pés	-	Marialva

ANEXO III

PARTICIPAÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA NA POLÍTICA PARANAENSE - 1955-1970

AUTORIDADES POLÍTICAS

Deputados, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Pres. da Câmara de Vereadores, Vereadores.

1955	- Sadao Masuko	- Pres.Cam.Vereadores	- Londrina
"	- Atushi Kuriti	- Pres.Cam.Vereadores	- Bom Sucesso
1958	- Miyoji Kogure	- Pres.Cam.Vereadores	- Apucarana
"	- Jorge Sato	- Pres.Cam.Vereadores	- Maringá
1960	- Hiroshi Takaki	- Prefeito	- Iguaraçu
"	- Atsushi Kuriti	- Prefeito	- Bom Sucesso
1962	- Yoshio Ueno	- Deputado Federal	-
1962	- Minoru Miyamoto	- Deputado Federal	-
"	- Susumu Ichimura	- Prefeito	- Urai
1963	- Yoshio Ueno	- Junta Adm.do I.B.C.	-
"	- Minoru Miyamoto	- Junta Adm.do I.B.C.	-
"	- Sadao Masuko	- Vice-Prefeito Interino	- Londrina
1964	- Sadao Yokomizo	- Vice-Prefeito	- Arapongas
"	- Kazumi Taguchi	- Vice-Pres.Cam.Vereadores	- Maringá
"	- Shozo Kawase	- Pres.Cam.Vereadores	- Assaí
"	- Luiz Hotta	- Pres.Cam.Vereadores	- Nova Esperança
"	- Jorge Sato	- Pres.da UDN de Maringá	- Maringá
"	- Akira Yamashita	- Prefeito	- Ivaiporã
"	- Miguel Kimura	- Prefeito	- Floresta
1966	- Yoshio Ueno	- Deputado Federal	-
"	- Minoru Miyamoto	- Deputado Federal	-
"	- Jorge Sato	- Deputado Estadual	-
"	- Yoshio Ueno	- Junta Adm.do I.B.C.	-
"	- Shigeo Hiramã	- Junta Adm.do I.B.C.	-
"	- Kansaku Shinomura	- Pres.Cam.Vereadores	- Ibiporã
1968	- Sadao Yokomizo	- Prefeito	- Arapongas
"	- Mario Tanaka	- Prefeito	- N.S.da Graça
"	- Mototugu Yamaguchi	- Vice-Prefeito	- Itaiparaca
"	- Masayuki Takeda	- Vice-Prefeito	- Urai
"	- Vitorio Arakawa	- Vice-Prefeito	- S.José Amoreira
"	- Minoru Shimada	- Vice-Prefeito	- Jussara
"	- Tokuchi Miyakawa	- Vice-Prefeito	- Loanda
"	- Masaru Shigaki	- Vice-Prefeito	- Tapira
"	- Arnaldo Hashimoto	- Vice-Prefeito	- Inajá
"	- Sadao Masuko	- Pres.Cam.Vereadores	- Londrina
"	- Yoshikiko Kondo	- Pres.Cam.Vereadores	- Tomasina
"	- Hideo Odajima	- Pres.Cam.Vereadores	- Assaí
"	- Mario Inoue	- Pres.Cam.Vereadores	- Jataí
"	- Tadayoshi Murakami	- Pres.Cam.Vereadores	- Terra Roxa
"	- Mamoru Nakamura	- Pres.Cam.Vereadores	- Cent. do Sul
1969	- Paulo Kagueyama	- Pres.Cam.Vereadores	- Apucarana
"	- Kansaku Shinomura	- Pres.Cam.Vereadores	- Ibiporã
"	- Jorge Sato	- 1º Sec.Ass.Legislativa	- Curitiba
"	- Nobuteru Sato	- Vice-Pres.Cam.Vereadores	- Curitiba
"	- Shigeto Nara	- Vice-Pres.Cam.Vereadores	- Guapirama
"	- Takao Hayakawa	- Vice-Pres.Cam.Vereadores	- Floresta
"	- Mitsuho Wada	- Vice-Pres.Cam.Vereadores	- Maringá
1970	- Masaya Konno	- Pres.Cam.Vereadores	- Rolândia
"	- Kazumi Taguchi	- Pres.Cam.Vereadores	- Maringá

VEFEADORES

1947	- Antonio Kuya	- Assai
	- Mario Baba	- Urai
	- Ichizo Azuma	- Cambém
1951	- Luiz Yanaguisawa	- Assai
	- Hakaru Hirayama	- Assai
	- Antonio Kuya	- Assai
	- Jorge Shirba	- Assai
	- Tomita Ichimura	- Urai
	- Masayuki Nishimura	- Sertaneja
	- Teruyoshi Shigenobu	- Santa Mariana
1955	- Yoshio Ueno	- Assai
	- Luiz Yanaguisawa	- Assai
	- Takumi Haida	- Urai
	- Sadao Yokomizo	- Arapongas
	- Katsumi Arai	- Sta. Cecília
	- Jorge Sato	- Maringá
	- Sadao Masuko	- Londrina
	- Matsushigue Hosaka	- Jussara
	- Luiz Hasegawa	- Bandeirantes
	- Noritoshi Hiraguri	- Amoreira
1957	- Luiz Hotta	- Nova Esperança
1958	- Sadao Yokomizo	- Arapongas
	- Hatsuo Wawano	- Arapongas
	- Katsumi Tanaka	- Arapongas
	- Jorge Sato	- Maringá
	- Yoshio Ueno	- Assai
	- Luiz Yanaguisawa	- Assai
	- Takumi Haida	- Urai
	- Miyoji Kogure Shinochara	- Apucarana
	- Yoshimichi Matsumura	- Jussara
	- Sadao Masuko	- Londrina
	- Jorge Shimazaki	- Comélio Procópio
1960	- Hayato Doi	- Santa Mariana
	- Luiz Hotta	- Nova Esperança
	- Eizo Murakami	- Terra Boa
	- Sadao Masuko	- Londrina
	- Mitsuo Morita	- Londrina
	- Massaaki Kimura	- Bandeirantes
	- Kazumi Taguchi	- Maringá
	- Chiaki Ueda	- Centenário do Sul
	- Isamu Kimura	- Floresta
	- Koichi Horikoshi	- Floresta
	- Tadao Utsumi	- N. Esperança
	- Mamoru Fujino	- Tamboara
	- Takashi Yamamoto	- S. do Itararé
	- Tsutomu Miyakawa	- S. do Itararé
	- Iwao Aihara	- S. do Itararé
1964	- Sadao Masuko	- Londrina
	- Mituo Morita	- Londrina
	- Kazumi Taguchi	- Maringá
	- Chiaki Ueda	- Centenário do Sul
	- Mizuho Wada	- Maringá
	- Hideo Odajima	- Assai
	- Takao Aoki	- Assai
	- Shozo Kawase	- Assai
	- Masayuki Takeda	- Urai
	- Jorge Harada Shinochara	- Apucarana
	- Masaya Konno	- Rolândia

	- Toshiki Umehara	- Rolândia
	- Luiz Hotta	- Nova Esperança
	- Tadao Utsumi	- Nova Esperança
	- Eizo Murakami	- Terra Boa
	- Shiguenari	- Carpina da Lagoa
	- Kunitami Uemura	- Araruba
	- Shichiro Shimura	- Cruzeiro D'Ceste
	- Chiraru Saito	- Mariluz
	- Kotaro Tagawa	- N. América
	- Antonio Kataoka	- N. América
	- Kazuo Oshita	- N. América
	- Hirozhi Takaki	- Iguaragu
	- Junji Setoguchi	- Coio-Erê
	- Francisco Kano	- Cianorte
	- Shizuo Kai	- Cianorte
	- Yorihide Miyoshi	- Bandeirantes
	- Kansaku Shinomura	- Ibioporã
	- Yuiti Nakamura	- Ibioporã
	- Shigeo Misawa	- São Jorge
	- Tomoyuki Koga	- São Jorge
	- Mototogu Goto	- Itarbaracá
	- Shuki Taguti	- Floresta
	- Francisco Obata	- Floresta
	- Domingos Kimura	- Jussara
	- Mamoru Fugino	- Tanboara
	- Hiroshi Nomata	- Santa Fé
	- João Hichimura	- A. do Sul
	- José Nakamura	- C. do Sul
	- Shigeto Nara	- Guapirama
	- Masaru Shigaki	- Gaucha
	- Luiz Fukushima	- Umuarama
	- Iwao Aihara	- Santana do Itararé
	- Mamoru Yamamoto	- Santana do Itararé
1967	- Nobuteru Matuda	- Curitiba
1968	- Sadao Masuko	- Londrina
	- Kakumen Kyosen	- Londrina
	- Masaya Konno	- Rolândia
	- Paulo Kagneyama	- Apucarana
	- Toshiharu Yokomizo	- Arapongas
	- Masaru Miyake	- Arapongas
	- Mizuho Wada	- Maringá
	- Kazumi Taguchi	- Maringá
	- Tetuo Mishiyama	- Maringá
	- Yorihide Miyoshi	- Bandeirantes
	- Suez Matubara	- Itarbaraca
	- Hideo Odajima	- Assai
	- Tetsuya Imagawa	- Assai
	- Takao Aoki	- Assai
	- Tuyata Akaki	- Assai
	- Takumi Shimada	- São José da Amoreira
	- João Tabata	- São José da Amoreira
	- Pedro Okuyama	- Sertaneja
	- José Kanashiro	- Leopoldis
	- Yoshiaki Kamei	- Santa Mariana
	- Kansaku Shinomura	- Ibioporã
	- Antonio Kondo	- Ibioporã
	- Mario Inoue	- Jataizinho
	- Jorge Taki	- Urai
	- Kinichiro Sakae	- Rancho Alegre
	- Mamoru Nakamura	- C. do Sul
	- Naoki Kishida	- Lupionópolis

- Nelson Akioshi
- Keiko Higaki
- Atsushi Koriki
- Toyochi Yamada
- Shoichi Masuda
- Kiichi Hattori
- Hiroshi Nishikawa
- Jorge Nagashima
- Masaji Mori
- Minoru Sakasegawa
- Paulo Watanabe
- Yasuo Sakiya
- Tadao Utumi
- Kazuo Kimura
- Martins Fujino
- Minoru Nakahara
- Koji Kondo
- Shichiro Shimura
- Shosaku Yano
- Kumio Yabumoto
- Hatuo Kimura
- Shigueru Izuhara
- Hideo Tokumi
- Shiro Ichikawa
- Kakuo Kishino
- Hiroshi Shiomi
- Masaru Kaimoto
- Koji Mori
- Shigeo Sato
- Minoru Yokota
- Toshihide Ito
- Shigeto Nara
- Takeshi Kubo

- Paranavaí
- Terra Boa
- Peabiru
- Marialva
- Alto Paraná
- Paranavaí
- Inajá
- Umuarama
- Assis Chateaubriand
- Nova Esperança
- Nova Esperança
- Nova Esperança
- Nova Esperança
- Guaira
- Tamboara
- Terra Rica
- Diamante
- Cruzeiro D'Oeste
- Cruzeiro D'Oeste
- Umuarama
- Floresta
- Santa Inês do Ivaí
- Santa Inês do Ivaí
- Paraíso do Norte
- Matelândia do Sul
- Ibaiti
- Araucária
- Guarapuçaba
- Loanda
- Loanda
- Guapirama
- Guapirama
- Assai

FOTOGRAFIAS

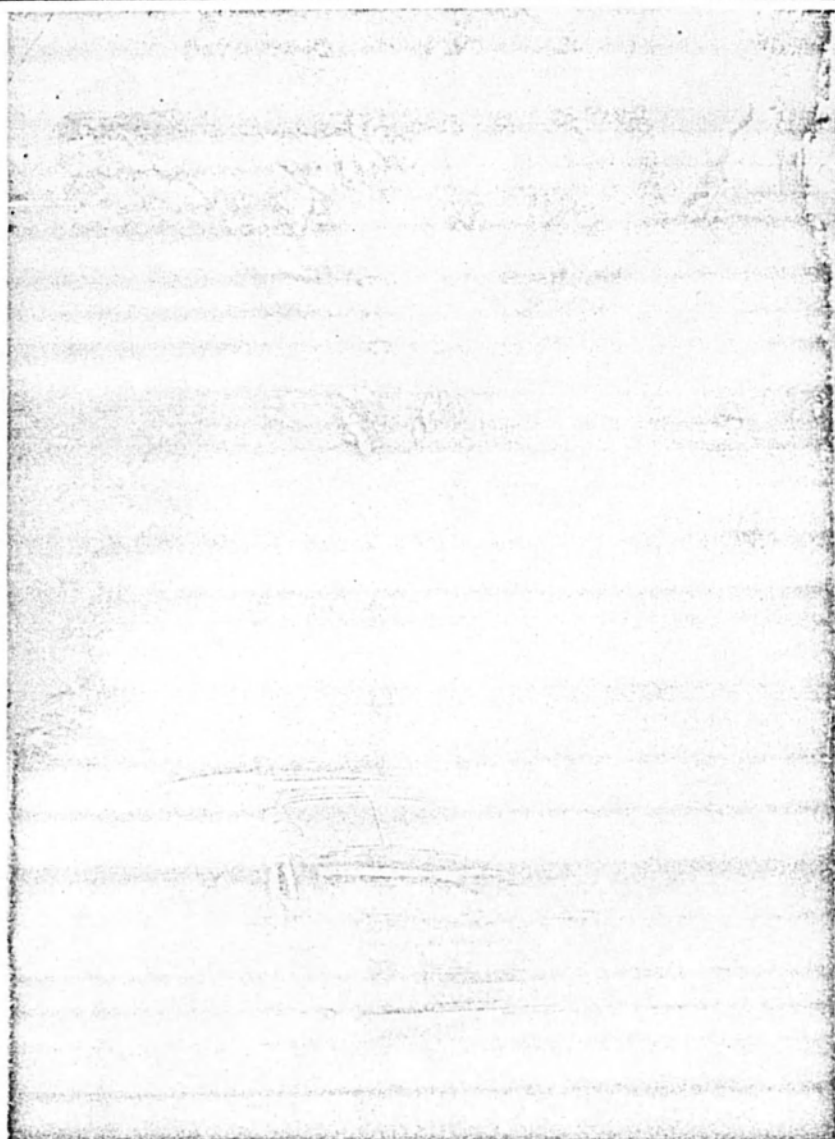


Foto 1 - Hikoma Ujihara
corretor dos lotes da Colônia Esperança



Foto 2 - Início do desmatamento e construção
das primeiras casas

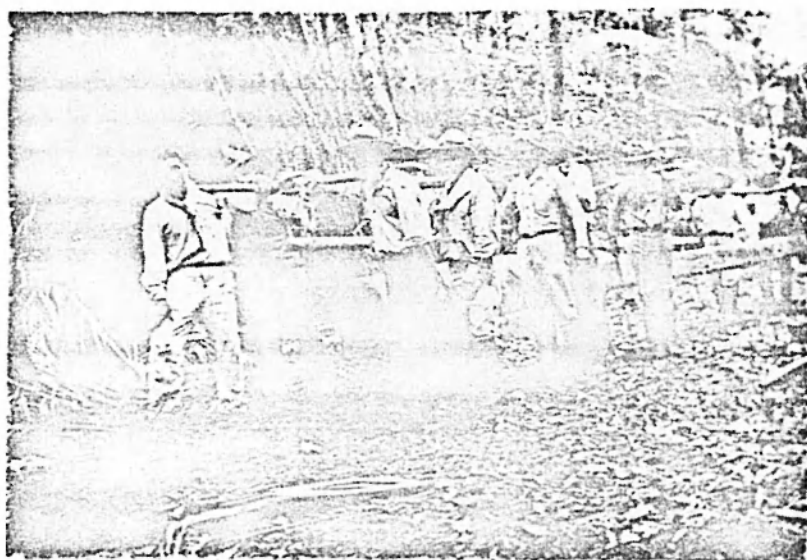


Foto 3 - Pioneiros trabalhando no desmatamento da Colônia Esperança.

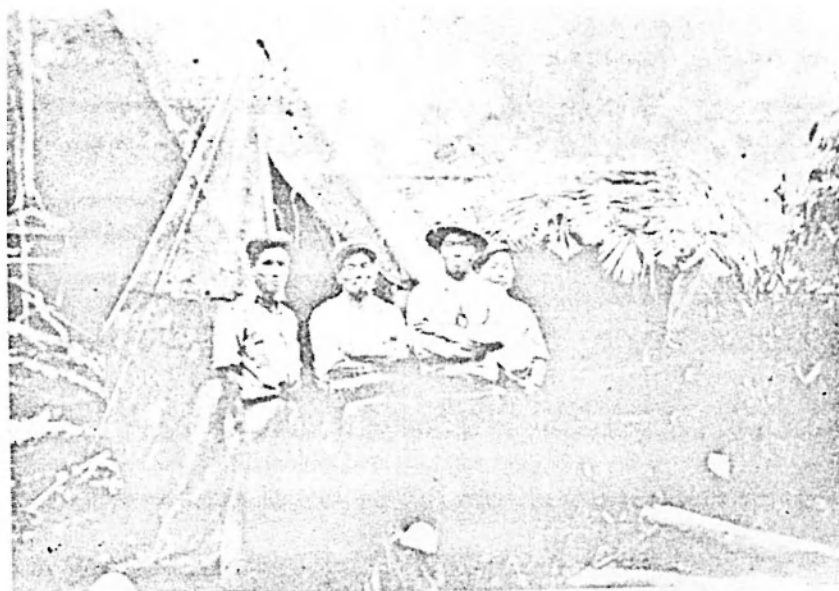


Foto 4 - Pioneiros japoneses alojados em barracas.



Foto 5 - A Igreja que foi construída pelos pioneiros japoneses



Foto 6 - A atual Matriz Stella Maris de Colônia Esperança.



Foto 7 - O portão de entrada da
Colônia Esperança



Foto 8 - O Grupo Escolar de
Colônia Esperança.

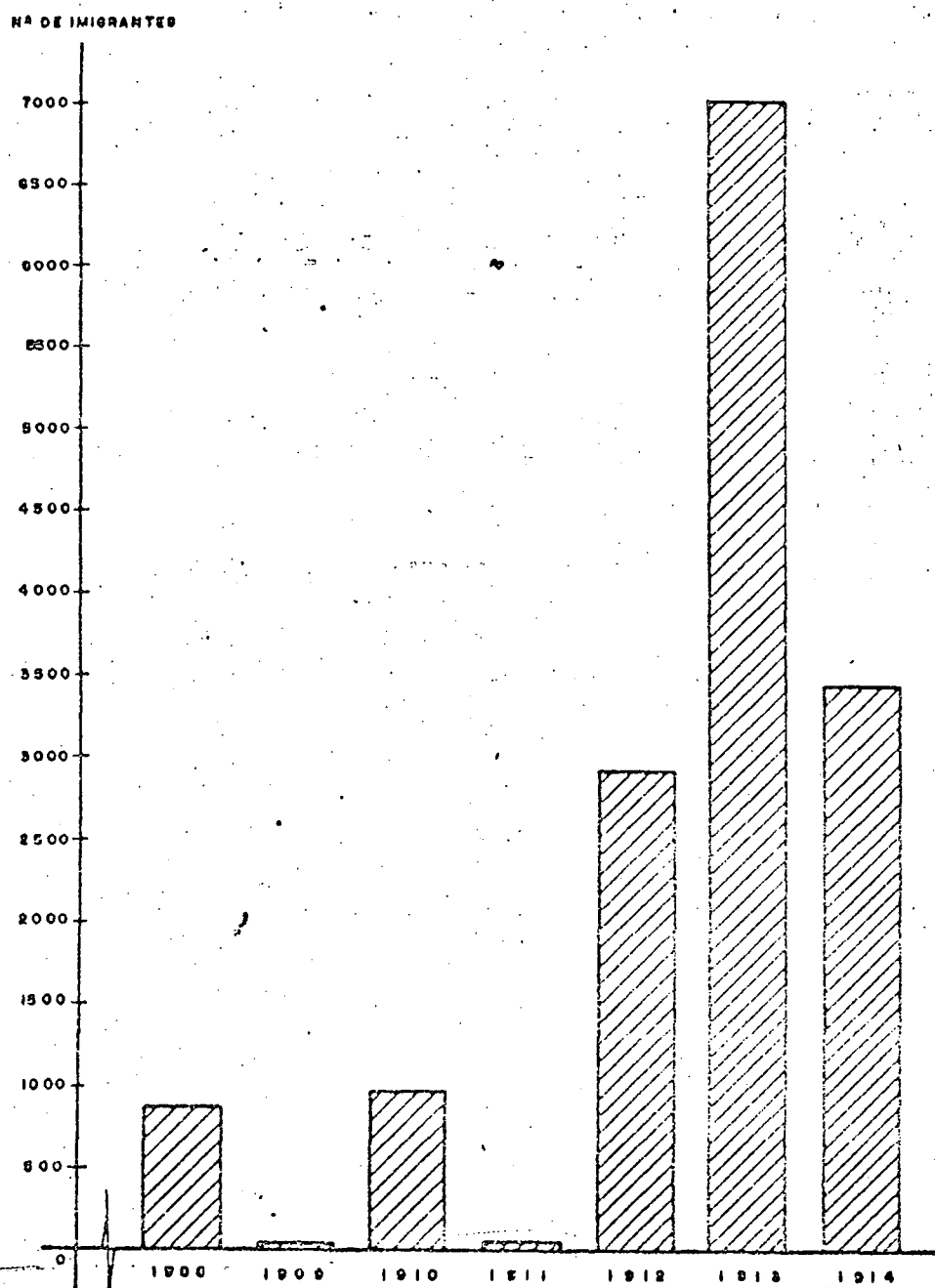
GRÁFICOS

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Gráficos Demonstrativos

BRASIL

ENTRADA DE IMIGRANTES JAPONESES-1908-14



ANOS

GRÁFICO 1

FONTE SAITO, IKEDA e IBGE

BRASIL

ENTRADA DE IMIGRANTES JAPONESES-1917-20

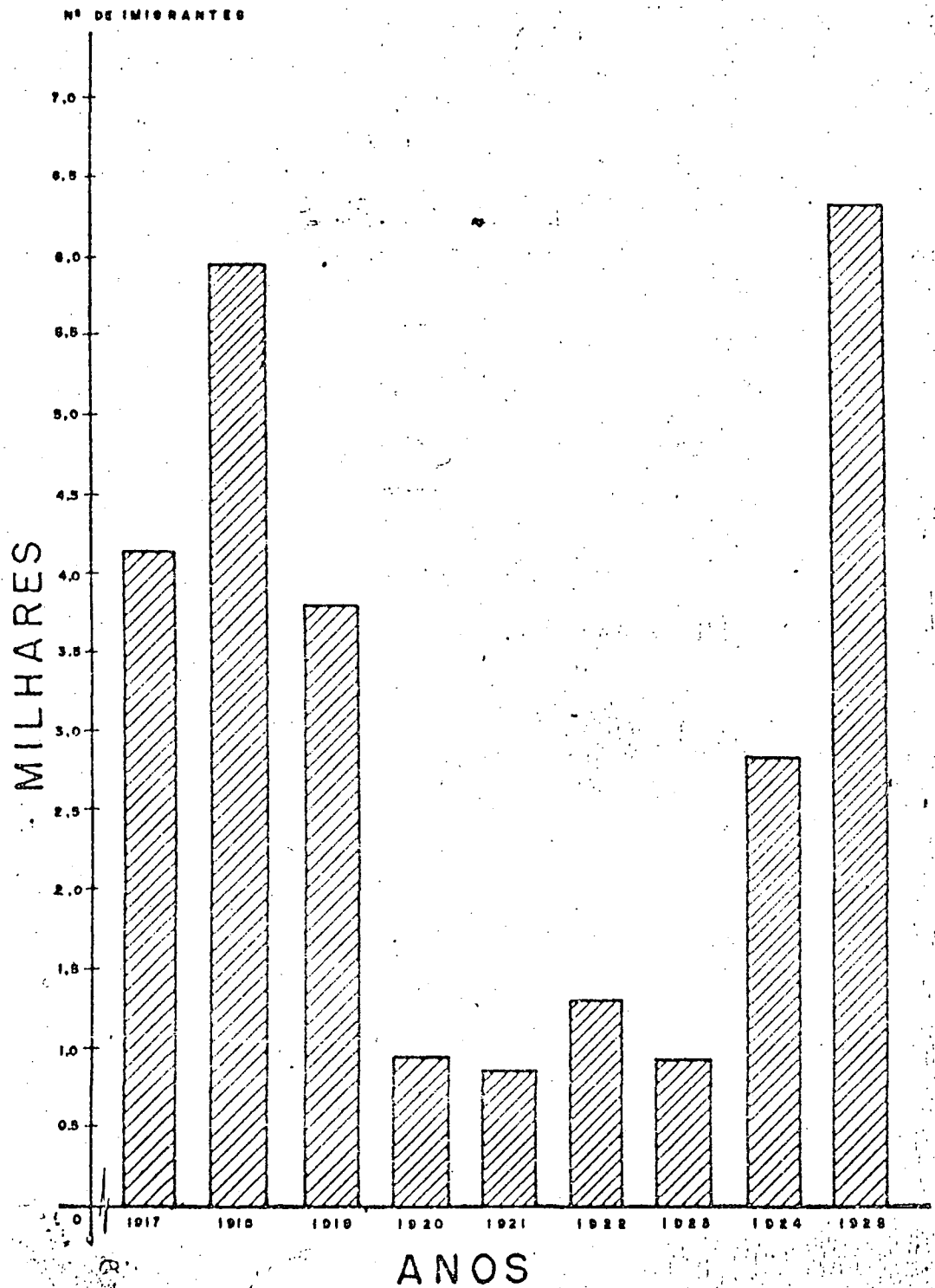


GRÁFICO 2

FONTE SAITO, IKEDA e IBGE

BRASIL

ENTRADA DE IMIGRANTES JAPONESES-1926-33

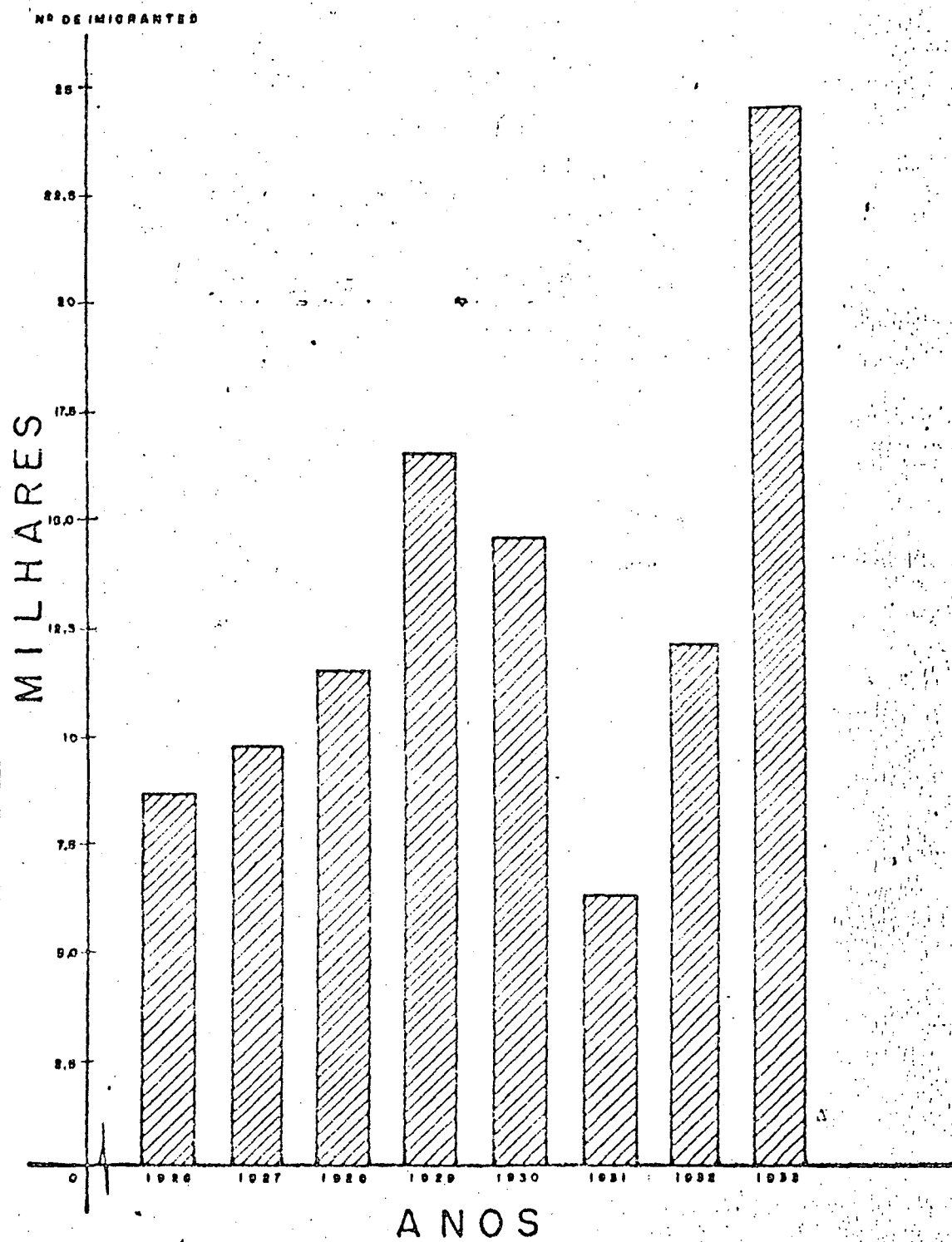


GRÁFICO 3

FONTE SAITO, IKEDA e IBGE

BRASIL

ENTRADA DE IMIGRANTES JAPONESES-1934-41

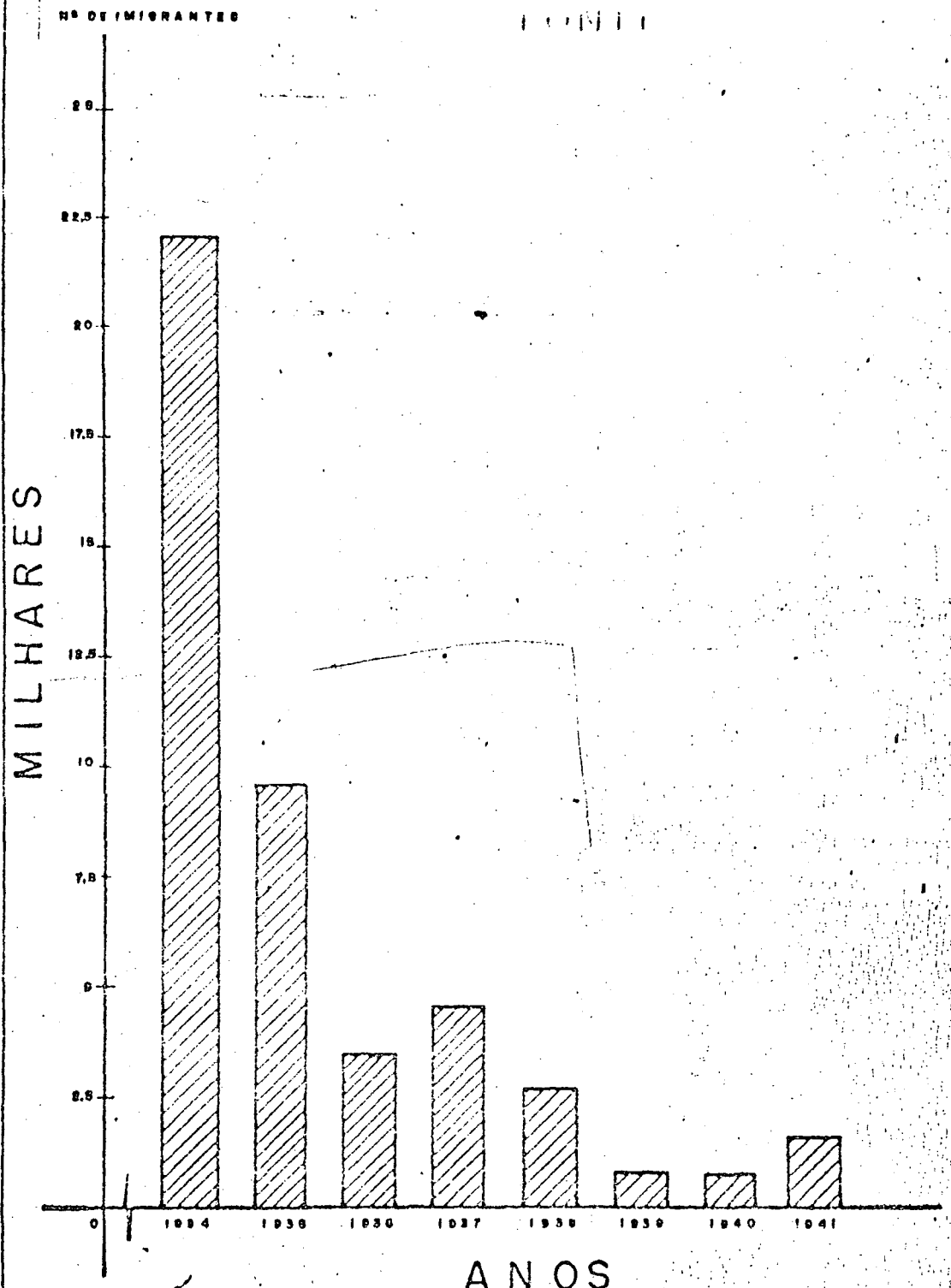
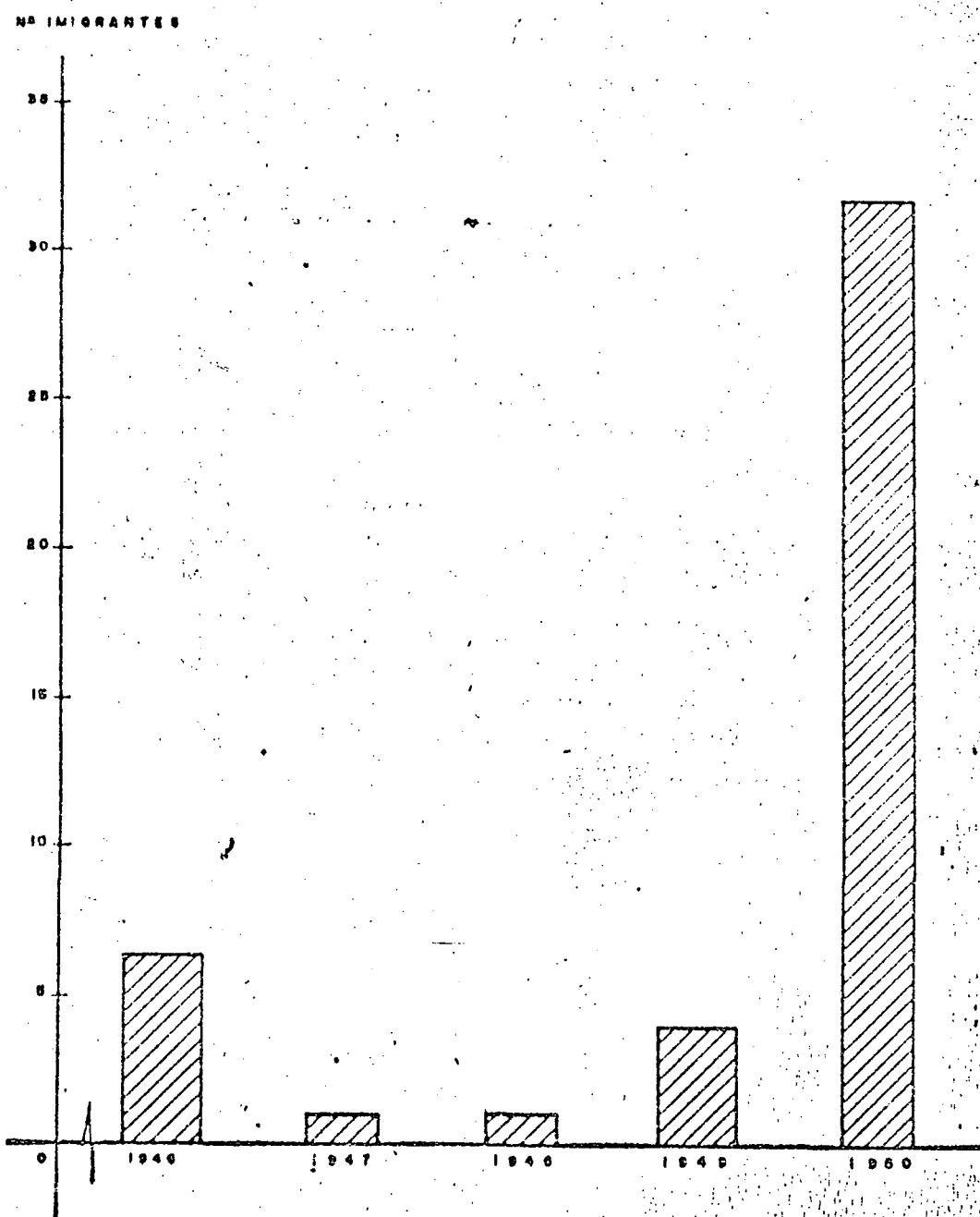


GRÁFICO 4

FONTE SAITO, IKEDA e IBGE

BRASIL

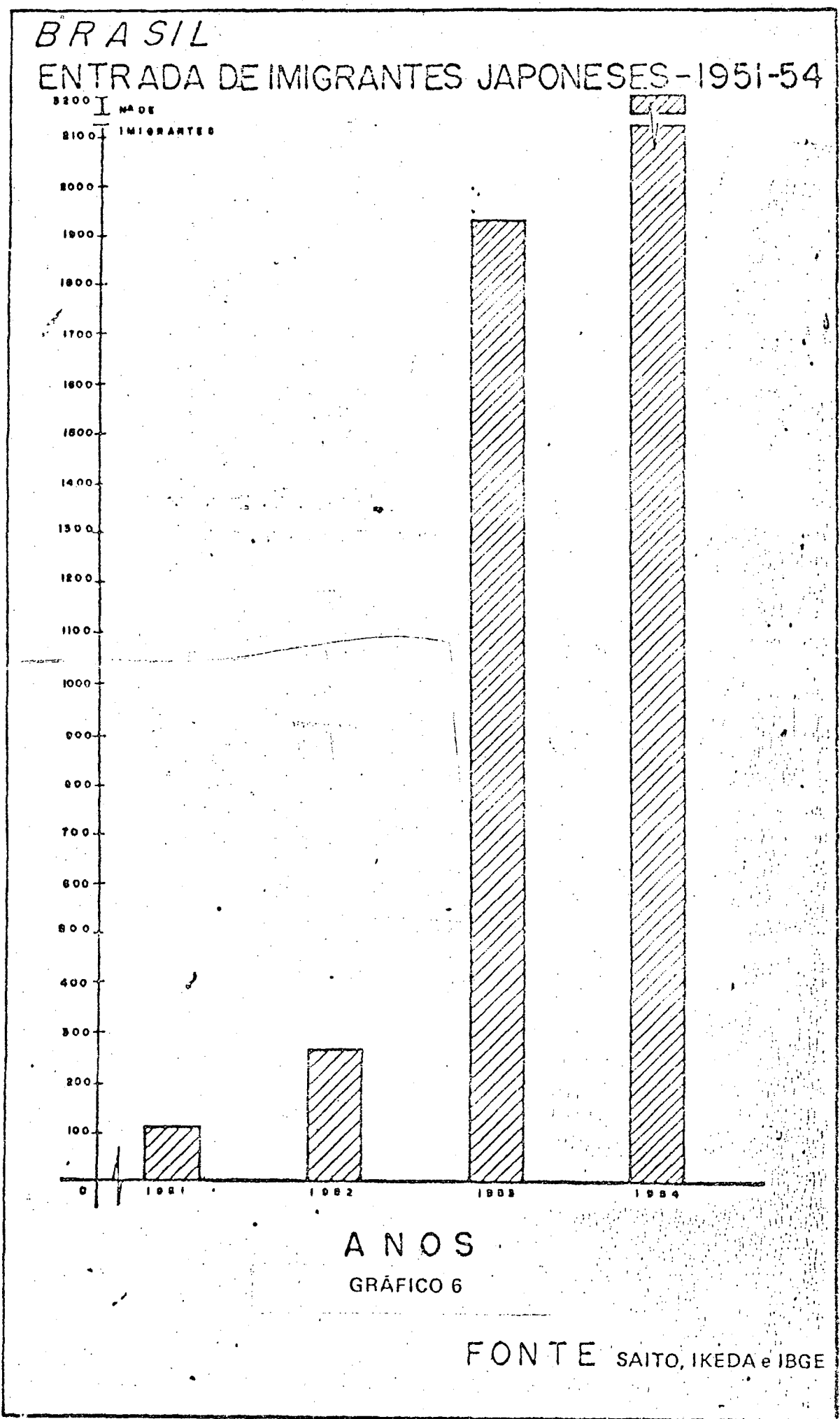
ENTRADA DE IMIGRANTES JAPONESES-1946-50



ANOS

GRÁFICO 5

FONTE SAITO, IKEDA e IBGE



BRASIL

ENTRADA DE IMIGRANTES JAPONESES - 1955-62

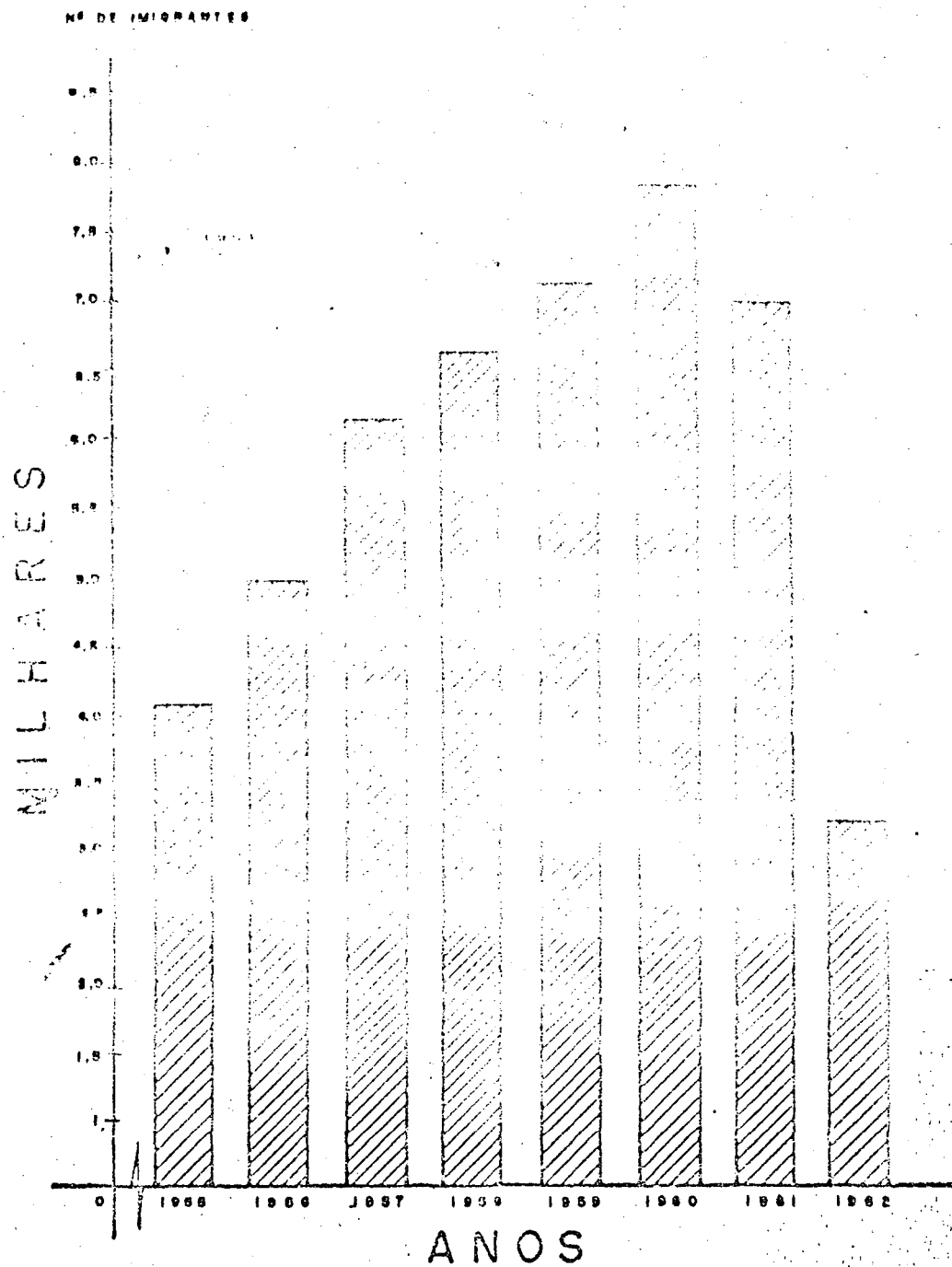


GRÁFICO 7

FONTE SAITO, IKEDA e IBGE

A COLONIZAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ

Gráficos Demonstrativos

PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES - RESIDÊNCIA - 1958

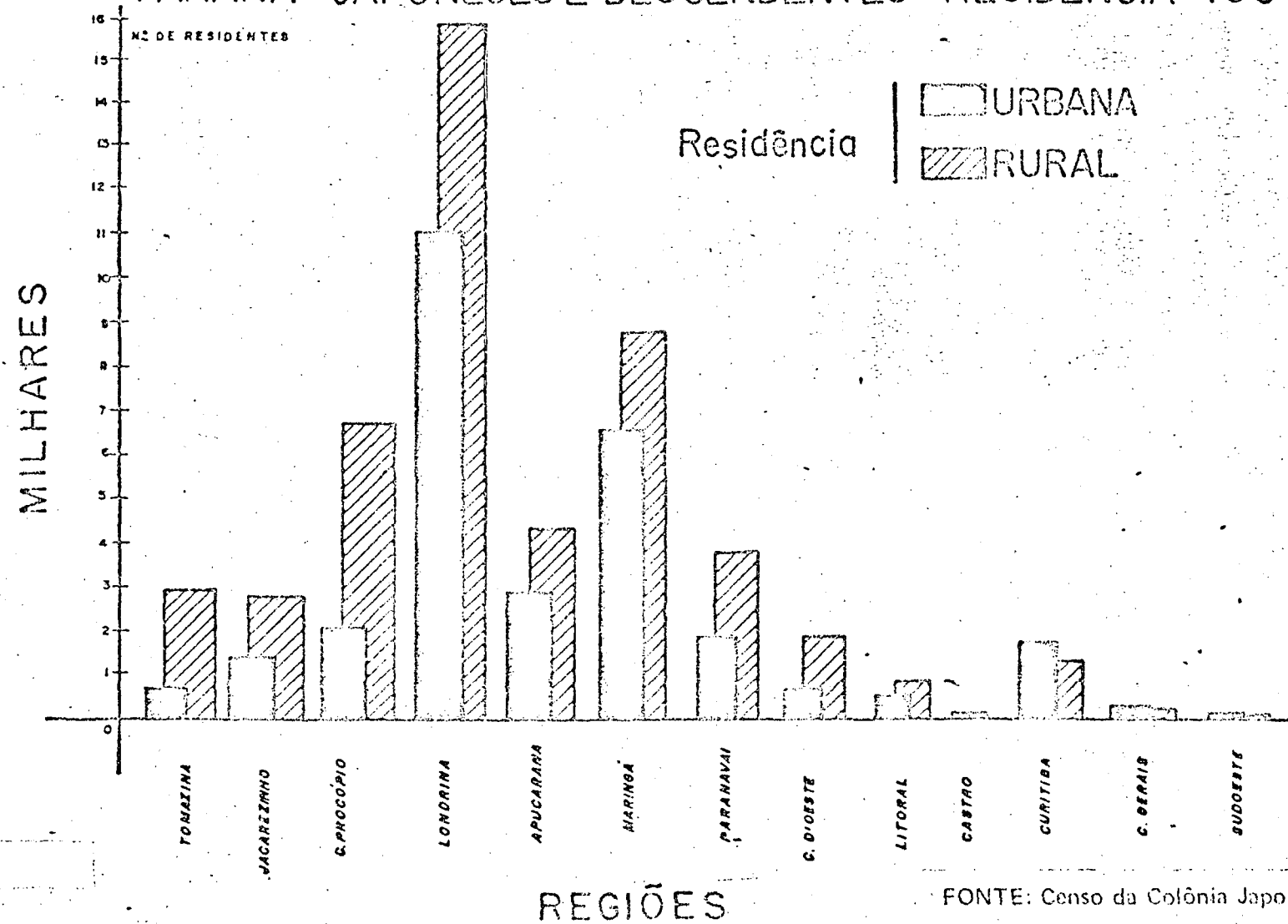
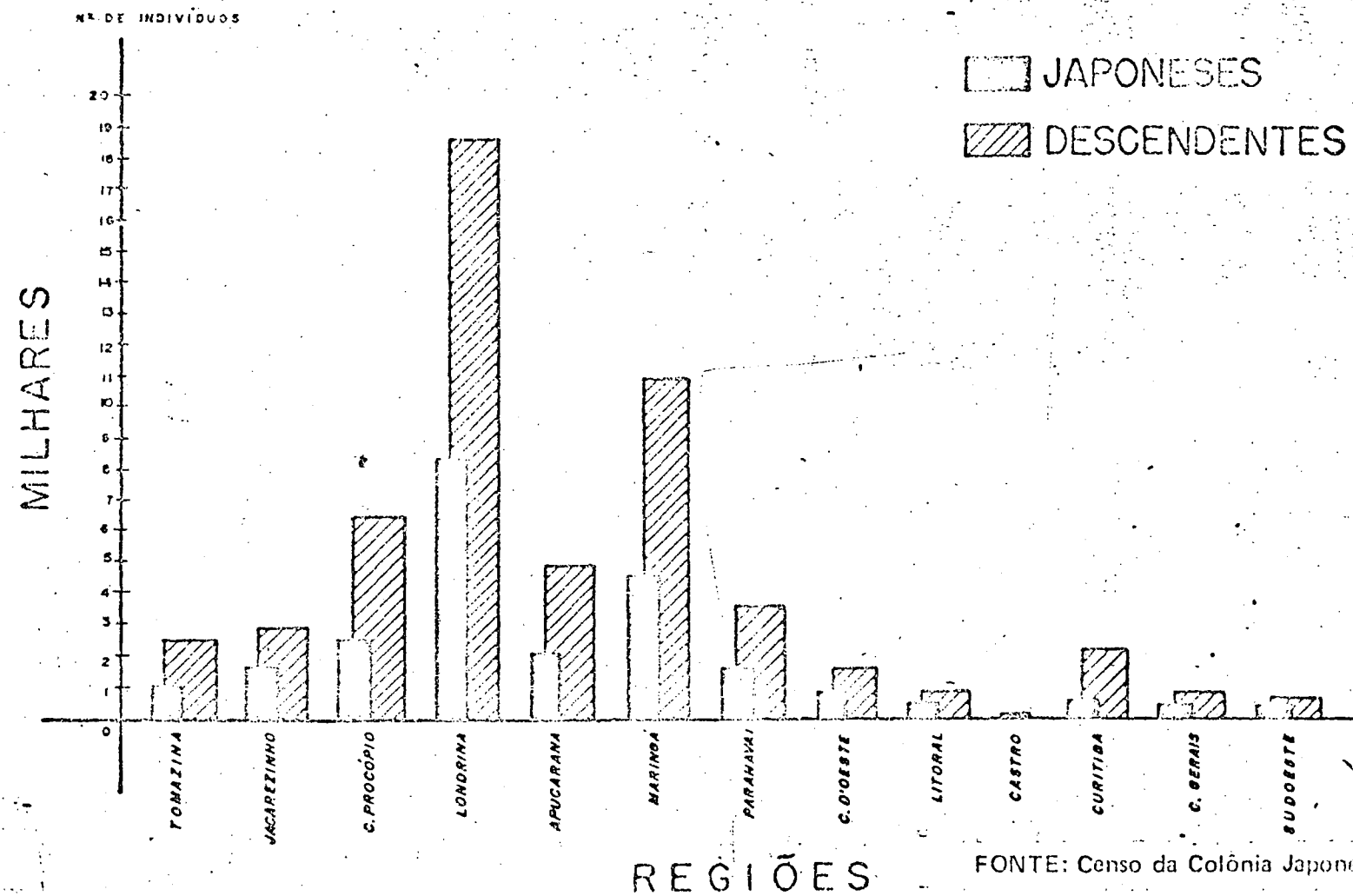


GRÁFICO 1

FONTE: Censo da Colônia Japonesa -- 1958

PARANÁ- JAPONESES E DESCENDENTES - 1958



PARANÁ - JAPONESES E DESCENDENTES-SEXO 1958

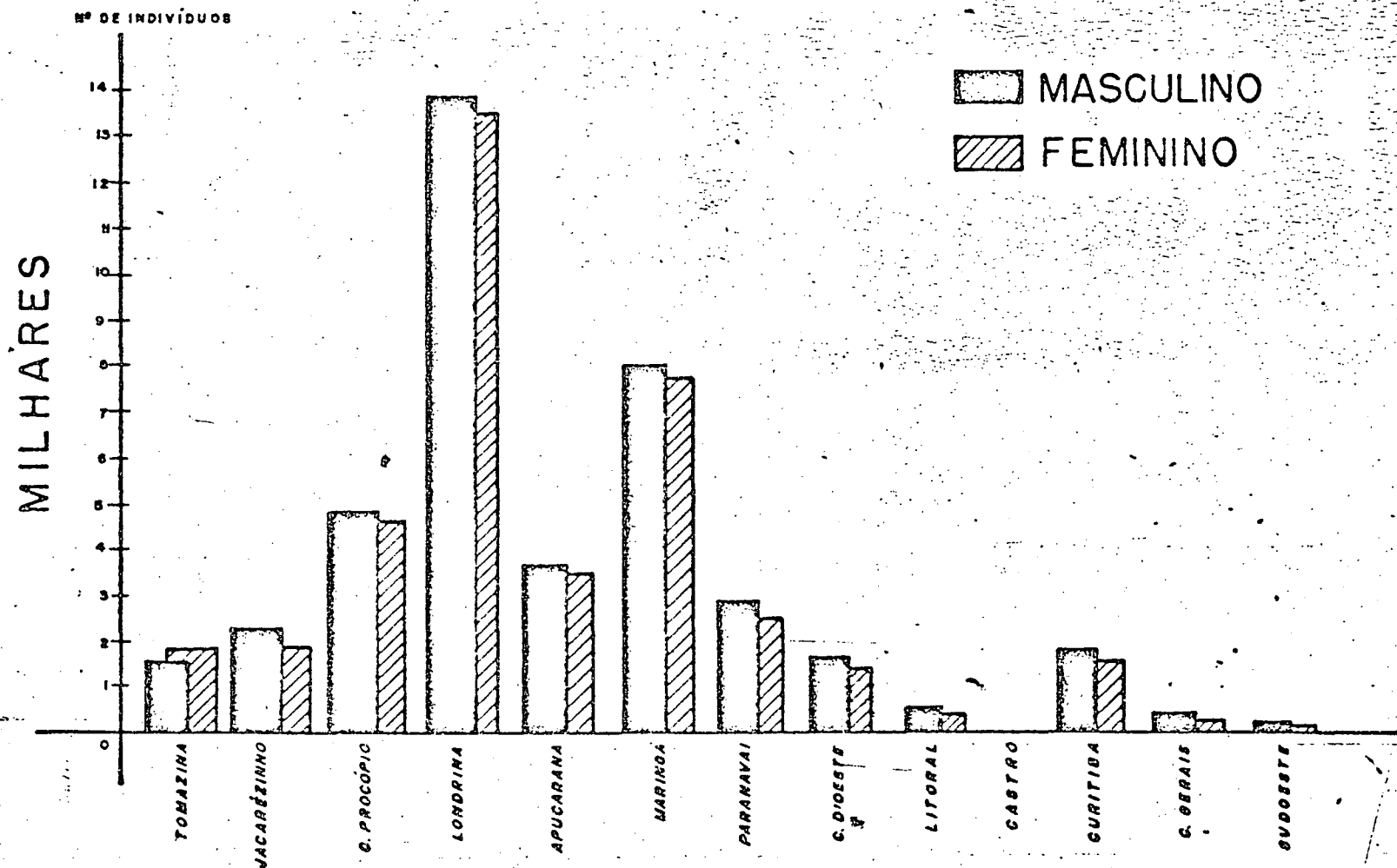
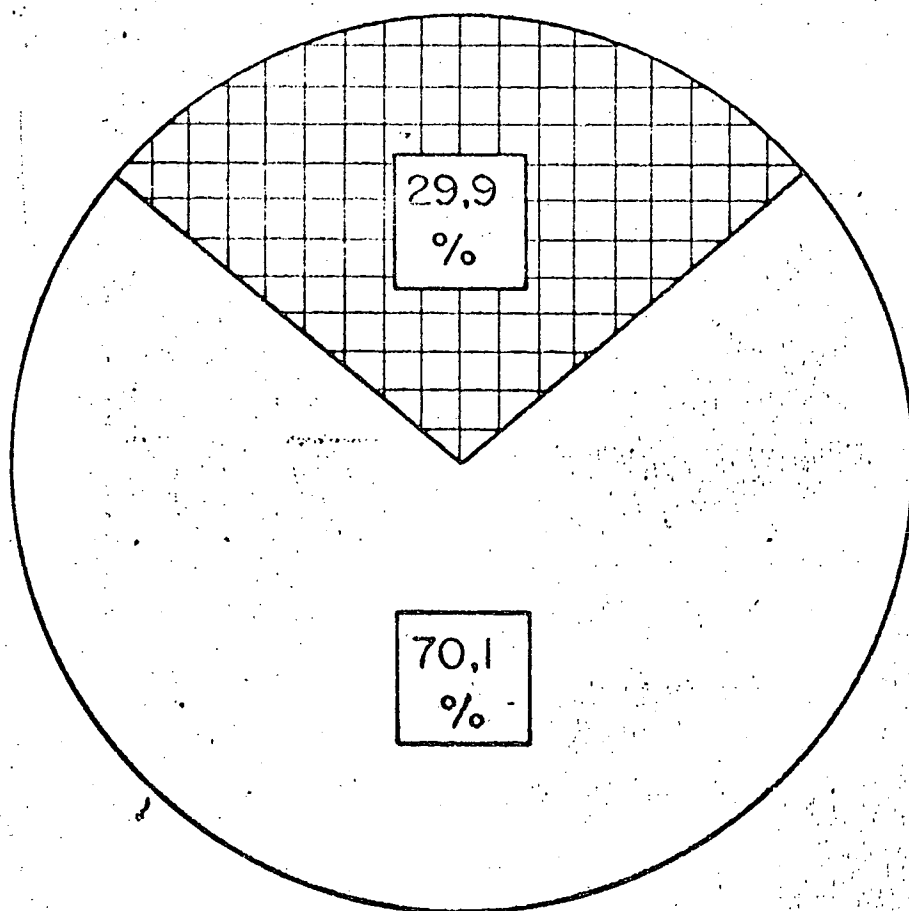


GRÁFICO 3

FONTE: Censo da Colônia Japonesa - 1958

PARANÁ

JAPONESES E DESCENDENTES-1958

JAPONESES — DESCENDENTES — 

JAPONESES — 23.421

DESCENDENTES — 54.676

TOTAL — 78.097



GRÁFICO 4

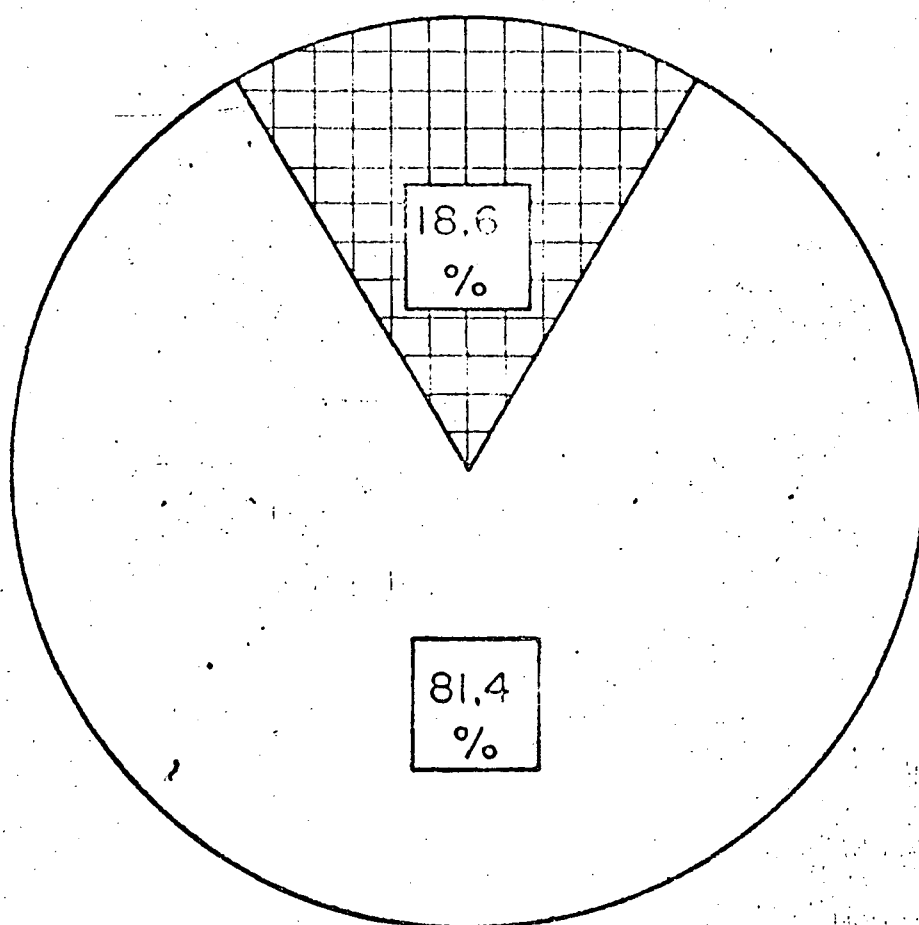
FONTE Censo da Colônia Japonesa — 1958

BRASIL - PARANÁ

JAPONÊSES E DESCENDENTES - 1958

PROPORÇÃO DEMOGRÁFICA-PARANÁ

PARANÁ ———— 
 OUTROS ESTADOS 



BRASIL ———— 430.135
 PARANÁ ———— 78.097
 OUTROS ESTADOS — 352.038

GRÁFICO 5

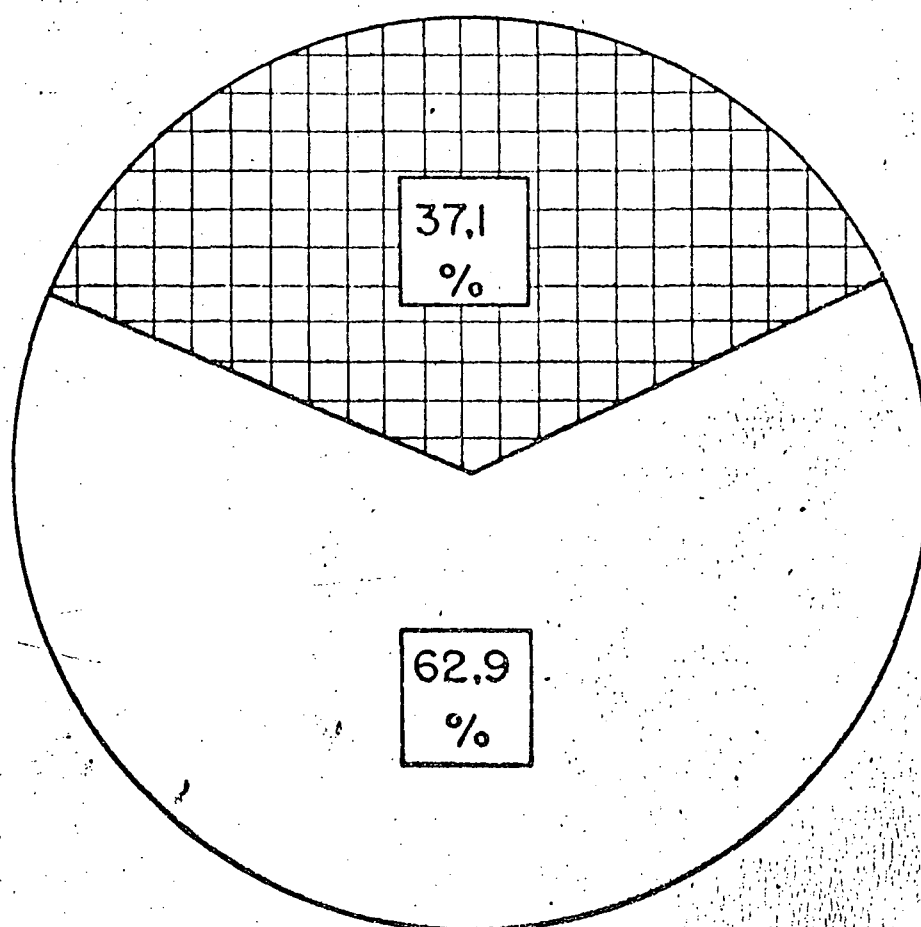
FONTE Censo da Colônia Japonesa — 1958

PARANÁ

JAPONESES E DESCENDENTES-1958

POPULAÇÃO URBANA e POPULAÇÃO RURAL

POPULAÇÃO

URBANA — RURAL — 

URBANA — 28.951 hb.


RURAL — 49.146 hb.

TOTAL — 78.097 hb.

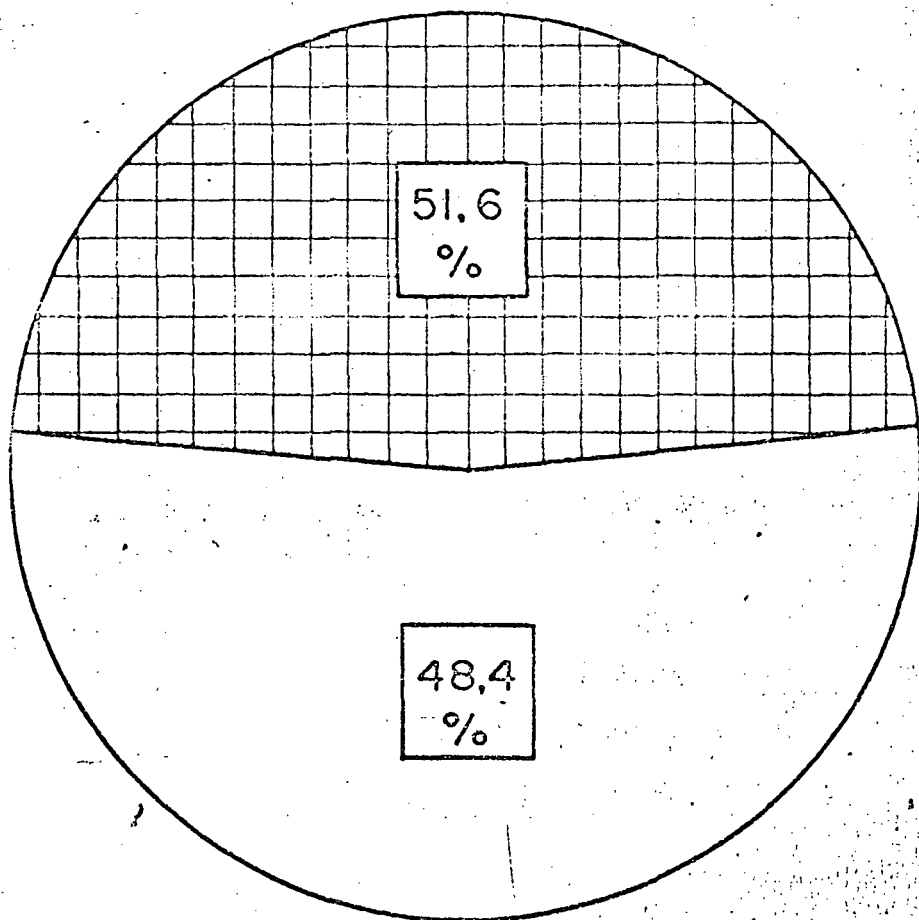
GRÁFICO 6

FONTE Censo da Colônia Japonesa — 1958

PARANÁ
JAPONESES E DESCENDENTES
SEXO-1958

HOMENS — 

MULHERES — 



HOMENS - 40.313

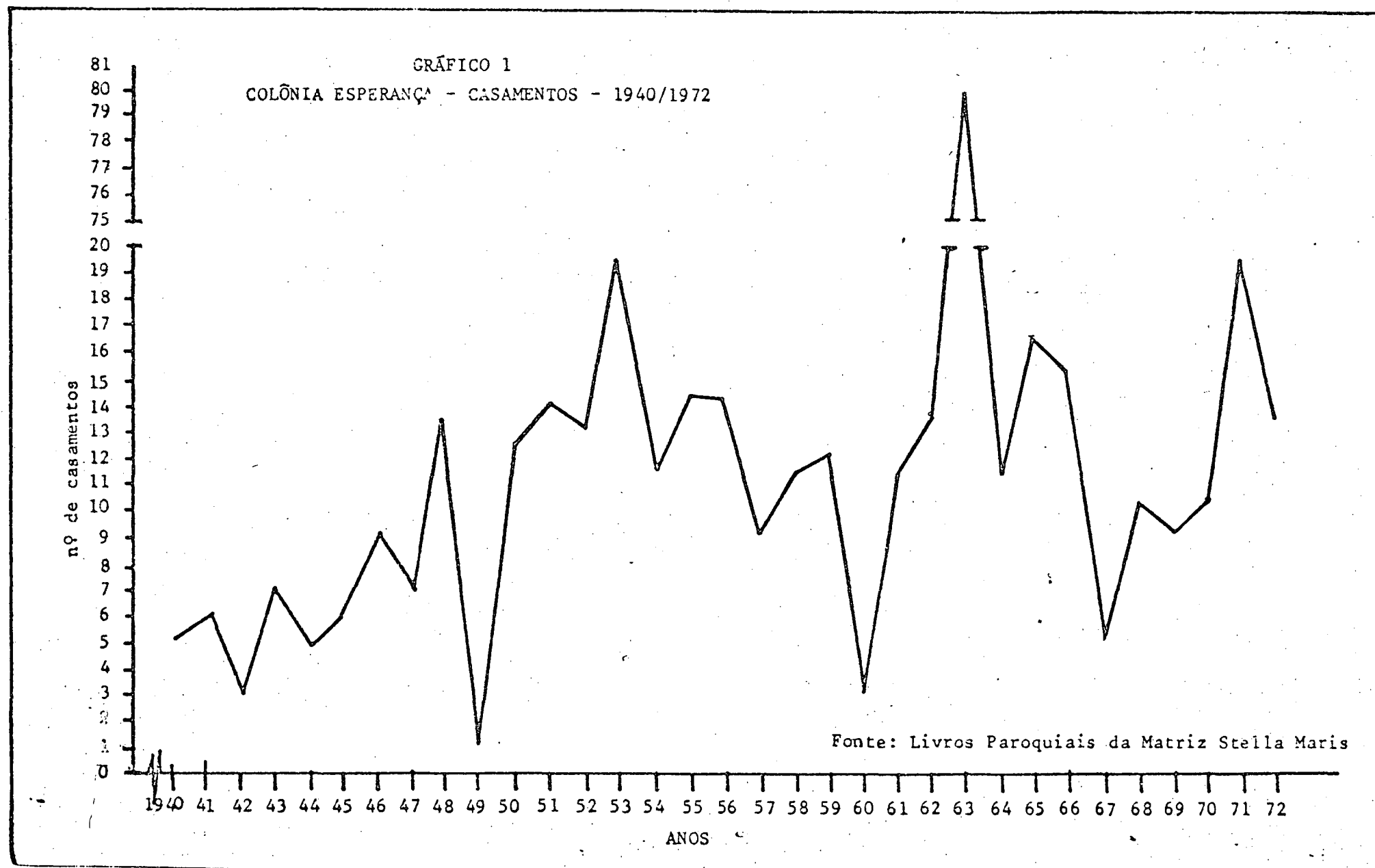
MULHERES - 37.784

TOTAL — 78.097

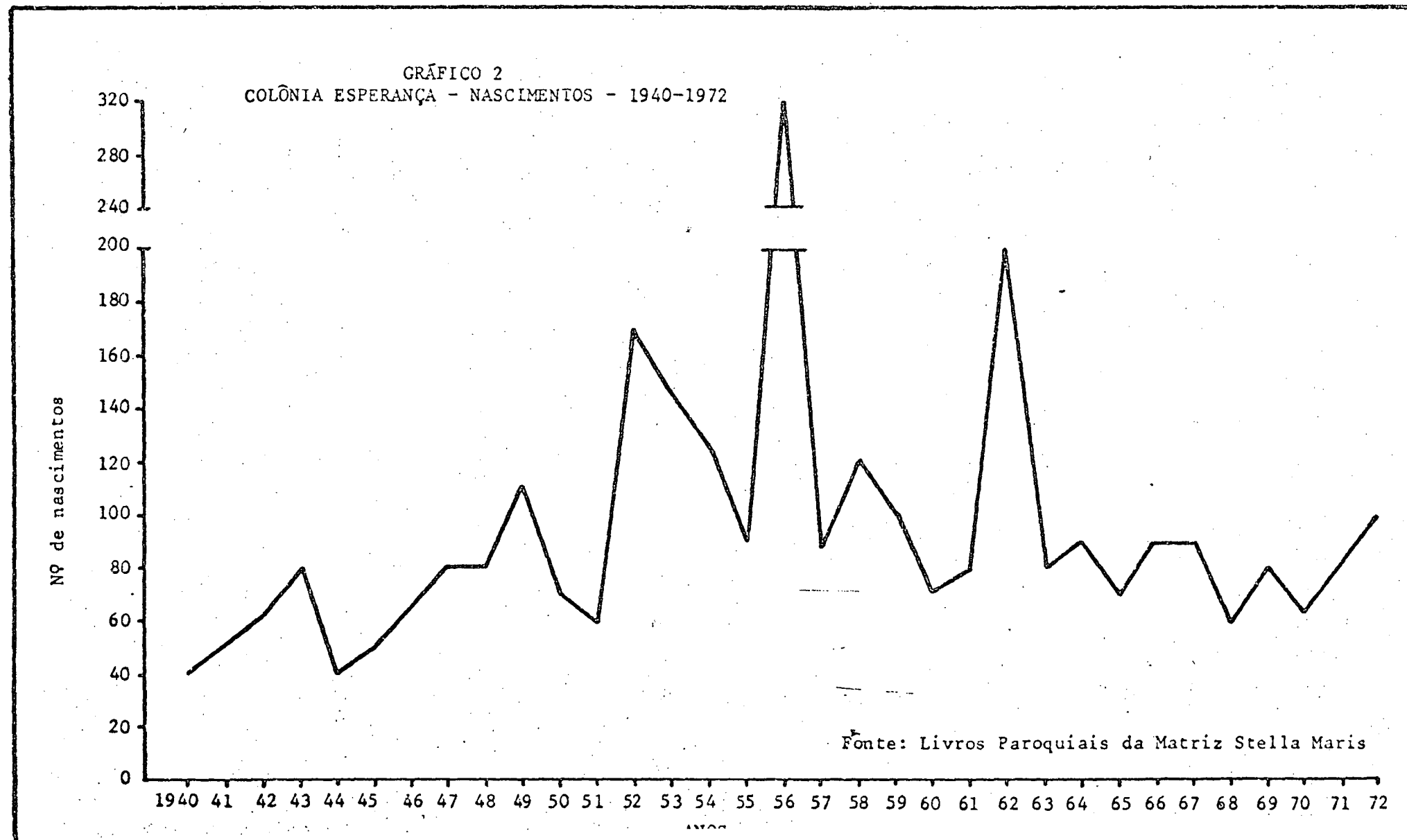
GRÁFICO 7

FONTE Censo da Colônia Japonesa - 1958

A COLÔNIA ESPERANÇA
O JAPONÊS NA FRENTE PIONEIRA NORTE-PARANAENSE
Gráficos Demonstrativos



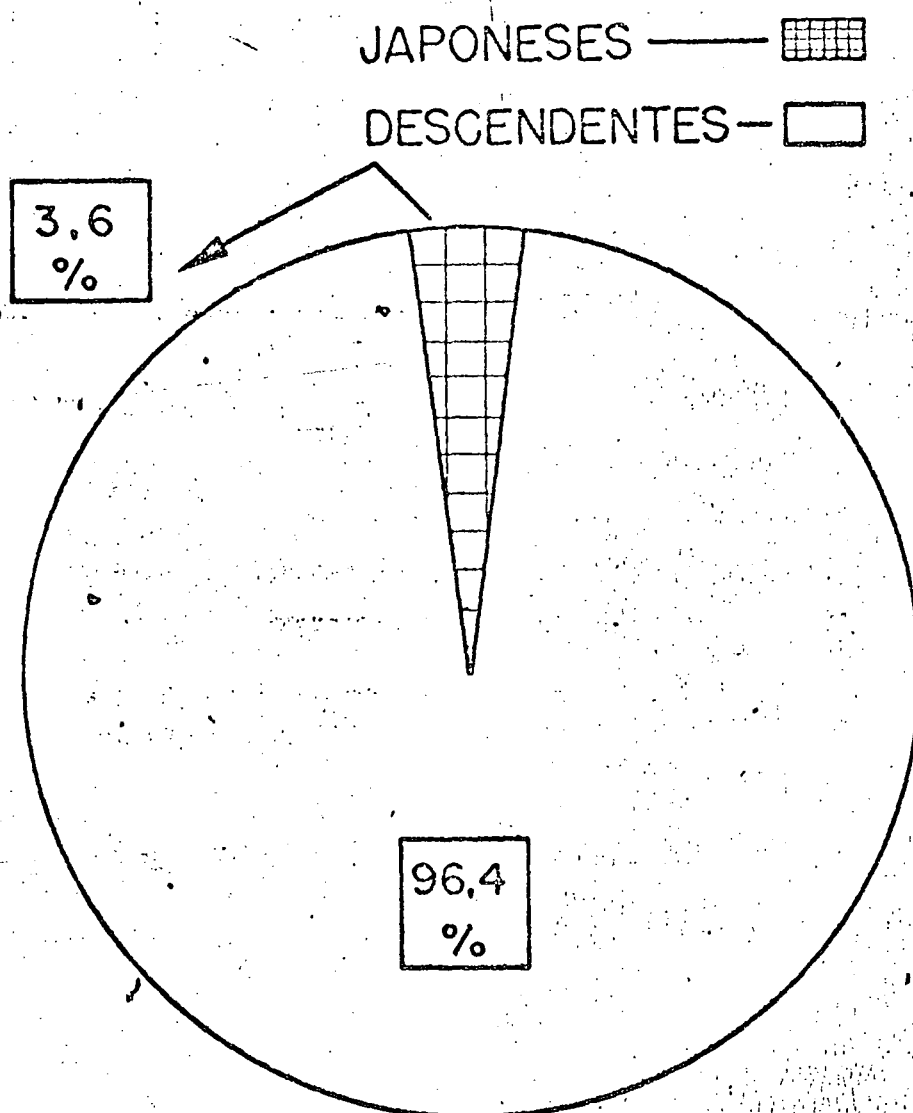
148



PARANÁ

ARAPONGAS-COLÔNIA ESPERANÇA-1973

JAPONESES E DESCENDENTES



JAPONESES — 115



DESCENDENTES — 3108

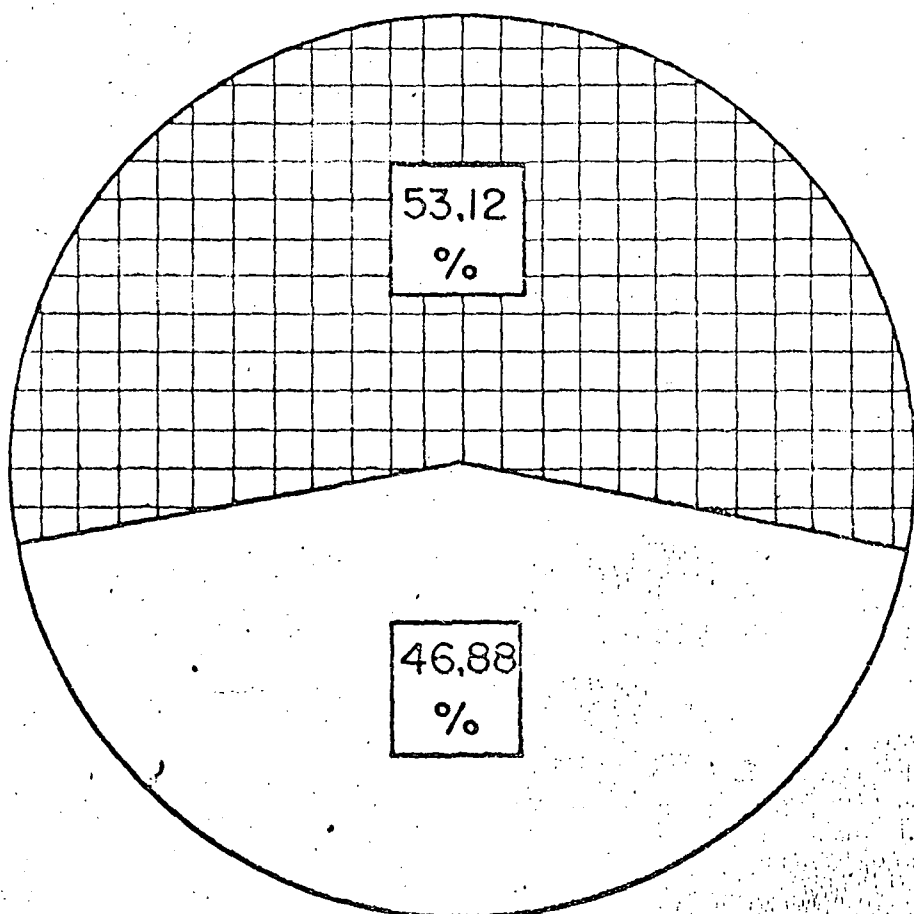
TOTAL — 3223

GRÁFICO 3

FONTE PESQUISAS

PARANÁ
ARAPONGAS-COLÔNIA ESPERANÇA-1974
JAPONESES E DESCENDENTES-SEXO

TOTAL ——— HOMENS ——— 
MULHERES ——— 



HOMENS ——— 1712
MULHERES ——— 1511
TOTAL ——— 3223

GRÁFICO 4

FONTE PESQUISAS

FIGURAS

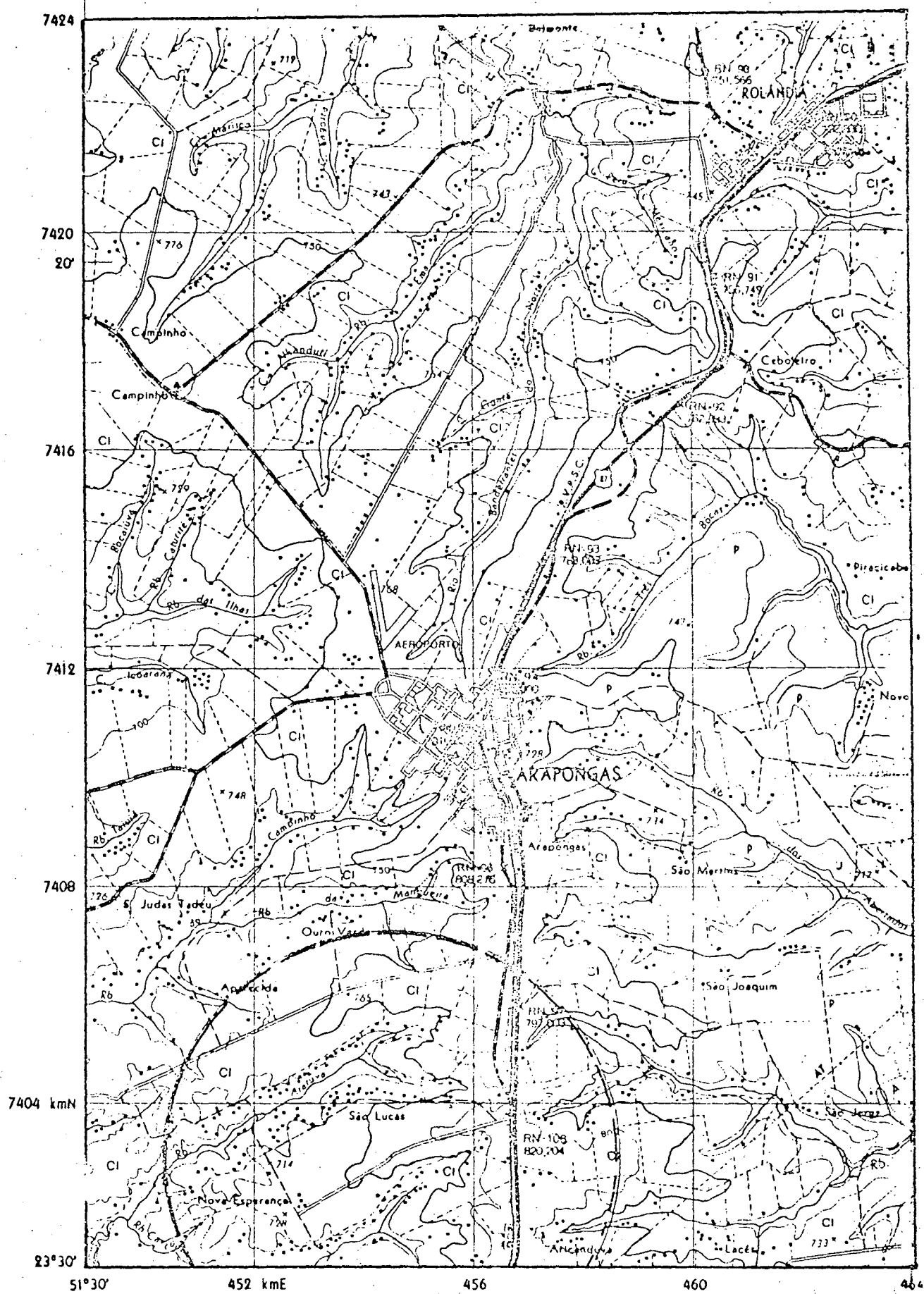


FIGURA 1

FIGURA 2

COLÔNIA ESPERANÇA
COMPOSIÇÃO ETÁRIA
1943-1974

